



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Fonte: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/298>. Acesso em: 08 dez. 2022.

Darcy Ribeiro e a UnB

a universidade
necessária no
século XXI

Murilo Silva de Camargo
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Alexandre Simões Pilati
Esther Bemerguy de Albuquerque
(org.)



Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira

Conselho editorial : Germana Henriques Pereira (Presidente)
: Ana Flávia Magalhães Pinto
: Andrey Rosenthal Schlee
: César Lignelli
: Fernando César Lima Leite
: Gabriela Neves Delgado
: Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
: Liliane de Almeida Maia
: Mônica Celeida Rabelo Nogueira
: Roberto Brandão Cavalcanti
: Sely Maria de Souza Costa

Darcy Ribeiro e a UnB

a universidade
necessária no
século XXI

Murilo Silva de Camargo
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Alexandre Simões Pilati
Esther Bemerguy de Albuquerque
(org.)

Coordenação de produção editorial : Equipe editorial
Marília Carolina de Moraes Florindo

Assistência editorial : Jade Luísa Martins Barbalho
Emilly Dias de Matos

Revisão : Ana Alethéa Osório

Diagramação : Wladimir de Andrade Oliveira

© 2022 Editora Universidade de Brasília

Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70910-900
Telefone: (61) 3107-3700
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação poderá ser armazenada
ou reproduzida por qualquer meio sem a
autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília
Heloiza dos Santos – Bibliotecária – CRB 1/1913

D214 Darcy Ribeiro e a UnB : a universidade necessária no
século XXI / organizadores, Murilo Silva de Camargo
... [et al.]. – Brasília : Editora Universidade de
Brasília, 2022.
200 p. ; 23 cm.

ISBN 978-65-5846-120-3 (impresso).
ISBN 978-65-5846-114-2 (e-book).

1. Ribeiro, Darcy, 1922-1997. 2. Universidade de
Brasília. 3. Universidades e faculdades públicas. I.
Camargo, Murilo Silva de (org.).

CDU 378.4

 Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Sumário

Apresentação

- 9** | **Darcy Ribeiro e a UnB: a universidade necessária no século XXI**



Parte I

Os textos de autoria dos estudantes de graduação

- 23** | **Utopia e realidade: reflexões sobre os rumos da Universidade de Brasília**
Alexsandro de Sousa Bandeira
- 33** | **Universidade para quê? A universidade está sintonizada com o melhor do saber universal e com a sociedade brasileira?**
Cesar Rodrigues van der Laan
- 43** | **A criatividade para a realização da visão universitária de Darcy Ribeiro**
Cristiano Hoppe Navarro
- 51** | **Universidade de Brasília, universidade-utopia**
Júlia Guimarães Stoimenoff Brito
- 59** | **A UnB de Darcy Ribeiro: a aproximação entre o saber e as questões de uma realidade social**
Nicole Ferro Antunes de Oliveira
- 67** | **Darcy Ribeiro: sonhos interrompidos**
Victor Eduardo Alves Rocha



Parte II

Os textos de autoria dos estudantes de pós-graduação

- 81** | **A universidade sonhada por Darcy Ribeiro:** o papel da Biblioteca Central da UnB e da Editora UnB na busca pela utopia necessária
Ana Flávia Lucas de Faria Kama
- 91** | **O papel da universidade e o contexto da pandemia:** um ensaio à luz dos ensinamentos de Darcy Ribeiro
Andressa Soares Costa
- 105** | **“A universidade necessária”:** saber humanizado e responsabilidade social
Clerismar Aparecido Longo
- 123** | **Vozes da resistência:** Darcy Ribeiro e a UnB no debate contemporâneo
Inês Ulhôa
- 137** | **Indo para a Universidade de Darcy:** educação e liberdade para pensar a partir do Brasil
Kennia Dias Lino
- 145** | **A universidade pública, gratuita, de qualidade e inclusiva para todos:** a luta dos povos indígenas para sua inclusão nas universidades públicas
Luciana Beatriz de Araújo Colombo



- 159 | Universidade para quê e para quem?**
Darcy Ribeiro, Lyra Filho e a UnB no processo de pluralização do ensino superior no Brasil
Marcos Júlio Vieira dos Santos
- 169 | Universidade para mudar gente que muda o mundo: uma autoetnografia para ler a política educacional no Brasil**
Rayane Andrade
- 187 | Darcy Ribeiro e a crítica que não envelhece**
Thaís Coelho Mariano



Darcy Ribeiro e
Oscar Niemeyer
visitam a UnB (1985)

Fonte: Universidade de Brasília.
Arquivo Central. AtoM UnB

Apresentação

Darcy Ribeiro e a UnB: a universidade necessária no século XXI

A UnB floresceu, capacitando-se rapidamente para dominar o saber humano e colocá-lo a serviço do diagnóstico das causas de nosso atraso e da busca das melhores soluções para o desenvolvimento autônomo do Brasil. Anísio e eu a conduzíamos, felizes e orgulhosos, com a ajuda de Frei Mateus. Eu, às vezes, de longe, porque fora chamado ao cargo de Ministro da Educação e, depois, de Chefe da Casa Civil da Presidência.

Nestes trabalhos estávamos, Anísio exercendo a reitoria, quando estoura o golpe militar de 1964, que se assanha, furioso, contra a Universidade nascente e destrói a rede nacional de centros educacionais do Inep. Anísio foi, mais uma vez, proscrito; eu, exilado. O corpo de sábios que leváramos para Brasília, como professores e pesquisadores, acossado pela brutalidade da ditadura, se demite, numa diáspora dolorosa. Morria outro sonho anisiano de universidade.

Eu, lá longe, jurava: “havemos de amanhecer”.

(Darcy Ribeiro)¹

¹ RIBEIRO, Darcy. *Testemunho*. Brasília: Fundação Darcy Ribeiro, 2009.

Este livro é uma homenagem à Universidade de Brasília (UnB), que neste ano de 2022 completa 60 anos, e a Darcy Ribeiro, um de seus mais importantes idealizadores e fundadores, que faria cem anos. Quinze ensaios escritos por estudantes da UnB sobre Darcy Ribeiro e a universidade necessária compõem este volume, que é resultado de edital conjunto da UnB e do Conselho Editorial do Senado (Cedit).

Darcy Ribeiro foi uma das mentes mais brilhantes do seu tempo. Educador, etnólogo, escritor, político, homem de fazimentos, ideias e ideais, ele nutria um profundo amor pelo Brasil e por seu povo. Suas leituras sobre os problemas brasileiros eram precisas e poucos compreenderam nosso país como ele. Darcy trabalhou no Serviço de Proteção ao Índio (SPI) com marechal Rondon, criou a UnB, foi Ministro da Educação e da Casa Civil de João Goulart, colaborou para a reforma de universidades em toda a América Latina, criou os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) junto com Leonel Brizola, foi senador e autor do projeto de lei substitutivo que deu origem à atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), criou a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), escreveu mais de 30 livros em áreas como etnologia, antropologia, educação, romances e ensaios, e foi imortal na Academia Brasileira de Letras. Darcy foi um brasileiro apaixonado pelo povo em toda a sua diversidade!

A Universidade de Brasília, criada por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira em 1962, era a universidade pleiteada pela sociedade brasileira daquela época, que lutava por um país desenvolvido, soberano e socialmente justo. Darcy ousou pensar a UnB para que ela pudesse dominar todo o saber disponível e aplicá-lo para a resolução dos problemas do Brasil. A UnB nasceu para “formar cidadãos empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas com que defronta o povo brasileiro na luta por seu desenvolvimento econômico e social”. Assim estabelecia o estatuto da Universidade de 1962.

O projeto da nossa universidade dialogou com o debate da época sobre o nacional-desenvolvimentismo e sobre a necessária reforma universitária debatida pela Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC) e pela União Nacional dos Estudantes (UNE), no fim dos anos 1950 e início dos anos 1960. Nesse período, a UNE realizou seminários nacionais pela democratização e reforma da universidade brasileira. Anísio Teixeira foi o presidente da SBPC, de 1955 a 1959, e os debates sobre educação engajavam a sociedade organizada. O primeiro encontro de Anísio com Darcy aconteceu em 1957, ocasião em que os dois são incumbidos por Juscelino Kubitschek de planejar a Universidade de Brasília. Com muita sensibilidade, Anísio e Darcy interpretaram aquele momento histórico e elaboraram

o projeto da UnB de maneira dialética. É muito interessante notar que o projeto da Universidade de Brasília responde diretamente às demandas e problemas apontados nas discussões dessas entidades e vai além: propõe uma universidade para ser a semente de uma profunda reforma universitária no Brasil.

Em 1962, dois anos após a inauguração de Brasília, foi criada a UnB com um projeto arrojado e inovador, tendo Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira como seus primeiros reitor e vice-reitor, respectivamente. Era a universidade necessária de Darcy Ribeiro. A Lei nº 3.998/1961, que autorizou a criação da Fundação Universidade de Brasília, e o Decreto nº 1.872/1962, que aprovou o estatuto da Universidade, projetaram a autonomia universitária plena para a instituição: administrativa, financeira e acadêmica. Em 1962, foi publicado o Plano Orientador da Universidade de Brasília² que apresentava a estrutura, o projeto acadêmico e o planejamento de implementação da Universidade. A estrutura acadêmica implementada por meio de institutos, faculdade e órgãos complementares era inovadora e academicamente eficiente. Seguem algumas outras inovações propostas e implementadas nos primeiros anos da UnB:

- Cogestão estudantil: a participação estudantil na gestão da universidade prevista em seu estatuto foi inovadora e atendeu às demandas do movimento estudantil da época, que reivindicava a participação de “um terço”³ na cogestão das universidades.
- Ainda em relação aos estudantes, a UnB nasceu com uma proposta revolucionária no cenário nacional: foi concebida para ser uma universidade residencial e com um sistema de bolsas que garantiria ao estudante o apoio financeiro necessário ao bom acompanhamento das atividades acadêmicas.
- De acordo com o Plano Orientador, a UnB criou a Faculdade de Educação, que tinha como missão a formação de professores para a Educação Básica. Além disso, uma escola de aplicação funcionava no *campus* universitário para favorecer a formação dos docentes e vincular a Universidade ao sistema educativo local e nacional.
- A proposta de extensão universitária foi também inovadora e pretendia, já em seu momento inicial, fortalecer a função social da universidade e implementar

² Foi a primeira obra publicada pela então recém-criada Editora Universidade de Brasília.

³ A greve do “um terço”, que mobilizou mais de cem mil estudantes, ocorreu entre junho e agosto de 1962 e abarcou a maior parte das 40 universidades então existentes.

uma proposta de livre assistência às aulas – o que garantia que alunos não regulares se inscrevessem e cursassem disciplinas na universidade.

- A UnB foi a primeira universidade do Brasil sem cátedras vitalícias. Em vez disso, a universidade adotou um sistema departamental de organização docente e instituiu um plano de carreira do magistério, com previsão de dedicação exclusiva.⁴

A Universidade de Brasília foi criada para se engajar no desenvolvimento econômico e social do país e como a primeira semente para a reforma das universidades brasileiras. De fato, a UnB foi um marco no sistema das universidades brasileiras, que se transformou profundamente nas décadas seguintes à sua criação.

Em 1963, Darcy foi convidado pelo presidente João Goulart para assumir o Ministério da Educação e Anísio Teixeira assumiu a reitoria da UnB. Com o golpe militar de 1964, a UnB foi invadida por tropas militares, Anísio foi destituído da reitoria da UnB e Darcy Ribeiro, que teve os direitos políticos cassados, se exilou no Uruguai. Lá, colaborou com o processo de reforma da *Universidad de La República* (Udelar) e, em 1967, publicou o livro *La universidad necesaria*. Em 1968, ele publicou o livro *La universidad latinoamericana*. Era a semente da UnB que Darcy propagou em universidades do Uruguai, Venezuela, Chile, Peru e Argélia. Esses dois livros foram revisados por Darcy e, em 1969, ainda no exílio, ele publicou no Brasil *A universidade necessária*.

Esse período foi difícil para a Universidade de Brasília. Criada com uma atmosfera altamente democrática, a UnB foi interrompida,⁵ mas resistiu e lutou muito durante os 21 anos da ditadura militar que se instalou no país. As perdas foram severas. O *campus* da universidade foi invadido diversas vezes nesse período. Perseguições políticas se tornaram regra. Vários professores foram demitidos e estudantes foram expulsos por lutarem pela democratização do país.

Com o fim da ditadura militar, em 1985, a UnB elegeu democraticamente seu reitor. Darcy, que então era vice-governador do estado do Rio de Janeiro, foi

⁴ No início dos anos 1960, as universidades brasileiras tinham a organização de suas unidades acadêmicas baseadas em cátedras e a grande maioria dos docentes era contratada em regime de tempo parcial. As universidades federais brasileiras só implementaram a ampla contratação de docentes em regime de dedicação exclusiva em meados dos anos 1970.

⁵ O livro *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965* (Editora Universidade de Brasília, 2007), de Roberto A. Salmeron, apresenta fatos e depoimentos de professores da UnB da época sobre os ataques da ditadura militar instalada em 1964 à UnB.

convidado para a posse do novo reitor e escreveu um discurso que inspirou o desenvolvimento da UnB nessa nova fase e a desafiou a reencontrar seus caminhos originais. Em 1986, esse discurso se transformou no livro *Universidade para quê?*.⁶ Era o desafio de fazer da universidade necessária a universidade emancipatória. Começa aqui um período virtuoso de avanços e expansão da universidade.

Na década de 1990, a UnB iniciou a oferta de cursos noturnos para estudantes trabalhadores. Em 2003 aprovou as cotas raciais para ingresso à Universidade, quando o percentual de estudantes autodeclarados negros ou pardos não passava de 10%. Em 2020, esse percentual se elevou para aproximadamente 50%. Em 2006, a UnB criou o *campus* de Planaltina e, em 2008, os *campi* de Ceilândia e Gama, expandindo assim a sua presença nas regiões administrativas do Distrito Federal e democratizando o acesso da população local ao ensino superior. A Universidade cresce, se qualifica e se aproxima, cada vez mais parceira, da sociedade. Em 2020, a UnB tinha mais de 48 mil estudantes matriculados nos seus 149 cursos de graduação, 93 cursos de mestrado e 72 cursos de doutorado. O balanço é muito positivo e, certamente, encheria Darcy de alegria ao perceber que a sua universidade se tornou popular, com a cara do Brasil e, mais que nunca, engajada na busca de soluções democráticas para os problemas que enfrenta o povo brasileiro na luta por seu desenvolvimento econômico e social.

O que pensam os estudantes sobre a UnB 60 anos depois?

A ideia de publicar um livro com ensaios de estudantes sobre Darcy Ribeiro remonta ao ano de 2019, quando os professores Murilo Camargo e Alexandre Pilati ministraram a disciplina “Darcy Ribeiro: pensamento e fazimentos” no âmbito do Decanato de Extensão (DEX). A disciplina foi toda ministrada no Memorial Darcy Ribeiro com o apoio dos estudantes de graduação Vinícius Bowen (Ciência da Computação), João Marcelo Marques Cunha (Ciências Sociais) e Matheus Barroso (História). De fato, a proposta dessa disciplina veio desses estudantes, que representavam na época um coletivo que entendia a importância de popularizar o pensamento e os fazimentos de Darcy. Uma das atividades da disciplina foi a elaboração de um

⁶ O leitor interessado pode acessar o texto completo em: RIBEIRO, Darcy. *Universidade para quê?* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. 32p.

ensaio sobre uma das “peles” de Darcy Ribeiro. A qualidade dos textos surpreendeu e surgiu aí o propósito de publicar os textos dos estudantes sobre Darcy.

Em 2021, como parte das comemorações dos 60 anos da Universidade de Brasília, a Editora UnB, em conjunto com o Decanato de Extensão, a Biblioteca Central e o Conselho Editorial do Senado (Cedit), lançou uma chamada pública para estudantes da UnB participarem do concurso de ensaios “Darcy Ribeiro e a UnB: a universidade necessária no século XXI”. O objetivo geral do concurso foi o de promover a reflexão sobre a importância da universidade pública, gratuita, de qualidade e para todos no enfrentamento das crises contemporâneas e na construção de um projeto nacional democrático, popular, inclusivo e progressista.

Um total de 42 ensaios foram apresentados para o concurso, em dois grupos: 22 de estudantes de graduação e 20 de estudantes de pós-graduação. Após uma análise criteriosa dos textos submetidos, realizada por uma comissão de avaliação instituída para tal fim, o Conselho da Editora Universidade de Brasília decidiu pela publicação de seis ensaios do grupo de estudantes de graduação e de nove ensaios do grupo de estudantes de pós-graduação. O livro inicia com os textos dos estudantes de graduação, em ordem alfabética dos autores, em um primeiro bloco de ensaios. Na sequência, são apresentados os ensaios dos estudantes de pós-graduação, também seguindo a ordem alfabética dos autores.

Os textos de autoria dos estudantes de graduação

Em “Utopia e realidade: reflexões sobre os rumos da Universidade de Brasília”, Alexsandro de Sousa Bandeira apresenta, por meio de uma abordagem bibliográfica, histórica, descritiva e exploratória, o desenvolvimento da UnB e a importância das universidades públicas na resolução de crises contemporâneas de nosso país. O texto aponta para a atual crise no financiamento das universidades públicas brasileiras e destaca a atuação da Universidade de Brasília durante a pandemia.

O ensaio de Cesar Rodrigues van der Laan intitulado “Universidade para quê? A Universidade está sintonizada com o melhor do saber universal e com a sociedade brasileira?” apresenta uma reflexão sobre a evolução do projeto da UnB. Tem como ponto de partida as proposições de Darcy Ribeiro, em *A universidade necessária*, implementadas na UnB. Cesar Rodrigues van der Laan analisa então o desenvolvimento do projeto no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão, da origem aos dias atuais. O autor coloca a UnB como locus de produção de

conhecimento e formação holística de cidadãos, conciliando a excelência dos saberes com as demandas da sociedade.

O ensaio “A criatividade para a realização da visão universitária de Darcy Ribeiro”, de autoria de Cristiano Hoppe Navarro, propõe a incorporação de um instituto para estudos e prática da criatividade na UnB, com base em uma abordagem transdisciplinar. Nesse belo ensaio, o autor defende que liberdade, diversidade, integração, combate à burocracia e a planificação flexível dos objetivos são alguns dos princípios que têm interseção com o desenvolvimento criativo individual e coletivo, fundamental na universidade necessária de Darcy Ribeiro.

Júlia Guimarães Stoimenoff Brito, em “Universidade de Brasília, universidade-utopia”, discorre sobre a concepção utópica que orientou a idealização da Universidade, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Essa concepção foi baseada no resultado de debates sobre uma reforma universitária demandada pela sociedade brasileira naquele momento. O projeto original da UnB é apresentado, bem como o contexto histórico, econômico e social em que estava inserido. A autora ainda discute algumas das ideias do projeto da UnB que podem orientar o debate sobre a universidade necessária no século XXI.

No ensaio “A UnB de Darcy Ribeiro: a aproximação entre o saber e as questões de uma realidade social”, Nicole Ferro Antunes de Oliveira discute o papel da universidade brasileira e seus possíveis compromissos com o saber universal e com o desenvolvimento da sociedade brasileira. Nesse sentido, a autora faz uma análise dos modelos de universidades existentes no Brasil antes da criação da Universidade de Brasília, em 1962, e traça um paralelo com as mudanças percebidas no sistema universitário brasileiro nas décadas seguintes.

Victor Eduardo Alves Rocha, em seu ensaio “Darcy Ribeiro: sonhos interrompidos”, escreve sobre as várias “peles” de Darcy Ribeiro e, também, sobre seus estudos, suas vitórias e fracassos e seus pensamentos e fazimentos. O autor faz uma bela reflexão sobre uma universidade necessária no século XXI, orientada à solução dos problemas da coletividade. E essa nova universidade, como uma semente de novas relações sociais, ofertaria ampla formação política para transformar espaços de estudo, trabalho e frentes de massa, difundindo valores coletivos.

Os textos de autoria dos estudantes de pós-graduação

O instigante texto de Ana Flávia Lucas de Faria Kama, “A universidade sonhada por Darcy Ribeiro: o papel da Biblioteca Central da UnB e da Editora UnB na busca pela utopia necessária”, traz uma análise da relevância de dois importantes órgãos complementares incluídos no Plano Orientador da UnB de 1962, elaborado por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, criados logo no início da universidade: a Biblioteca Central e a Editora Universidade de Brasília. O texto traz uma abordagem histórico-crítica do desenvolvimento desses órgãos, desde a criação da UnB, passando pelas dificuldades nos 21 anos da ditadura militar, e o novo impulso vivido nos anos seguintes à redemocratização do país e da nossa Universidade.

Andressa Soares Costa, em “O papel da universidade e o contexto da pandemia: um ensaio à luz dos ensinamentos de Darcy Ribeiro”, reflete sobre a relevância da universidade pública no período da pandemia de covid-19, iniciado em 2020. Mesmo em um contexto político adverso, com ataques à ciência e com um alto estrangulamento no financiamento das universidades e da pesquisa científica, a universidade pública brasileira se aproxima da sociedade, produz e difunde conhecimento e se mostra, mais que nunca, relevante e engajada na busca de soluções democráticas para os problemas do povo brasileiro. Essa foi a universidade concebida por Darcy Ribeiro.

Clerismar Aparecido Longo, no seu trabalho “A ‘universidade necessária’: saber humanizado e responsabilidade social”, revisita a proposta da universidade necessária, a partir de sua vivência como estudante da Universidade de Brasília. O autor retoma alguns questionamentos feitos por Darcy Ribeiro sobre o papel das universidades e incorpora desafios presentes: “Para que servem? A quem servem? Servem para reproduzir as desigualdades ou para construir um mundo mais igualitário e cidadão? Favorecem a expansão da monocultura e, conseqüentemente, a destruição da biodiversidade ou contribuem para um mundo mais sustentável? Servem para libertar o ser humano ou são usados para escravizá-lo?”. Assim, demonstra a atualidade do pensamento de Darcy Ribeiro e a continuada importância da Universidade para o enfrentamento de desafios da sociedade.

Em “Vozes da resistência: Darcy Ribeiro e a UnB no debate contemporâneo”, Inês Ulhôa examina, à luz do pensamento educacional de Darcy Ribeiro, o sentido da universidade necessária e emancipatória por ele postulada, representado na criação da Universidade de Brasília. Com base nas contribuições de Darcy aos estudos da democracia e da educação como direito, do ponto de vista teórico e

de suas implicações nos processos emancipatórios, o texto também evidencia a pertinência e atualidade deste tema na atual conjuntura brasileira. Aponta ainda para as reflexões que evidenciam a importância de associar direitos humanos aos conceitos de uma educação libertadora que garanta a vida com dignidade.

A trajetória educacional e de vida da autora Kennia Dias Lino é apresentada em “Indo para a Universidade de Darcy: educação e liberdade para pensar a partir do Brasil”. Ela discute a função da universidade atual à luz dos pensamentos de Darcy Ribeiro e Paulo Freire. A autora relata sua trajetória educacional na universidade brasileira, fundamentada no pensamento desses educadores: a universidade da liberdade, da diversidade e do engajamento social. A universidade fundada pela utopia e pelo comprometimento. Enfim, a universidade que pensa o Brasil como problema e forma cidadãos comprometidos com o desenvolvimento social do país, como sonhou Darcy.

Em “A universidade pública, gratuita, de qualidade e inclusiva para todos: a luta dos povos indígenas para sua inclusão nas universidades públicas”, Luciana Beatriz de Araújo Colombo aborda as conquistas dos povos indígenas, contra o etnocentrismo da sociedade em geral. Destaca a importância da inclusão dos povos indígenas nas universidades brasileiras, os vestibulares indígenas e o início da inclusão da educação superior indígena na pauta do governo, as cotas étnico-raciais nas universidades públicas, relacionando essas conquistas ao pensamento de Darcy Ribeiro. Ainda, em diálogo com a universidade necessária de Darcy Ribeiro, a autora faz uma reflexão sobre a importância da universidade pública brasileira no enfrentamento das crises contemporâneas e para a construção de um projeto nacional democrático, popular, inclusivo e progressista.

No ensaio “Universidade para quem e para quem? Darcy Ribeiro, Lyra Filho e a UnB no processo de pluralização do ensino superior no Brasil”, o autor Marcos Júlio Vieira dos Santos elabora um panorama histórico do processo de consolidação das universidades brasileiras, revelando o caráter elitista que regeu grande parte desse processo. Com base em teorias de intelectuais como Lyra Filho e José Geraldo de Sousa Júnior, o autor defende a reversão dessa situação e a transformação popular das instituições de ensino superior, em continuidade às mudanças que vêm ocorrendo na Universidade, desde a sua redemocratização.

O texto de Rayane Andrade, “Universidade para mudar gente que muda o mundo: uma autoetnografia para ler a política educacional no Brasil”, é uma autoetnografia com o propósito de entender o estrutural através do particular, no contexto da democratização e expansão da educação superior pública que o

Brasil experimentou entre os anos de 2005 e 2016. Ela relata, em sua experiência, os efeitos emancipatórios de políticas públicas como o Enem/SiSU,⁷ o Reuni,⁸ a Lei de Cotas,⁹ entre outros, que possibilitaram a muitos jovens o acesso à universidade pública e seu desenvolvimento como cidadãos. Trata-se de um belo relato de como os ideais e propostas de Darcy Ribeiro e outros educadores e intelectuais brasileiros podem transformar a sociedade brasileira por meio de políticas de inclusão.

Encerrando o livro, o ensaio de Thaís Coelho Mariano, “Darcy Ribeiro e a crítica que não envelhece”, aborda o educador Darcy Ribeiro e a contemporaneidade de sua crítica à educação brasileira. O texto inicia com uma retrospectiva das principais causas e utopias que guiaram Darcy no desenvolvimento da UnB, bem como fatos que transformaram profundamente a Universidade em seus primeiros anos. A autora avança através dos anos, relatando os efeitos da redemocratização do país, após 21 anos de ditadura militar. Na sequência, os desafios políticos, sociais e educacionais do país atualmente são analisados sob a ótica do pensamento educacional de Darcy Ribeiro.

No conjunto, os artigos desta coletânea projetam as vozes de estudantes, em um exercício que investiga os efeitos do pensamento e da ação de Darcy Ribeiro na jornada da Universidade de Brasília, as transformações pelas quais ela passou e aquelas que promoveu. Que vozes poderiam ser mais lúcidas que essas, para colocar em perspectiva a história da Universidade? São vozes plurais que reiteram, de forma uníssona, o compromisso da UnB com a construção de soluções para os desafios do país e do mundo – fossem os passados, sejam os presentes.

⁷ Criado pela UnB em 2019, o Enem/SiSU é um processo seletivo para ingresso em cursos de graduação com o uso da nota do Exame Nacional do Ensino Médio. Ao lado de outros processos seletivos adotados pela Universidade, o Enem ampliou e diversificou as formas de acesso ao ensino superior.

⁸ O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi instituído pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. O Reuni promoveu a expansão, interiorização e democratização do ensino superior brasileiro em todo o país. Na UnB, foram constituídos novos *campi* e cursos, ampliada a infraestrutura e desenvolvidos projetos e programas com foco na inclusão, permanência e êxito de estudantes no ensino superior.

⁹ Lei federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre a reserva de vagas em cursos superiores de instituições federais de ensino para minorias historicamente excluídas. A UnB foi uma das universidades pioneiras na adoção de ações afirmativas, anos antes da Lei de Cotas, contribuindo assim, pelo exemplo, para a criação da lei. Ainda em 2004, a UnB foi a primeira universidade federal a adotar a reserva de vagas para negros.

A despeito das diversas tentativas de cerceamento da ação emancipadora desta Universidade, afirmam os estudantes: a UnB alcança os seus 60 anos atuante como sempre, necessária como nunca.

Brasília, junho de 2022.

Murilo Silva de Camargo
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Alexandre Simões Pilati
Esther Bemerguy de Albuquerque





Parte I

Os textos de autoria dos
estudantes de graduação



Construção do
Campus Darcy Ribeiro.
Vista aérea do ICC

Fonte: Universidade de Brasília.
Arquivo Central. Atôm UnB



Utopia e realidade: reflexões sobre os rumos da Universidade de Brasília

Alexsandro de Sousa Bandeira

Introdução

Este estudo busca entender a importância da universidade pública, gratuita, de qualidade, na formação de profissionais capazes de auxiliar a resolução de crises contemporâneas, bem como analisar as dificuldades enfrentadas pelas universidades em seu desenvolvimento, em paralelo aos benefícios que geram para a sociedade.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica descritiva e exploratória, fundamentada em referenciais teóricos que abordam a temática. A escolha do tema se justifica pela necessidade de reflexão acerca da relevância na produção científica, tecnológica e cultural da universidade pública e de seu papel no enfrentamento das crises contemporâneas, a exemplo da pandemia da covid-19.

Inicialmente, abordamos o histórico da criação da Universidade de Brasília (UnB); posteriormente, apresentamos a importância dos três pilares que estruturam as universidades no desenvolvimento do conhecimento, considerando as dificuldades que fatores políticos, questões orçamentárias ou de



saúde pública podem acarretar. Por fim, analisamos o papel da UnB na atualidade, as atividades desenvolvidas durante a pandemia e os esforços para proporcionar um ensino gratuito, de qualidade e para todos.

Histórico da Universidade de Brasília

Entre os anos 1950 e 1960, o cenário da educação superior brasileira refletia questões ideológicas, das quais se destacam o populismo e o desenvolvimentismo. Enquanto a primeira resultou na expansão das universidades no Brasil, a segunda, apoiada na busca do desenvolvimento econômico e social do país, conduziu propostas de modernização do ensino superior. Na tentativa de alterar a estrutura pedagógico-administrativa do ensino superior brasileiro, novas experiências surgiram no final dos anos 1950 e início dos anos 1960 (Mendonça, 2000, p. 141-144).

Nesse contexto, as universidades não conseguiam ser protagonistas na transformação e no desenvolvimento do Brasil, assim, conscientes da necessidade de uma reformulação científica, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, idealizaram uma universidade inovadora. Naquela época, as instituições existentes reproduziam o conhecimento do exterior e eram elitistas, fato que reverberou uma cultura de pesquisa que não valorizava os temas nacionais (Bchara; Silvério, 2013, p. 22-23).

Nos anos 1960, os esforços de Darcy Ribeiro para a criação de uma universidade pública na capital federal eram noticiados pelo jornal local. Ele tinha como objetivo reunir um corpo docente qualificado e variado, abrangendo as diversas áreas do conhecimento, de tal forma que servisse de exemplo para o país. Dessa forma, buscou reunir especialistas para suprir as necessidades de um ensino apoiado na realização de pesquisas científicas, realizando, nos dias 28 e 29 de outubro de 1960, uma mesa-redonda com membros da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a fim de organizar o projeto da Universidade de Brasília (Universidade [...], 1960, p. 1).

A criação de uma universidade pública, moderna, estruturada nas reiteradas recomendações de professores e de pesquisadores nacionais, conforme consta no Plano Orientador da Universidade de Brasília, também era justificada pela construção de uma cidade no centro do país, que receberia o governo da República e necessitaria de assistência científica e cultural (UnB, 1962, p. 23).

Assim, Juscelino Kubitschek foi responsável por encaminhar o projeto ao Congresso Nacional e criar a comissão responsável por planejar a universidade

(Bchara; Silvério, 2013, p. 22). Posteriormente, João Goulart, então presidente da República, por meio da Lei nº 3.998 de 1961, autorizou a criação da Fundação Universidade de Brasília, na qualidade de entidade autônoma, com o objetivo de “[...] criar e manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural” (Brasil, 1961).

A inauguração dos prédios dos Institutos Centrais e dos Serviços Auxiliares estava prevista para 1964; contudo, o Conselho Diretor da instituição decidiu instituir alguns cursos de graduação em caráter transitório, já em janeiro de 1962 (Divulgados [...], 1962a, p. 7).

Ao todo, foram oferecidos três cursos-tronco¹ iniciais: Direito, Administração e Economia; Arquitetura e Urbanismo; Letras Brasileiras. Os principais objetivos dos cursos transitórios eram: iniciar as atividades da universidade; criar um núcleo de atividades culturais, científicas e artísticas; experimentar novos modelos de ensino, pesquisa, divulgação científica e extensão cultural; além de mobilizar o corpo docente da instituição (Divulgados [...], 1962a, p. 7). No mesmo período, houve a decisão de ofertar cursos de pós-graduação e atividades de extensão cultural abertas à comunidade (Divulgados [...], 1962b, p. 7).

Assim, no dia 21 de abril de 1962, momento em que era celebrado o segundo aniversário de Brasília, foi oficialmente inaugurado o *campus* da Universidade, considerado resultado do trabalho do antropólogo Darcy Ribeiro, que definiu as bases da instituição, e do educador Anísio Teixeira, que planejou o modelo pedagógico (UnB, 2022). Na cerimônia de inauguração do *campus*, participaram Oliveira Brito, ministro da Educação e Cultura; Sette Câmara, embaixador; entre outras autoridades (UnB, 1962, p. 45). A seguir, na fotografia de Arilda Valio, observamos, em pé, Darcy Ribeiro discursando na solenidade.

¹ Os cursos-tronco ofereciam matérias comuns nos dois anos iniciais do curso; posteriormente, o estudante escolhia a carreira que desejava seguir e permanecia por três anos, para desenvolver o conhecimento estritamente profissional.

Figura 1:
Darcy Ribeiro
discursa na
inauguração
da UnB



Fonte: Universidade de Brasília, Arquivo Central. AtoM UnB (1962).

Segundo o Plano Orientador da Universidade de Brasília (1962, p. 19-20), apesar de o modelo adotado pela universidade ser tradicional nos países – ali considerados – desenvolvidos, era um modelo novo no Brasil. Dessa forma, a Universidade de Brasília buscava formar cidadãos empenhados no desenvolvimento de soluções para os problemas vivenciados pela população; preparar especialistas nas diversas áreas do conhecimento, capazes de promover o desenvolvimento apoiados na técnica e na ciência; reunir e instruir cientistas, pesquisadores e artistas lhes assegurando autonomia para a difusão e a aplicação do conhecimento a serviço da população.

Ademais, o Plano Orientador da Universidade de Brasília (1962, p. 23) lista as funções básicas da nova universidade, que buscava ampliar o acesso à educação superior; diversificar as formas de ensino científico e tecnológico existentes; possibilitar a integração de estudantes brasileiros e outros países da América Latina; permitir o desenvolvimento das ciências, das letras e das artes no território nacional; assessorar os órgãos governamentais, entre outras atribuições.

Ensino, pesquisa, extensão: benefícios e desafios

Conforme afirma Teixeira (1998 *apud* MENDONÇA, 2000, p. 136), “[...] são as universidades que fazem, hoje, com efeito, a vida marchar. Nada as substitui. Nada as dispensa. Nenhuma outra instituição é tão assombrosamente útil”. É por meio do ensino, da pesquisa e da extensão que as universidades demonstram as suas ações, levando para a sociedade as pesquisas e os projetos desenvolvidos.

O ensino ocorre, em grande parte do tempo, nas salas de aulas, nas práticas de laboratório e em outros espaços. Já a pesquisa busca desenvolver projetos, entender questões, apoiar a solução de problemas. A exemplo, os projetos de iniciação científica possibilitam que os estudantes desenvolvam estudos sob a orientação de professores e especialistas. Além disso, a pesquisa também é praticada durante a realização dos trabalhos de conclusão de curso, em grupos de pesquisa e em outras ações. A extensão, por sua vez, é a ponte entre as instituições e a sociedade. Comumente, dá-se com a realização de eventos e de atividades abertas à comunidade. Durante a pandemia, por exemplo, estudantes da área de saúde da UnB foram voluntários na organização dos processos de vacinação contra a covid-19.

Além de os três pilares possibilitarem a integração entre as comunidades interna e externa, permitem que os estudantes ampliem seus conhecimentos ao compartilharem saberes, além de oportunizar uma nova forma de ensino, diferente da forma tradicional abordada em sala de aula. É por meio dessas trocas que ocorre o estreitamento dos laços entre a universidade e a comunidade, gerando reconhecimento e valorização, ou seja, é uma troca positiva de mão dupla.

Segundo o art. 207 da Constituição Federal de 1988, as universidades têm “[...] autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988). Assim, fica evidente a necessidade de que as universidades desenvolvam as suas práticas acadêmicas, científicas e culturais apoiadas nesses três pilares.

Diante disso, a UnB se tornou importante para Brasília desde a sua idealização nos anos 1960 e essa relevância se confirma, por exemplo, pela constituição da atual estrutura *multicampi*, presente nas cidades-satélites de Ceilândia, Gama, Planaltina, além do Plano Piloto, o que auxilia na aproximação da comunidade e na democratização da educação, permitindo que estudantes mais vulneráveis tenham a oportunidade de ter acesso à educação de qualidade próximo a suas moradias.

Ademais, cumpre destacar que a ampliação de novos *campi* é necessária para atender novas áreas e também possibilitar a ampliação de projetos de extensão, maximizando a utilização das estruturas físicas e dos corpos administrativos, discentes e docentes. É nessa perspectiva que a UnB criou polos de extensão espalhados pelo Distrito Federal para, cada vez mais, aproximar-se da comunidade e difundir suas pesquisas.

Foram muitas as contribuições da UnB no combate à crise instaurada pelo coronavírus: pesquisadores continuaram a desenvolver estudos durante o período; unidades acadêmicas produziram álcool em gel, criaram materiais técnicos e informativos, realizaram cursos e oficinas *online* abertas ao público e ajudaram no combate a informações negacionistas – conhecidas como *fake news* – acerca da eficácia da vacina e da letalidade do vírus, comparado a uma “gripezinha”.

No cenário atual, a importância das universidades foi evidenciada pela pandemia, contexto que também expôs a necessidade de investimentos nas áreas da educação e da saúde, de suporte à continuidade de pesquisas e de apoio às instituições promotoras de ciência, cultura e tecnologia.

No Brasil, ao contrário, o que houve foi a redução das verbas destinadas à pesquisa nas universidades. A situação coloca em risco a continuidade de pesquisas e de projetos, além de contribuir para o sucateamento das estruturas de desenvolvimento científico e de colaborar, direta e indiretamente, para a permanência das crises contemporâneas.

É ainda nesse contexto de pandemia que a UnB alcança seus 60 anos de existência, período em que pensa em alternativas para um retorno seguro às atividades presenciais e, ao mesmo tempo, na continuidade do apoio à sociedade com pesquisas e projetos.

Considerações finais

Podemos observar que os três pilares ensino, pesquisa e extensão são essenciais para apoiar a resolução das crises contemporâneas e revelam a importância da universidade, sobretudo na atualidade. Para Darcy Ribeiro, a universidade deveria ser um espaço que reunisse pesquisas científicas, projetos acadêmicos e a integração da comunidade, possibilitando a troca de ideias, a criatividade e o surgimento de novas propostas científicas ou humanísticas (Bchara; Silvério, 2013, p. 23).

Conforme dito anteriormente, a criação da Universidade de Brasília (UnB) foi autorizada, em 1961, com o objetivo de formar cidadãos capazes de desenvolver soluções para problemas da sociedade, bem como preparar especialistas com a finalidade de promover o desenvolvimento apoiados na técnica e na ciência; propósitos que permanecem nos dias atuais.

A pandemia evidenciou esses propósitos e tornou imperativo que as instituições de ensino se adaptassem aos ambientes virtuais, acelerassem o desenvolvimento de pesquisas para o combate do coronavírus e realizassem projetos para auxiliar a sociedade durante o período de isolamento social.

Nessa conjuntura, a UnB reforçou a produção de pesquisas científicas ao criar o Comitê de Pesquisa, Inovação e Extensão de combate à covid-19 da Universidade de Brasília, que, desde o início da pandemia, viabilizou a realização de mais de 170 ações institucionais de combate à doença (Gomes, 2020).

É importante mencionar que, mesmo antes desse momento sombrio, os projetos e as pesquisas já ocorriam em grande número nas universidades. No Brasil, as universidades públicas são detentoras da maior quantidade de pesquisas, realizando mais de 90% da produção científica do país, segundo relatório da Clarivate Analytics para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Rabelo, 2019, p. 17).

Segundo dados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) de 2019, mais da metade (54,5%) das universidades brasileiras são públicas (Inep, 2019, p. 5), fato que justifica a continuidade e a ampliação de investimentos para a produção das atividades acadêmicas. Conforme percebemos, além da própria instituição de ensino, a sociedade poderá se beneficiar com as melhorias na universidade pública, que se traduzem em mais projetos de extensão, em cursos de idiomas, em serviços médicos e veterinários em seus hospitais universitários, entre outras atividades.

Por fim, podemos concluir que, desde a sua inauguração, a UnB enfrenta desafios para oferecer um ensino gratuito, de qualidade, democrático, popular, inclusivo, visando inserir as classes marginalizadas cada vez mais na universidade pública. Apesar das dificuldades, durante seus 60 anos de existência, a UnB muito contribuiu para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura nacional. De lá para cá, transformou vidas, colaborou no preparo de cidadãos conscientes e críticos, graduou mais de 115 mil profissionais entre 1966 e 2019 (UnB, 2020a), os quais, durante esses anos, registraram o conhecimento adquirido e aperfeiçoado na Universidade em forma de produções bibliográficas e artísticas.

Agora, mais do que nunca, precisamos nos inspirar em Darcy Ribeiro, para sermos utópicos e ousados, a fim de construirmos a universidade do futuro. Devemos maximizar o uso da estrutura que já possuímos, enquanto buscamos a concretização da Universidade de Brasília que queremos, pois o amanhã ainda é incerto e outros desafios estão por vir. Apesar dessas adversidades, a UnB se mantém firme, aberta ao presente e ao futuro.

Referências

BCHARA, Caroline; SILVÉRIO, Lara. Um sonhador com os pés na realidade. *Darcy: revista de jornalismo científico e cultural da Universidade de Brasília*, Brasília, v. 15, nov./dez. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/Darcy15>. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. *Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961*. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/Lei3998>. Acesso em: 28 set. 2022.

DIVULGADOS os planos para 62 da Universidade de Brasília. *Correio Brasileiro*, Brasília, p. 7, 19 jan. 1962a. Disponível em: <https://bit.ly/CB-1962aa>. Acesso em: 28 set. 2022.

DIVULGADOS os planos para 62 da Universidade de Brasília. *Correio Brasileiro*, Brasília, p. 7, 20 jan. 1962b. Disponível em: <https://bit.ly/CB-1962b>. Acesso em: 28 set. 2022.

GOMES, Raio. Webinar apresenta à sociedade projetos de combate à covid-19. *UnB Notícias*, Brasília, 12 de agosto de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/copei-UnB>. Acesso em: 28 set. 2022.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.). *Ministério da Educação. Censo da Educação Superior: notas estatísticas 2019*. Disponível em: <https://bit.ly/Censo-INEP>. Acesso em: 28 set. 2022.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 131-150, maio/jun./jul./ago. 2000. Disponível em: <https://bit.ly/UniversidadenoBrasil>. Acesso em: 28 set. 2022.

RABELO, Nair. Universidades: o que são e para que servem? *Darcy: revista de jornalismo científico e cultural da Universidade de Brasília, Brasília*, v. 23, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/Darcy23>. Acesso em: 28 set. 2022.

UNB. *Anuário Estatístico 2020*. Brasília: Universidade de Brasília, [2022]. Disponível em: <https://bit.ly/AnuarioUnB>. Acesso em: 28 set. 2022.

UNB. *História*. Brasília: Universidade de Brasília, [2021]. Disponível em: <https://www.unb.br/a-unb/historia>. Acesso em: 28 set. 2022.

UNB. *Plano orientador da Universidade de Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1962.

UNIVERSIDADE de Brasília (planos). *Correio Braziliense*, Brasília, 8 nov. 1960. Caderno 2, p. 1. Disponível em: <https://bit.ly/CB-1960>. Acesso em: 28 set. 2022.



Bandeiras
hasteadas no *campus*

Foto: Júlio Minasi



Universidade para quê? A universidade está sintonizada com o melhor do saber universal e com a sociedade brasileira?

Cesar Rodrigues van der Laan

Introdução

Desde os anos 1960, a Universidade de Brasília (UnB) vem ampliando sua estrutura física e aprofundando seus processos educacionais, a partir do modelo ensino-pesquisa-extensão. De menos de 500 estudantes iniciais, a UnB hoje abrange mais de 48 mil alunos, espalhados em quatro *campi* pelo Distrito Federal. Essa atuação é balizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece a finalidade da educação superior em formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, tanto para inserção no mercado de trabalho quanto para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira.

No entanto, a educação superior vem sofrendo desafios institucionais, inclusive com o questionamento de seu papel na sociedade brasileira. Este ensaio insere-se nesse contexto e busca refletir sobre a qualidade dos processos educacionais desenvolvidos na UnB e reafirmar a legitimidade de seu



projeto educacional para o país. Partimos do pensamento de Darcy Ribeiro como base teórica para avaliar a UnB em suas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, enfatizando sua função transformadora.

A utopia e a universidade necessária no seu tempo e lugar

A UnB foi criada para ser um empreendimento fundante no país (Ribeiro, 1986), atuando como agente de mudança intencional da sociedade, visando à transformação das pessoas e do país (Ribeiro, 1978). Tratava-se de fundar uma “universidade-semente”, capaz de gerar o desenvolvimento que o país não tinha. Como uma universidade ampla, todas as áreas do saber se somariam, gerando um centro nacional de criatividade científica e cultural. Esse saber amplo serviria para pensar o Brasil e seus problemas. É como centro científico e cultural na nova capital nos anos 1960 que a UnB desenvolveu seu projeto educacional, desde cedo buscando superar as estruturas vigentes e servindo de embrião para o desenvolvimento social e econômico doméstico.

Na utopia de Darcy Ribeiro, há uma concepção de protagonismo da Universidade no processo de desenvolvimento nacional, voltado para superar o atraso de um país então subdesenvolvido e em processo de industrialização. Em sua visão, era essencial que a Universidade tivesse um papel ativo na sociedade, buscando o “domínio do saber científico, tecnológico e humanístico” (Ribeiro, 1978, p. 175) e participando dos debates acerca dos problemas nacionais. Na universidade-semente, a pesquisa atuaria como centro de desenvolvimento de tecnologia, em paralelo à função tradicional de qualificação da mão de obra para o mercado de trabalho.

Porém, Darcy Ribeiro já apontava haver contingências que circunscrevem esse tipo de projeto, o que indica uma delimitação temporal e espacial que se impõe à construção de uma universidade. Há condições históricas, sociais e econômicas que definem o papel institucional que um projeto de universidade venha a ocupar. Nesse sentido, pode ser apontada uma inserção periférica dos projetos das universidades no Brasil, que pode ser vista como reflexo do processo de desenvolvimento periférico do próprio país, que não domina a revolução técnico-científica que se desenvolve no mundo mais avançado. Tal aspecto condiciona a pesquisa brasileira até hoje, constituindo o que Muller (2020) chama de modernização reflexa, e serve de parametrização para a avaliação do desenvolvimento do projeto UnB.

As dimensões de ensino, pesquisa e extensão

As universidades públicas trabalham com uma ampla diversidade de saberes, que são desenvolvidos a partir do modelo constitucional tripartite do ensino-pesquisa-extensão. É a associação entre ensino, pesquisa e extensão que legitima o papel da universidade no país, que a diferencia de faculdades e centros universitários. Avaliar a Universidade passa, portanto, por observar o cumprimento desse modelo tripartite.

No âmbito do ensino, pode-se afirmar que a qualidade se insere no projeto UnB como um valor, com ênfase na excelência e na lealdade aos padrões internacionais do saber (Ribeiro, 1986). Para isso, a UnB conta com talentos em seus quadros, nas várias áreas do conhecimento, o que se traduz em praticamente 95% dos seus quase 2.600 docentes com titulação de doutorado,¹ quantidade muito superior à exigência mínima legal de um terço.

Também adquire importância a própria forma metodológica de transmissão do conhecimento, no âmbito da autonomia didático-científica da Universidade. Como se sabe, a aula expositiva é a base do modelo de educação no país, porém sofre uma crítica continuada não apenas pela desmotivação dos estudantes, como pela posição passiva que estes assumem no processo de aprendizagem. Por sua vez, a flexibilização do modelo didático tradicional durante a pandemia tem construído uma experiência de ensino com mais espaço para atividades ativas, a partir de mais leituras individuais, elaboração de trabalhos e estudos direcionados, em que a autonomia do discente é incentivada. Essa forma potencializa a aptidão do saber conhecer e aprender, necessária para o bom profissional nas mais diversas áreas do conhecimento.

A nova concepção segue a prática adotada em universidades internacionais de ponta, localizadas em países centrais, como a Inglaterra, onde se prioriza a iniciativa do aluno. Na Universidade de Cambridge, por exemplo, as aulas presenciais são desenvolvidas durante as oito primeiras semanas do semestre, restando a outra metade do semestre dedicada a trabalhos ativos dos estudantes. Da mesma forma, a inovação do ensino na UnB, a partir do uso de tutores e monitores como auxiliares dos professores na condução das disciplinas, também se mostra um avanço importante. Além de propiciar experiência na docência a alunos da própria graduação, o modelo propicia que os professores possam se dedicar a outras

¹ Disponível em: <https://unb.br/a-unb/unb-em-numeros>. Acesso em: 28 set. 2022.

funções como a pesquisa e a orientação de teses e dissertações, além da necessária própria atualização do conhecimento.

Como resultado desses esforços, a UnB situa-se como uma das principais universidades do país, figurando nos principais *rankings* comparativos, âmbito no qual ocorre o predomínio das universidades públicas.² No *ranking* da *Folha de S. Paulo*, por exemplo, a UnB figura na 6ª posição na categoria ensino.³ Além disso, mantém vários cursos de graduação dentre os mais disputados do país.

Quanto à pesquisa, a UnB segue a tradição das universidades públicas, que, em conjunto, são responsáveis por mais de 90% da produção científica no país (Rabelo, 2019), depositando a vasta maioria das patentes brasileiras. Há uma centralidade da pesquisa científica desenvolvida nas universidades como pilar necessário para alcançar o melhor padrão internacional no plano dos saberes (Ribeiro, 1986), tendo espaço através da conjugação com o ensino em nível de pós-graduação. Os números mostram avanço nessa área na UnB. Além dos quase 40 mil estudantes na graduação em 134 cursos ativos, há outros quase 9 mil alunos matriculados em 165 cursos de mestrado e doutorado.⁴ Os quadros da Universidade também denotam o privilégio institucional à pesquisa, com seus espaços direcionados para doutores e professores com dedicação exclusiva (Sousa Junior, 2012). Além disso, a pesquisa e o corpo docente qualificado são tópicos levados em consideração pelo MEC, o que também se reflete nas avaliações periódicas de cursos promovidas pelo MEC, em que a UnB apresenta destaque.⁵

Por meio do Decanato de Pesquisa e Inovação (DPI), tem-se avançado em projetos voltados à inovação aplicada, como forma de contribuição social a partir da pesquisa científica. Destaque para a atualidade da pesquisa na virologia, desenvolvida ainda no começo da pandemia em 2020. O Departamento de Biologia

² Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/11/11/usp-unicamp-e-ufrj-estao-entreas-10-melhores-universidades-da-america-latina-aponta-ranking.ghtml>. Acesso em: 28 set. 2022.

³ Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-universidades/principal/>. Acesso em: 28 set. 2022.

⁴ Anuário Estatístico 2020. Disponível em: http://dpo.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=872. Acesso em: 23 ago. 2021.

⁵ O indicador também é parâmetro para a distribuição de orçamento à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT). Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf; e em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior>. Acesso em: 28 set. 2022.

Celular conduziu o primeiro sequenciamento do genoma do coronavírus no Distrito Federal, colocando a UnB como uma das três universidades então a realizá-lo no país.⁶ Do mesmo modo, outros 115 projetos de pesquisa foram conduzidos com foco no combate à covid-19. Outra contribuição recentemente produzida na UnB foi a criação de um dispositivo de luz LED para tratar e curar feridas de pessoas com diabetes, evitando que evoluam a ponto de ocorrer uma amputação (Rabelo, 2019). Esse desenvolvimento de *expertise* em aplicações específicas demonstra a capacidade do conhecimento de ponta mantido na Universidade.

O pilar da extensão na UnB também merece destaque, dada sua forte ligação com a cidade (Ribeiro, 1986 p.58), desenvolvida a partir de sua concepção como centro cultural e científico para a nova capital. Há um papel desenvolvidor da UnB não apenas em termos de conhecimento técnico e científico, mas também cultural, como local de desenvolvimento de capacidades em todos os planos (Ribeiro, 1986). No âmbito da extensão, a Universidade chega à sociedade na forma de programas, projetos e ações que melhoram a vida de muitas pessoas, inclusive pela própria promoção de debates e seminários abertos à comunidade. Bibliotecas, cursos de línguas e aulas de dança são exemplos de atividades de extensão que suprem demandas locais. Destaque para o compromisso social do Hospital Universitário (HUB), que presta serviço de saúde para pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS); da farmácia universitária, outra referência no atendimento à população, além da assistência odontológica e psicológica. Há, inclusive, prestação continuada de serviços jurídicos à população, entre outras iniciativas importantes. São muitos os projetos que atendem à sociedade, em várias áreas do conhecimento.

Como Sousa Junior (2012) bem destaca, essas iniciativas de pesquisa e de extensão beneficiam não apenas a sociedade em geral ou a população local, mas também os próprios discentes, dado que as atividades são conduzidas a partir da contribuição dos alunos universitários. Eles têm a oportunidade de investigar soluções inovadoras e desenvolver experiências práticas ainda na graduação, o que se constitui em uma experiência enriquecedora, contribuindo para torná-los profissionais ainda mais criativos e completos. Além disso, essas ações se contra-põem à crítica comum de dissociação entre o ensino teórico e a aplicação prática dos saberes desenvolvidos em aula.

⁶ Disponível em: <http://www.unbciencia.unb.br/biologicas/104-ciencias-biologicas/641-professores-do-instituto-de-ciencias-biologicas-ib-da-unb-sao-os-primeiros-no-df-a-sequenciar-genoma-do-coronavirus>. Acesso em: 28 set. 2022.

Da universidade necessária à universidade transformadora

Darcy Ribeiro concebeu a UnB como um projeto voltado à concretização de ações práticas transformadoras, com o fim social de superação de estruturas de atraso. A seu ver, era preciso lidar com as contradições sociais brasileiras a partir da Universidade, que atuaria como aceleradora da evolução social (Ribeiro, 1986). Assim, a universidade-semente deve conciliar a produção de conhecimento com as necessidades sociais brasileiras. Talvez seja esse o grande diferencial de entrega da UnB à sociedade brasileira, espelhado em sua missão como universidade inovadora e inclusiva.⁷ A Universidade é, atualmente, um projeto de inclusão social. Como semente de transformação social, a UnB dissemina direitos humanos e valores sociais democráticos para além dos seus espaços, a partir da formação não apenas de profissionais para o mercado de trabalho, mas de cidadãos éticos e qualificados que vão reproduzir esses valores na sociedade brasileira.

Como afirma Sousa Júnior (2012), não se trata apenas de transmissão de saberes e formação técnica qualificada de pessoas, mas de um projeto universitário que oferece formação humanística prática aos estudantes. Sendo assim, o compromisso com a defesa de valores humanos e das próprias pessoas adquire centralidade na UnB, que adota as pessoas como denominador comum dos valores, “devendo ser, elas mesmas, o valor mais alto numa sociedade justa e igualitária” (Sousa Junior, 2012, p.12). Aqui, a promoção da dignidade humana se inter-relaciona com o projeto de emancipação, em contraposição à origem de estudantes marcada pela pobreza. Tais valores são concretizados por meio de ações afirmativas para o ingresso nos cursos, pela assistência estudantil e pela localização de três *campi* nas cidades satélites de Brasília, promovendo justiça social.

A UnB também adota diversas iniciativas como espaço educador em direitos humanos, promovendo o clima de “liberdade cidadã” e de respeito às diferenças ideológicas, políticas, raciais e sexuais. Destaque para sua política institucional de acolhimento da diversidade; o combate à homofobia e a iniciativa do uso do nome social por travestis e transexuais nos documentos e sistemas da UnB, assegurando a dignidade desse grupo (Sousa Junior, 2012). Dessa forma, a UnB promove a afirmação de valores, introduzindo avanços contra violações de direitos humanos no âmbito universitário, incluindo os trotes, o machismo e as discriminações raciais ou contra mulheres e LGBTs.

⁷ Disponível em: <https://unb.br/a-unb/missao>. Acesso em: 28 set. 2022.

Isso constitui o que Medeiros *et al.* (2021) chamam de cidadania ativa, a partir da universidade emancipatória, em combate ao racismo, à homofobia e a preconceitos em desrespeito à dignidade humana. São avanços que servem para transformar a sociedade em direção a uma sociedade mais humanizada, legitimando lutas e amplificando as vozes que ecoam em seus espaços em busca da efetivação de direitos, o que potencialmente promove mudanças na sociedade (Medeiros *et al.*, 2021). De fato, há um conhecimento prático derivado da afirmação universitária de valores universais, que potencialmente dissolve preconceitos da sociedade e modifica a cultura, a inteligência e a condição de uma sociedade inteira (Chaimovich, 2019).

Nesse caso, o compromisso social das universidades não se esgota na função tradicional de capacitação técnica dos estudantes. O viés humanista complementa a transmissão de saberes, que se associa à afirmação, na prática, de valores sociais de inclusão e respeito que promovem a dignidade humana a todos. Essa dimensão social transforma a Universidade como espaço de promoção de cidadania e afirmação de valores sociais universais, constituindo um ambiente institucional necessário em um contexto público caracterizado por ameaças e tentativas de retrocessos sociais. (Medeiros *et al.*, 2021).

De fato, o projeto de “universidade humanizadora” engloba uma educação em direitos humanos, a partir da experiência prática dos princípios de respeito à diversidade cultural e defesa da dignidade humana e da convivência harmônica e solidária, voltada para “eliminar tudo aquilo que está enraizado nas mentalidades por preconceitos, discriminação, não aceitação dos direitos de todos, não aceitação da diferença” (Medeiros *et al.*, 2021, p. 108). Nesse contexto, a Universidade torna-se uma prática social, adquirindo protagonismo social na promoção dos direitos humanos a partir de experiências emancipadoras que extrapolam a sala de aula. Em decorrência disso, a formação do estudante universitário passa a conciliar uma formação técnica, ética e humanística, gerando cidadãos mais sintonizados com a realidade do século XXI.

Considerações finais

É a partir do modelo de ensino-pesquisa-extensão que a UnB delimita sua função como universidade, que se traduz em produção e transmissão de conhecimentos, formação de profissionais para o mercado de trabalho e, ainda, contribuição para o desenvolvimento local e nacional, com base na pesquisa e extensão.

Porém, mais do que isso, esse modelo associa-se à afirmação prática de valores, visando à formação de cidadãos, o que torna a Universidade um espaço de transformação mais ampla de pessoas. Tal aspecto passa a caracterizar o diferencial de suas entregas à sociedade, o que pode ser visto como um fruto da utopia fundante transformadora subjacente ao projeto UnB. Assim, a UnB se apresenta como *locus* de produção de conhecimento e de formação holística de cidadãos, conciliando a excelência dos saberes com as demandas do país, em várias dimensões. Isso coloca seu projeto educacional em sintonia com o país, garantindo sua legitimidade no âmbito da realização do projeto constitucional brasileiro, o que também responde à indagação original de Darcy Ribeiro de “universidade para quê?”.

Referências

CHAIMOVICH, Hernan. Universidade pública tem papel social, intelectual e econômico. [Entrevista cedida a] Caroline Aragaki. *Jornal da USP*, São Paulo, 10 maio 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/universidade-publica-tem-papel-social-intelectual-e-economico/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

MEDEIROS, A.L.L.; ULHÔA, I.; ARAÚJO e SILVA, J.R.; SEIDI, M. Direitos humanos e a afirmação histórica da universidade emancipatória. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de *et al.* (org.). *O Direito Achado na Rua: questões emergentes, revisitações e travessias*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021. p. 99-126.

MULLER, H.D.C.M. A universidade necessária: desenvolvimento nacional e produção científica. *Rebela*, v. 10, n. 1, p. 163-169, jan./abr. 2020.

RABELO, Nair. Universidades: o que são e para que servem? *Darcy: revista de jornalismo científico e cultural da Universidade de Brasília*, Brasília, v. 23, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/Darcy23>. Acesso em: 28 set. 2022.

RIBEIRO, Darcy. *Universidade para quê?* Brasília: Editora UnB, 1986.

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. cap. V.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de (org.). *Da universidade necessária à universidade emancipatória: balanço da gestão de um sonho*. Brasília: Editora UnB, 2012.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. *A integração do ensino superior dos países lusófonos para a promoção do desenvolvimento humano*. Palestra de encerramento na 9ª Conferência do Fórum de Gestão do Ensino Superior nos países e regiões de língua portuguesa. Brasília, nov. 2019.



Foto aérea do
ICC – Ala Sul

Fonte: ME/Portal da Copa/Março
de 2014/Tomás Faquini



A criatividade para a realização da visão universitária de Darcy Ribeiro

Cristiano Hoppe Navarro

Em 16 de agosto de 1985, no auditório Dois Candangos, localizado na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, durante a cerimônia de posse de Cristovam Buarque, primeiro reitor eleito pela comunidade universitária, Darcy Ribeiro lançava um desafio aos presentes: “Universidade de Brasília, para quê? Universidade de Brasília, para quem?”. Fundador, idealizador e seu primeiro reitor, recordando-se emocionalmente de tantas e tantas pessoas – vivas ou não – que haviam sonhado também o sonho da UnB, sonho este que havia durado poucos anos após a inauguração em 21 de abril de 1962 e até a intervenção que se seguiu da ditadura militar, vislumbrava agora o renascimento da possibilidade da universidade de utopia, a “universidade necessária”.

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”, afirmou o escritor uruguaio Eduardo Galeano, tão entusiasta da América Latina como campo semântico-geográfico quanto Darcy Ribeiro.

Consciente do caráter inalcançável do utópico, da “distância que separa as abstrações das coisas”, ainda assim o brasileiro sublinhou sua importância para que se pudesse percorrer um caminho, para que se germinasse a “universidade-mente”. Para quê? Para quem? “Só os realmente capazes de encarnar os interesses da maioria da população e de defender a qualquer custo o desenvolvimento nacional autônomo podem modelar uma universidade nova capacitada a atuar como uma agência de aceleração evolutiva da sociedade” (Ribeiro, 1969, p. 212).

Para o sociólogo, nenhuma universidade digna do nome poderia abster-se de três princípios básicos. O primeiro deles é o respeito aos padrões internacionais do saber. Um segundo, inalienável, é a busca de soluções aos problemas nacionais. “Os latino-americanos deixam que sua própria realidade seja o laboratório de trabalho criador de pesquisadores estrangeiros”: em contraface, é preciso que os brasileiros tomem para si a tarefa de solucionar os entraves do próprio Brasil. O terceiro princípio, afinal, é a liberdade de manifestação do pensamento e da defesa de ideias.

É essa caminhada que a UnB continua trilhando até os dias atuais. Defender-se-á aqui que a conjunção das, primeiro, situações concretas e dos rumos para os quais está apontando a sociedade brasileira e global, com, segundo, as visões e princípios de universidade encampados por Darcy Ribeiro, pode ser encarnada idealmente pelo desenvolvimento de um conceito guarda-chuva: a criatividade. É pelo seu cultivo que a caminhada nos levará mais longe na utopia, consistindo de fato em uma heterotopia, um lugar de alteridade como o entende Michel Foucault, do qual é exemplo o próprio soerguimento de Brasília profetizado por Dom Bosco entre os paralelos 15 a 20 do hemisfério sul.

Já nos anos 1960, a visão do ex-ministro da Educação incluía dentre as funções capitais de *A universidade necessária*, em trecho atualíssimo:

A função criativa de dominar e ampliar o patrimônio humano do saber e das artes em todas as suas formas, seja como condição indispensável ao exercício da docência, seja como objetivo essencial em si mesmo. Mediante o exercício desta função, a universidade incorpora à sociedade a que serve todo o esforço de interpretação da experiência humana. E lhe agrega as expressões de criatividade cultural de seu povo, para capacitá-la a realizar suas potencialidades de progresso e, dessa maneira, integrar-se, como uma nação autônoma, à civilização de seu tempo (Ribeiro, 1969, p. 74).

Pesquisadores da UnB calcularam: até 2026, 54% dos empregos formais no Brasil serão substituídos por robôs e *softwares*. Os resultados podem ser distópicos, com desemprego em massa, ou utópicos, fornecendo às pessoas uma grande ampliação do tempo livre para se dedicarem ao que é intrínseca e essencialmente humano. Seja no cenário do “desemprego tecnológico” ou da “abundância universal”, as capacidades criadoras são a resposta: são as tarefas criativas as que não podem ser reproduzidas pela inteligência artificial e, ao mesmo tempo, as mais plenas de satisfação e alegria. Ambos os cenários devem ser contemplados pela universidade, já que seu duplo objetivo é atender “seu próprio desenvolvimento como centro cultural” e, ao mesmo tempo, preparar “a força de trabalho qualificada exigida pela sociedade nacional”, que hoje perpassa mais e mais por aspectos criativos.

“Ou nós comemos e dominamos o saber moderno, ou vamos ser recolonizados”, afirmou Darcy em entrevista ao programa Roda Viva. É a Universidade o palco vocacionado para o máximo desenvolvimento criativo dos indivíduos e da sociedade, sempre relacionado à *diferença*, à *mudança* e à *transformação*. “As universidades que se antecipam, na medida do possível, às transformações sociais podem converter-se em instrumento de superação do atraso nacional”.

Liberdade e autonomia; inovação; diversidade; transdisciplinaridade, integração e generalismo; combate ao isolamento e à burocracia; cogoverno entre docentes e estudantes; ensino integral; questionamento sem dogmatismos; e flexibilidade com objetivos: explícita ou implicitamente abordadas por Darcy Ribeiro, são todas proposições que se relacionam com a criatividade. Foi com seu mentor e também pai fundador da UnB, Anísio Teixeira, que o antropólogo compreendeu: “O único compromisso que se pode ter em matéria de ideias é com a verdade. Toda ideia é provisória, toda ideia tem que ser posta em causa, questionada. Tudo é discutível, sobretudo numa universidade” (Ribeiro, 1986, p. 2).

A estrutura tripartida de universidade proposta em *A universidade necessária*, modelo para a Universidade de Brasília, considerava uma trajetória multilinear composta de institutos centrais (campos de formação básica: Matemática, Física, Química, Geociências, Biologia, Ciências Humanas, Letras e Artes), faculdades profissionais (áreas aplicadas: Ciências Médicas, Ciências Agrárias, Engenharias, Ciências Jurídicas e Sociais, Arquitetura e Desenho, e Educação) e órgãos complementares (Teledifusão, Museu, Biblioteca Central, Editora e Estádio). Atualmente, foram modificadas algumas e criadas outras dessas unidades, compondo um total de 12 institutos, sete órgãos complementares e 14 Faculdades, incluindo os três *campi* localizados em Ceilândia, Gama e Planaltina.

Tal organização postergava a definição da carreira, e propiciava o convívio entre estudantes de diversas inclinações vocacionais, seja nas disciplinas básicas cursadas nos institutos centrais ou nas atividades complementares da experiência universitária em um *campus* arquitetonicamente conectado, como o é hoje o *campus* Darcy Ribeiro em seus quase quatro milhões de metros quadrados.

Em uma eleição recente para o Diretório Central dos Estudantes Honestino Guimarães da UnB, uma das chapas propunha uma visão comunitária de “UniverCidade”, enquanto outra propalava: “O universo é maior do que a cidade”. Pois bem: a Universidade de Brasília, tal como imaginada por seus pais fundadores, detém igualmente essas duas características. É universo, porque possibilita o cultivo na totalidade dos campos do saber, de forma integrada, diferentemente do isolamento das escolas autárquicas que predominavam na época coetânea de sua fundação. É cidade, porque permite a convivência dos seus mais de 50 mil membros, pelo menos em tempos de ensino presencial.

Indigenista, Darcy Ribeiro valorizava a miscigenação de índios, negros e europeus como uma força constitutiva da sociedade brasileira. Primeira universidade federal do país a adotar cotas raciais como critério para ingresso na graduação, a UnB congrega hoje diversas origens dentro e fora do Brasil. É essa diversidade étnica e de estilos de pensamento, com a devida integração, que assegura a transdisciplinaridade, relacionada ao que está ao mesmo tempo *entre*, *através* e *além* de qualquer disciplina. A ampliação da matéria-prima para as ideias, bem como o estudo em áreas mais periféricas e na fronteira de conhecimento em um domínio, são capazes de potencializar a criatividade.

Vista ora como autoexpressão estética, ora como resolução racional de problemas (muitos deles nos dias atuais, como a mudança climática, de natureza global e indubitavelmente transdisciplinar), a criatividade se beneficia da superposição dos mundos da arte e da ciência. *Prima facie*, a Universidade poderia ser essa Pasárgada da criatividade – mas no meio do caminho da utopia tinha uma pedra.

Colhendo os benefícios do modelo tripartido integrador em detrimento das escolas autárquicas isoladas, a UnB, contudo, observou também os prejuízos da “burocracia” proveniente da sua escala e compartimentalização. Atravancando a ação, embotando a inteligência e forçando à repetição mecânica, a burocracia nos torna burros. Nada mais distante do poder criativo que o sistema judiciário monumental, labiríntico, absurdo, hierárquico, hermético e claustrofóbico com que nos deparamos em *O processo*, de Franz Kafka – analogia possível em muitos momentos de quem vive cotidianamente a Universidade.

Uma carga está no caráter burocrático da maioria das universidades latino-americanas, que não passam de repartições públicas. Nelas, frequentemente, órgãos administrativos imbuídos de mentalidade burocrática exercem verdadeira ditadura sobre os setores consagrados à docência e à investigação – contestando razões científicas e acadêmicas com o “peso” de razões legais e contábeis (Ribeiro, 1969, p. 67-68).

Talvez seja esse o maior desafio da planificação como política de desenvolvimento da universidade. Ao conhecer sistemas universitários em todo o mundo, inclusive nos anos de exílio em que participou de reformas em universidades de vários países da América Latina, Darcy Ribeiro contrapôs os modelos estruturais universitários. O napoleônico francês, o alemão e o soviético eram planejados e intencionais, agências propositais de integração nacional e mobilização cívica. Enquanto isso, o inglês e o norte-americano eram mais flexíveis e espontâneos. Para superação do atraso nacional, Darcy Ribeiro elencou aspectos negativos e positivos da planificação com base nessas experiências, com veredito final favorável à intencionalidade lúcida na direção dos rumos da Universidade.

A tradição universitária anterior seria substituída, nesse processo transformativo (*de implementação da reforma napoleônica*), por uma burocracia racional, seletiva e impessoal, com seus defeitos de rotina e formalismo que tornaram cada vez mais difícil manter e incentivar a criatividade cultural. [...] A grande lição da experiência soviética e, ainda mais, da China, é que uma planificação politicamente conduzida permite elevar em poucas décadas o nível de ensino e de investigação, do atraso mais profundo aos mais altos índices, preenchendo assim os requisitos culturais indispensáveis ao desenvolvimento autônomo (Ribeiro, 1969, p. 41; 64).

Com o intuito de evitar a cristalização de burocracias que impedissem o livre trânsito de ideias e sua concretização, seria – e é – necessário flexibilidade com objetivos. Um norte para a superação dos problemas brasileiros por meio do instrumento da Universidade, em um esforço deliberado para vencer o atraso, como Darcy considerava ter realizado a universidade japonesa, e que pudesse ser encarado de uma variedade de formas, como são variados os caminhos possíveis do estudante no currículo tripartido.

À burocracia contrapõe-se a liberdade. No modelo alemão, os estudantes podiam organizar seus planos de estudo e transitar entre universidades. No norte-americano, “a ausência de burocracia no magistério superior e a consequente falta de segurança e garantias em que se encontra o professor”, estimulava a competição pelos melhores professores. No Brasil, o modelo tripartite pioneiramente adotado pela Universidade de Brasília proporcionou a construção livre de um itinerário formativo pelo estudante, incluindo as disciplinas optativas e eletivas (antigamente denominadas “módulo livre”).

No décimo quinto ponto dos Princípios Reitores da Nova Reforma, Darcy Ribeiro defendeu a existência na universidade de centros de experimentação educacional, destinados à “experimentação de novos procedimentos para melhorar os métodos e níveis de ensino”. Talvez já anteviesse a terceira década do século XXI, em que cada vez mais a “educação bancária” – termo utilizado por Paulo Freire em referência às aulas expositivas hierarquizadas em que o professor considerava o aluno como um banco, no qual depositava o conhecimento – está obsoleta. Metodologias ativas de aprendizagem, dotadas de colaboração e gamificação, bem como o ensino híbrido e a personalização do ensino com base em TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação), são inescapáveis e promotores do diapasão da criatividade.

Trata-se, portanto, de conceito que se configura como mola propulsora para a realização da missão da Universidade de Brasília, seja em um recém-inaugurado auditório Dois Candangos, em abril de 1962, de volta à ele na renascida universidade em agosto de 1985, seja em uma nova retomada, das aulas presenciais, após sua interrupção devido à pandemia em março de 2020.

Querem um exemplo? Eu sei fazer odontólogos e matemáticos, por exemplo, em qualquer quantidade. Quantos advogados ou psicólogos vocês querem: 14 mil? 17 mil? Médicos, vocês querem 20 ou 40 mil? Engenheiros, 30 ou 100 mil? Eu os formo todos. Deem-me uns poucos anos e os formo bem formados. Agora, me peçam um Oscar Niemeyer e eu não formo nenhum. Peçam um Aleijadinho, e eu não formo nenhum. Peçam um Villa-Lobos e eu não formo nenhum. Essa é, entretanto, a nossa responsabilidade, a que somo outra, ainda maior: a de criar aqui uma cidade autêntica, singular e criativa como Ouro Preto, Bahia, Rio. Isto é o que Brasília há de ser. Como? Como negar, porém, que esta é a missão da UnB? Mas como ajudar a florescer aqui um centro cultural autônomo e

criativo? Tentamos contribuir para isso, criando no nosso *campus* um ambiente propício. Foi com esse objetivo que demos casas a artistas que aqui vieram viver, para pintar ou ensinar a pintar, se quisessem; para fazer gravuras ou ensinar gravuras, se quisessem; para fazer música e ensinar a apreciar música, se lhes aprouvesse; mas, essencialmente, para conviver conosco, para ajudar a compor uma comunidade universitária, enriquecida por gente criativa em todos os planos. (Ribeiro, 1985, p. 16)

É a criatividade que distingue os luminares supracitados dos profissionais “bem formados”, mas que somente repetem métodos e técnicas que passaram pelo crivo dos tempos. Sem prejuízo ao importante papel de produção “em cada indivíduo singular, da humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens e mulheres”, como diria Dermeval Saviani, é a criatividade que promoveu, promove e promoverá o florescimento de uma cultura singular em Brasília e, especialmente, na Universidade de Brasília.

Para atender às pressões disruptivas da contemporaneidade e, ao mesmo tempo, cumprir a missão a que se propõe a Universidade de Brasília, é preciso que a práxis convencionalmente observada no ensino, na pesquisa e na extensão seja banhada no oceano da criatividade. Uma possibilidade que este ensaio brevemente sugerirá é a inclusão no currículo da integralidade dos estudantes de uma, assim chamada, disciplina, embora marcada totalmente pela transdisciplinaridade e transversalidade, com ênfase na educação criativa teórica e prática. *Transdisciplina* talvez fosse um termo mais apropriado para designar o conjunto de encontros voltados ao duplo objetivo de compreender e praticar a criatividade.

Resumidamente, a transdisciplina é composta de 60 horas, com cada um de 15 encontros composto de uma metade inicial de palestras (sempre que possível, com convidados) e uma segunda metade de atividades práticas. Na parte expositiva-investigativa, os temas abordados iniciam com formação em psicologia da criatividade, passando pelos aspectos educacionais e sociais do fomento à criatividade, para seguir com uma ampla gama de tópicos em criatividade aplicada, das ciências às artes, em inteligências múltiplas.

Esse paradigma, idealizado por Howard Gardner, também apoia as oficinas práticas, que cobrem todas as inteligências/criatividades (linguística, lógica, espacial, corporal, musical, naturalista, inter e intrapessoal) na sua diversidade, e se baseiam em princípios comprovadamente favoráveis à criação. O pressuposto

aparentemente iniludível de Dean Simonton justifica a prática maciça e diversificada: quanto mais se cria, maior é a chance de um sucesso criativo. Temas abordados tanto na parte teórica como na prática podem incluir escrita criativa, programação e engenharias, esporte e dança, oratória, tecnologias disruptivas, cinema e artes cênicas, cultura *maker*, música, artes visuais e muitos outros.

Dada a importância sociocultural e político-econômica crescente da criatividade, e o modelo tripartido de universidade idealizado por Darcy Ribeiro, talvez seja o caso de inaugurar o Instituto Central de Criatividade, ao lado dos demais institutos que organizam a formação básica dos alunos, reconhecendo-se assim a centralidade das competências criativas à totalidade dos estudantes. O Instituto de Criatividade, além de prover turmas em número suficiente para todos alunos cursarem a transdisciplina de *Teoria e prática da Criatividade*, também forneceria meios e suporte procurando viabilizar a concretização das ideias e invenções mais criativas idealizadas pelos estudantes, organizando concursos, festivais, mostras, debates, colóquios, *hackathons* e sessões de *brainstorming*.

Assim, o Instituto de Criatividade possibilitaria um ensino, pesquisa e extensão *sobre, com e para* criatividade, no qual se compreendesse seu funcionamento, desde as teorias mais amplas como a psicologia cultural aos avanços mais recentes na neurociência; no qual as próprias atividades desempenhadas pelos professores fossem imbuídas de criatividade; e, afinal, em que fosse possível desenvolver a habilidade criadora dos estudantes. Continuaríamos assim o legado criativo de Darcy Ribeiro, que em um ato de criatividade inigualável, projetou um novo tipo de universidade, criando a Universidade de Brasília.

Referências

- RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- RIBEIRO, Darcy. *Universidade para quê?* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

Universidade de Brasília, universidade-utopia

Júlia Guimarães Stoimenoff Brito

Introdução

Não se equivoquem, porém, pensando que a Universidade de Brasília já foi ou só foi. Ela é e sempre será nossa maior ambição.

A UnB é a ambição mais alta da inteligência brasileira, este é o nosso sonho maior, esta é a utopia de quem entre nós tem cabeça para pensar este país e senti-lo com o coração.

(Darcy Ribeiro, 1986, p. 6)

Neste ensaio, a Universidade de Brasília será tratada a partir da perspectiva utópica que imbuíu sua criação e na qual seu idealizador, Darcy Ribeiro, manteve a convicção desde o início do planejamento da nova universidade até o fim de sua própria vida. Em 16 de agosto de 1985, em ocasião da posse de Cristovam Buarque, o primeiro reitor da UnB pós-redemocratização, Darcy pronunciou o discurso “Universidade para quê?”; o discurso exala um clima de esperança e alegria à medida que Darcy relembra e reafirma os valores basilares da Universidade que, naquele momento, parecia renascer após um longo tempo adormecida nas cadeias ideológicas da

ditadura que marcara o país por 21 anos. Em certo momento do discurso, Darcy encaminha aos novos responsáveis pela instituição o seguinte conselho: “você precisam tomar aquele velho estatuto para ler e pensar. É até provável que ele não sirva mais para UnB de hoje, mas nele se incorporam valores permanentes que se tem que recuperar” (Ribeiro, 1986, p. 22). Seguindo o conselho sempre atual de Darcy Ribeiro, o presente ensaio retoma o estatuto da Universidade de Brasília em conjunto com outras obras de referência relativas à UnB com o objetivo de identificar e pensar o sentido da base utópica que orientou a sua implementação e faz um esforço de reflexão sobre o quanto os princípios contidos ali podem ainda ser relevantes para pensar a UnB de hoje.

O projeto da UnB

O primeiro Plano Orientador da UnB, publicado pela Editora UnB em 1962 apresenta, entre outras coisas, os objetivos da nova instituição e o plano de funcionamento inovador que seria responsável por concretizar tais objetivos. Os objetivos podem ser divididos em três grandes eixos: i) a nova universidade, disposta no Planalto Central, deveria contribuir para *desenvolver em Brasília uma identidade cultural* que não apenas se igualasse em riqueza às das outras metrópoles do país, como se tornasse uma referência; ii) A UnB teria o papel de *formar o alto escalão do funcionalismo público* do país; e iii) como centro científico, *ser responsável pela investigação de soluções para os problemas da nação*. Para alcançar esses objetivos, a UnB apresentou um plano de funcionamento que foi o resultado de uma movimentação intelectual que pensou qual modelo de instituição daria conta desses três objetivos; como resposta, o plano estrutural da UnB é, em seu aspecto mais básico, um plano de integração em três níveis: a) integração interna; b) integração nacional e c) integração internacional.

Uma universidade para Brasília

A primeira coisa que se pode perceber a partir dos três objetivos expostos é que a UnB nasce em um contexto de específico: a mudança da capital federal do Rio de Janeiro para o interior do país. Em 1956, inicia-se a construção daquela que viria a ser a nova capital federal – Brasília. A construção da nova capital federal, por sua vez, está inserida em uma época marcada pelo ideal desenvolvimentista

e modernizador da nação. Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960, quatro anos após o início das obras. A ideia de transferir a capital para o Planalto Central existia desde a época colonial e foi prevista constitucionalmente na primeira constituição republicana, mas só foi implementada no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). O governo JK apresentou um programa de 30 metas que objetivava, cada uma, a resolução de um problema do país. A “meta-síntese”, a transferência da capital federal, tinha por principal objetivo a integração da nação e o desenvolvimento do interior do país. O primeiro objetivo da UnB seria, portanto, o de crescer com Brasília, tornando-a uma capital capaz de colocar-se frente a frente aos antigos polos do poder em termos culturais mas, principalmente, como centro do poder. Brasília deveria ser capaz de influenciar as outras metrópoles e tal empreendimento só poderia ser realizado por uma cidade com força moral e riqueza intelectual e cultural, atributos esses que a Universidade de Brasília teria como dever construir na nova capital.

Para isso, a universidade deveria estar aberta à comunidade externa, sendo presença cotidiana e importante na vida da população do Distrito Federal. Por exemplo, o então Centro de Extensão Cultural, como lembra Pompeu Souza: “já no primeiro semestre de funcionamento, oferecia à população da capital nascente nada menos que 48 cursos diversos, desde níveis pré-universitários até de pós-graduação, cursos que levavam a universidade para a cidade e traziam a cidade para universidade” (Ribeiro, 1995, p. 122). Hoje a universidade mantém algum desse espírito aceso com a Extensão formando uma de suas bases de funcionamento, junto com a Pesquisa e o Ensino, cujo objetivo é levar a universidade à população de Brasília.

Ser uma universidade para Brasília, no entanto, não significava apenas essa ideia de construção da cultura, mas, e mais importante, significava criar um centro científico e técnico que viabilizasse as condições para o desenvolvimento da nação. A isso se refere os dois outros objetivos: a criação dos quadros técnicos que comporiam os cargos importantes da administração pública e a investigação científica para identificar as causas e resolver o atraso nacional.

Uma universidade para nação

O primeiro argumento para a construção da UnB foi o de suprir as necessidades da nova capital, mas o fato de a UnB ter se tornado o projetor inovador que se tornou só foi possível porque naquela época, entre os anos 1950 e 1960, existiu, entre a intelectualidade do país, um debate sobre as necessidades de se reformar

o ensino superior. Nesse contexto, embora estivesse em grande parte envolvida com o projeto desenvolvimentista do governo JK, é necessário argumentar que ela tinha seu próprio projeto de desenvolvimento da nação. O diagnóstico final da crítica do ensino superior que levou ao projeto da universidade necessária que seria a UnB é de que, entre outros, os centros universitários tradicionais sofriam com um caráter autárquico entre as diferentes “escolas profissionais”, que não se comunicavam entre si; com o enclausuramento, como falta de contato com a sociedade que dificultava que a universidade de fato entendesse essa sociedade; e com uma divisão entre um ensino ou exageradamente teórico ou simplificada-mente técnico, não capaz de abranger a universalidade necessária para atuar nas diferentes necessidades da nação. Com essa estrutura cristalizada, as universidades tradicionais refletiam a estrutura social dada e não seriam capazes de induzir a transformação ou, nas palavras de Darcy:

o maior desafio que defrontamos consiste, por isso, em elaborar um novo modelo teórico de universidade que permita inverter o seu papel tradicional reflexo do meio social ou réplica mecânica das reclamações ou pressões que se exercem de fora sobre ela, para conformá-la em instrumento de transformação da sociedade (Ribeiro, 1969, p. 37).

Percebe-se, portanto, que esse projeto de universidade é um projeto próprio de desenvolvimento da nação na medida em que a universidade não é mais uma simples resposta ou um reflexo, mas é, por si mesma, o agente essencial da transformação e da construção da nação.

O projeto da UnB, em contraste à estrutura tradicional de universidade, tem como princípio organizador mais basilar a ideia de integração. Essa integração ocorreria em três níveis; a primeira é a integração interna, cujo principal objetivo seria a formação integral. A instituição de uma base humanística comum, permitiria, segundo Darcy, “evitar a proliferação daquela espécie de ‘bárbaro vertical’ de que falava Ortega y Gasset, referindo-se ao personagem surgido em nossa civilização como decorrência do tecnicismo industrial, aquele cientista bitulado que cada dia sabe mais – ‘quase tudo’ – a respeito apenas de uma fatia muito estreita do real [...]” (Ribeiro, 1969, p. 249). Essa ideia não é “antiespecialista”, pelo contrário, defende Darcy que o especialista formado a partir dessa estrutura, por poder seguir as combinações quase infinitas de caminho formativo, seria o

mais único, e o modelo de formação seria o mais amplo possível, de modo que qualquer nova demanda que surgisse no processo de desenvolvimento da nação poderia ser rapidamente absorvida pela universidade em forma das combinações possíveis de percurso formativo e atendida por um especialista.

A Universidade de Brasília, com sua tripartição funcional dividida entre institutos centrais de ciência, responsáveis pela base comum científica cumprida por todos os alunos nos dois primeiros anos; faculdades, responsáveis pela formação técnica propriamente dita, e os diversos órgãos complementares “instituídos para prestar serviços a toda comunidade universitária e para pôr a universidade em contato com a com a sociedade global” (Ribeiro, 1969, p. 249) funcionaria assim como um todo coeso, como Darcy Ribeiro acreditava que deveria ser o *campus* universitário: não só como um espaço físico, mas como um espírito de articulação funcional da universidade que impediria que ela incorresse nos mesmos vícios da universidade tradicional que, em seu isolamento e na sua cristalização, não era capaz de formar o profissional necessário.

A velocidade com a qual a UnB poderia atender às demandas na nação não é uma consequência apenas da estrutura interna e flexível da universidade, mas ao fato de que UnB deveria estar integrada a tudo que compõe a nação, o que inclui certamente toda a administração pública, empresas e companhias privadas, as forças armadas, as instituições de arte e cultura e qualquer outra parte integrante da vida nacional. A UnB estaria presente como parte essencial de todas essas áreas, na formação dos quadros profissionais que atuariam como uma presença científica, pronta a identificar os atrasos e os problemas no desenvolvimento de cada uma dessas partes e apta a procurar as soluções necessárias – a isso chama-se aqui integração nacional. Por fim, a UnB seria uma universidade preocupada com a integração internacional. Ela deveria ser um modelo daquilo que deveriam ser as universidades do futuro dos “países atrasados”.

A universidade utópica: considerações finais

Todo o exposto até aqui corresponde àquilo que era pensado como o que podemos chamar de *utopia concreta UnB*, caso o seu projeto original se efetivasse enquanto tal – o que, de fato, nunca aconteceu. Em 1964, apenas dois anos após sua criação, esse projeto foi interrompido e a UnB, posteriormente, reestruturada de modo a satisfazer aos objetivos ideológicos da ditadura. De utopia concreta,

portanto, a UnB passa a projeto ideológico. Tal acontecimento não significou, no entanto, a interrupção literal da universidade, uma vez que ela continuou operando durante toda a ditadura. Com a redemocratização, uma questão natural que se colocou é se seria possível retomar o projeto original. Como podemos constatar, essa retomada nunca ocorreu. E, no entanto, aqui estamos nós, novamente recorrendo aos textos de Darcy; a pergunta, portanto, é: o que há nesses textos que nos mobiliza a retomá-los reiteradamente ao decorrer dos anos e do percurso que a universidade trilhou e que muito pouco lembra a visão que Darcy um dia teve do que a seria a UnB? E a resposta é que o princípio utópico que serviu de base para criação da UnB precisa ser entendido sob dois aspectos: o concreto e o abstrato (Bloch, 2005, p. 142-149). O princípio utópico concreto corresponde à utopia entendida em seu aspecto realizável, seu plano de potencial concretude. O princípio utópico abstrato corresponde à forma de uma construção ideal que atuaria como uma “força mobilizadora” de categorias que podem ser, posteriormente, reorganizadas sob a forma de utopia concreta, para então serem realizados no mundo das coisas; o que resta do projeto da UnB é exatamente esse ideal abstrato organizador.

Portanto, a tarefa que cabe é saber como mobilizar esse potencial abstrato utópico organizador e, de novo, aqui, voltamos a nos referir ao próprio Darcy, que pareceu prever a chegada desse momento e nos deixou com a característica fundamental desse ideal utópico, em seu cerne imperativo de avaliação e questionamento constante de seus próprios pressupostos do concreto:

Esta característica exige que o modelo proposto seja um padrão ideal permanentemente revisto, a fim de que possa apresentar-se, em cada momento, como o objetivo que dará sentido e justificará os diversos projetos concretos que tendam a atingi-lo como etapas de transição (Ribeiro, 1969, p. 170).

Sob esse aspecto, a utopia abstrata representa um parâmetro de orientação que requer uma permanente atitude de autoavaliação de seus próprios pressupostos. Foi a concepção do modelo teórico de universidade representado pela UnB, em sua essência crítica, que permitiu a ruptura com o modelo tradicional universitário; é a mesma essência crítica, portanto, que reabilitará a UnB a funcionar como esse modelo questionador de uma estrutura que não quer ser cristalizada; nesse sentido, as palavras que Darcy um dia utilizou para criticar a universidade tradicional podem ser reproduzidas como crítica à própria UnB:

não, temos, portanto, que reinventar a universidade, senão dar-lhe autenticidade e funcionalidade mediante a análise das estruturas que se ocultam sob suas formas aparentes e dos interesses particularistas que se disfarçam na ideologia da universidade tradicional, a fim de verificar quais são as possibilidades de modelar uma universidade nova que corresponda às necessidades do desenvolvimento autônomo (Ribeiro, 1969, p. 169).

Referências

BLOCH, Ernst. *O princípio da esperança*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto. v.1.

RIBEIRO, Darcy. “UnB: invenção e descaminho”. In: RIBEIRO, Darcy. *Carta: falas, reflexões, memórias*. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *Universidade pra quê?* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

UNB. *Plano orientador da Universidade de Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1962.



UnB

**EM DEFESA DA DEMOCRACIA
E DOS DIREITOS HUMANOS**

Manifestação na
Universidade de
Brasília

Foto: Raquel Aviani/Secom UnB



A UnB de Darcy Ribeiro: a aproximação entre o saber e as questões de uma realidade social

Nicole Ferro Antunes de Oliveira

Introdução

O papel das universidades é algo que está em constante transformação e deve, de tempos em tempos, ser questionado e repensado. Isso também acontece com a relação existente entre as universidades e o melhor do saber universal, bem como entre aquelas e a sociedade brasileira.

Assim, este ensaio acadêmico buscou refletir sobre a importância e os papéis da universidade na atualidade, como também enxergar pontos de vista que se contrapõem, com o intuito de verificar se a universidade está sintonizada com o melhor do saber universal e com a sociedade brasileira.

Para que isso fosse feito com excelência, fez-se necessário trazer como exemplo a história e os objetivos da Universidade de Brasília (UnB). O ambiente universitário teve grandes alterações e ganhos com a chegada da UnB no país, sendo considerado o seu “nascimento” um grande marco e divisor de águas no Brasil: as instituições de ensino superior passaram a se repensar e reestruturar.



No desenvolvimento do ensaio, como mencionado, fala-se muito sobre a UnB com o intuito de demonstrar que, a partir de 1962 (ano de criação da Universidade de Brasília), as finalidades das universidades brasileiras e a sua relação para com o saber universal e para com a sociedade brasileira sofreram bruscas mudanças. Essas relações foram extraídas a partir da fundação da UnB, mas isso também se faz valer nas demais instituições de ensino superior do país.

Ademais, para o enriquecimento do presente ensaio teórico e para que se pudesse haver uma conclusão fundamentada, foi de extrema importância contrapor pensamentos.

“Universidade para quê?”

Quando alguém questiona a finalidade das Universidades, uma resposta rápida vem à mente das pessoas (pelo menos para uma significativa parcela): formar profissionais. Isso não deixa de ser verdade, a universidade realmente é o ambiente voltado para a formação acadêmica de profissionais das mais diversas áreas, mas será que a universidade somente serve para isso?

No Brasil, até 1962, as universidades existiam apenas para inserir profissionais no mercado de trabalho todos os anos. Nessa época, as instituições de ensino superior baseavam-se no modelo tradicional de ensino e estrutura: o modelo franco-alemão. Esse ideal acadêmico estrangeiro, inclusive, foi adotado pela USP (Universidade de São Paulo), reconhecida universidade brasileira que representava os parâmetros seguidos até 1962. Nesse ano, a referência acadêmica brasileira sofreu alterações com a chegada da Universidade de Brasília (Sousa Junior, 2012).

Todavia há de se mencionar que as universidades, antes do surgimento da UnB, não faziam questão de se reinventar, paravam no tempo e, de certa forma, estagnavam. Darcy Ribeiro (1986), um dos fundadores e primeiro reitor da UnB, intitulava “Sorbonnes” aquelas universidades que eram criadas de uma forma e assim permaneciam com o passar dos anos, bem como as que realmente existiam única e exclusivamente para a formação acadêmica de pessoas (Ribeiro, 1986, p. 4).

O ano de 1962 foi um marco para o meio universitário brasileiro, uma vez que, naquele ano, no Brasil, “nascia” a ilustríssima e atemporal Universidade de Brasília (UnB, 2022): instituição que se encarregou de promover mudanças no que diz respeito ao ensino, à gestão e a enxergar e promover as finalidades de uma universidade.

Por certo, o próprio projeto de criação da UnB tinha um diferencial, que já demonstrava as mudanças que estavam por vir dali em diante: os fundadores da UnB tinham a liberdade necessária para criar uma universidade em moldes diferentes do que se estava acostumado a ver (Ribeiro, 1986). Nesse sentido, José Geraldo aponta que a UnB foi “criada para ser autônoma, sustentável, pública, mas não estatal, a nova universidade recebe a atribuição de inovar, no mais profundo sentido experimental, [...]” (Sousa Junior, 2012, p. 9).

Com essa nova visão, a UnB, desde o seu projeto inicial, pensa em fazer da universidade um meio que propicie que a sociedade em que se encontra (no caso específico, Brasília) seja um centro cultural que dialogue com os demais centros culturais nacionais e internacionais, estando, a partir do diálogo cultural, conectada com o resto do mundo. Além disso, a Universidade busca servir a sociedade do seu tempo, inovar e se reinventar (Ribeiro, 1986). A Universidade procura proporcionar emancipação aos seus integrantes de tal forma que os faça questionar, pensar, refletir e não mais aceitar as coisas tal como são; busca trazer respostas, respeitar e promover os Direitos Humanos, assim como busca incluir e fazer permanecer (Sousa Junior, 2012).

A universidade, com ênfase na UnB, além do que já foi mencionado, ainda objetiva permitir que o país se desenvolva. A UnB, na visão de Darcy Ribeiro, tem como um de seus principais objetos e projetos o Brasil e a sua evolução. Assim, nas palavras de Darcy: “o Brasil, entendido como seu povo e seu destino, é nosso tema e nosso problema” (Ribeiro, 1986, p. 14).

Nesse viés, pode-se pensar também que, devido ao fato de o Brasil, especificamente, ser um país famélico (Ribeiro, 1986), não deveria ser mais do que obrigação das Universidades (públicas ou particulares) contribuir para o desenvolvimento nacional, mas principalmente, para o desenvolvimento humano.

Após essa breve análise sobre os papéis das universidades – a partir dos referenciais teóricos utilizados até aqui – pode-se concluir que a universidade serve para a formação de profissionais, mas, atualmente, tem dentre seus principais papéis o fazer pensar, o incluir, o inovar, o emancipar, o proteger e promover direitos, o desenvolver e o formar pessoas na sua essência mais humana. Contudo, para que tudo isso seja realidade e capaz de surtir efeito, é essencial o relacionamento com o saber e com a sociedade em que a Universidade está inserida.

De acordo com José Marín (2009, p. 129), “saber é poder. [...] O saber é um dos pontos de sustentação da dominação, em todos os territórios das atividades humanas”. Na visão de Marín (2009), a educação está associada a descobertas e a inovações. Pode-se extrair, a partir da leitura de sua obra, que se segue essa linha de raciocínio,

pois por muito tempo a colonização europeia foi sinônimo de dominação, inclusive no âmbito cultural (formando então uma cultura dominante), e o saber adquirido através da educação significa, dentre tantas outras coisas, conquista de novas visões e da consciência que se fazia (e se faz) necessário buscar seu próprio saber.

No mesmo sentido, entende Darcy Ribeiro (1986, p. 20) que: “[...] Saber é isto: uma força, uma arma”. O saber é ferramenta fundamental para a emancipação, tão prezada, nos dias atuais, no cenário acadêmico.

No campo do saber há a diferença entre o saber local (conhecimento regionalizado) e o saber universal, sendo este o “imposto pela cultura dominante” (Marín, 2009, p. 127). A cultura e o saber sempre tiveram uma relação intrínseca.

A título de exemplo no universo acadêmico brasileiro, temos a relação entre a cultura e a Universidade de Brasília, que busca um saber genuíno e pensante desde os seus primórdios, de forma que aquela (cultura) é um dos objetivos desta (UnB) e apenas com aquela é que seria possível construir uma universidade “enriquecida por gente criativa em todos os planos” (Ribeiro, 1986, p. 16).

A instituição de ensino superior mencionada preza pelo saber desde o seu projeto de fundação e tem como uma de suas lealdades, na visão de Darcy Ribeiro, os padrões internacionais do saber. O saber que tanto se busca e se zela na UnB é aquele que sirva à sociedade do seu tempo, edifique, faça pensar, estimule o senso crítico, quebre barreiras e, principalmente, agregue à vida daqueles que se encontram para além das divisas da Universidade (Ribeiro, 1986).

De certa maneira, o saber que se idealiza nas universidades, tal como é o caso da Universidade de Brasília (UnB), deveria ser o saber que tivesse as suas principais vertentes irradiadas para a população, o que possibilitaria certo saber universal, mas isso nem sempre é uma realidade.

Tenta-se, no que diz respeito às universidades públicas, devolver o investimento feito pela população, ao pagar os impostos para manter as universidades federais e estaduais, com os serviços gratuitos oferecidos pelas instituições públicas de ensino superior. Os intuítos disso são o de transmitir para a sociedade o saber adquirido dentro das paredes da universidade e servir a população. Como exemplos, tem-se os Serviços de Assistência Judiciária (o nome pode variar, a depender de cada Universidade), o serviço psicológico, os Hospitais-Escola, os centros odontológicos, dentre outros.

Por outro lado, nas universidades particulares esses serviços também são oferecidos, mas diferentemente da universidade pública, apenas com o viés de

servir a sociedade e passar adiante conhecimentos adquiridos na graduação, de forma a tentar propagar o conhecimento, buscando construir um saber universal.

Por certo, o Serviço de Assistência Judiciária, por exemplo, é prestado pelos alunos das Faculdades de Direito, sob a supervisão de professores, para atender a população de baixa renda nas suas demandas judiciais. Assim, o estudante e a universidade, retribuem o investimento feito ao longo de toda a graduação do estudante (caso se trate de universidade pública), e transmitem o conhecimento que têm de acordo com a necessidade de cada um, buscando formar, dentro do possível, um saber universal.

Por vezes, o conhecimento propagado pelos estudantes à população, quando da prestação de serviços, é disseminado para outras pessoas através daquela que recebeu o atendimento nos serviços da universidade. Assim, cada vez mais, o que se estuda nas Universidades, dentro do possível, passa a se tornar um saber universal.

Além disso, a universidade (em sentido amplo), com o oferecimento de serviços como os mencionados, está em total sintonia com a sociedade brasileira: cada vez mais se ouvem as necessidades da população brasileira, se trabalha e se estuda para atender essas questões. Assim, a universidade produz para, dentre outros motivos, trazer respostas e soluções aos problemas da sociedade (*lato sensu*) e da sociedade brasileira.

Dessa forma, há a perspectiva de que os conhecimentos adquiridos na universidade corresponderiam ao saber local (no sentido de conhecimento restrito a um grupo determinado) e que a sua transmissão propiciaria, mesmo que em níveis de profundidade menores, a construção do saber universal (no sentido de conhecimento comum, generalizado), a universidade estaria sintonizada com o melhor do saber universal e com a sociedade brasileira, pois estaria servindo a sua sociedade, ao prestar serviços para a população e colocar o conhecimento adquirido no meio universitário em prática, bem como propagando conhecimento e contribuindo com o cotidiano das pessoas. Contudo, em outra visão, pode-se entender que o saber universal seria realmente um saber comum, de prévio conhecimento por todos, ou seja, algo que precede a transmissão de ensinamentos da universidade.

Partindo desse pressuposto, pode-se falar em sintonia relativa do melhor do saber universal com a universidade: esta abriga e transmite conhecimentos muito mais aprofundados e embasados para os seus alunos do que o que se considera, nessa perspectiva, “saber universal”. A partir de alguns temas/conceitos considerados “saber universal”, a universidade se aprofunda no estudo desses conteúdos e traz respostas/ inovações para a sociedade a respeito da temática que faz parte

do saber universal. Assim, nesse olhar, a universidade também estaria em sintonia com a sociedade brasileira, pois, de certa forma, serve a sua população, estando em sintonia com o melhor do saber universal.

Ambas as reflexões feitas são motivos de ponderação e estudo. Entretanto, há uma coisa em comum entre as duas: a sintonia entre os três elementos analisados (universidade, o melhor do saber universal e a sociedade brasileira).

Em contrapartida, o conceito de saber universal defendido por José Marín (2009), em que haveria intrínseca conexão com a cultura dominante, pode ser associado à uma parte do pensamento de Darcy Ribeiro, que menciona que o “[...] discurso das classes dominantes constitui um dos mecanismos de manutenção do Brasil na miséria e no atraso” (Ribeiro, 1986, p. 12). Assim, no entendimento de Darcy (Ribeiro, 1986), a cultura dominante brasileira, ao ser formada pelas classes dominantes do país, em nada contribui para o seu avanço, ou seja, a cultura dominante não contribui para um saber que emancipe e que faça progredir.

Entretanto, mesmo no cenário de atraso apresentado por Darcy Ribeiro (1986), tem-se que as universidades, em especial a Universidade de Brasília, contribuem para o desenvolvimento do local em que se encontram, tanto em níveis regionais, quanto nacionais. Isso somente se dá a partir do saber e da relação que a universidade tem com a sociedade. A universidade luta pelo progresso brasileiro de dentro para fora. Ao prestar serviços à população, por exemplo, a universidade tenta contribuir para que o país progrida, buscando condições mínimas de (sobre) vivência para a sua sociedade.

A batalha travada pelo mundo acadêmico com a sociedade em que está inserido, de certa forma, é atemporal e, conseqüentemente, atribui essa característica às universidades. A universidade de Brasília, por exemplo, é totalmente além do seu tempo, dentre outros motivos, pelo fato de estar sempre se (re)construindo para atender as demandas da sociedade brasileira que, apesar das constantes mudanças de um povo, seguem as mesmas.

Todavia, conclui-se que, independentemente da visão que se tenha de onde parte o saber (universidade ou sociedade) e de onde se chega ou quer chegar (sociedade ou universidade), a universidade, partindo das suas finalidades, está em sintonia com o melhor do saber universal e com a sociedade brasileira.

Conclusão

Após percorrer, de certa forma, a comparação do antes e depois das universidades brasileiras, tendo como marco histórico e divisor do cenário universitário nacional a criação da UnB em 1962, analisando sua finalidade antes da década de 1960 e após a fundação da UnB, bem como os diversos pontos de vista a respeito da relação de sintonia entre a universidade, o melhor do saber universal e a sociedade brasileira, pode-se pensar que a universidade deve adequar-se ao seu tempo e à sua sociedade, bem como precisa, constantemente, ser reinventada.

Finalmente, pode-se concluir que a universidade tem papel fundamental nas relações humanas, indo muito além do fato de ser um centro formador de profissionais: ajuda a construir a essência humana, a partir das pessoas, pensando-se diuturnamente na sociedade, mediante o surgimento de inovações científicas voltadas para o bem-estar social. A universidade é muito mais: é onde vidas se transformam.

Referências

MARÍN, José. Interculturalidade e descolonização do saber: relações entre o saber local e saber universal, no contexto da globalização. *Visão Global*, v. 12, n. 12, 2009. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/view/617>. Acesso em: 29 set. 2022.

RIBEIRO, Darcy. *Universidade para quê?* Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de (org.). *Da universidade necessária à universidade emancipatória*. Brasília: Editora UnB, 2012.

UNB (UNIVERSIDADE de BRASÍLIA). *A UnB*. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.unb.br/institucional/a-unb>. Acesso em: 29 set. 2022.



Detalhe da
arquitetura do
Memorial Darcy
Ribeiro (Beijódromo)

Foto: Júlio Minasi/Secom UnB



Darcy Ribeiro: sonhos interrompidos

Victor Eduardo Alves Rocha

Na obra *Deuses de um mundo moderno* (figura 1), José Clemente Orozco (1883-1949), retrata um feto natimorto, usando capelo, marcando um conhecimento morto há tempos. Os mestres, ao fundo, são produtos de um sistema em que o saber obsoleto leva à morte de muitos na ignorância, em um ciclo que se repete a cada geração de formandos “mortos-vivos”. Orozco sentia o sinal dos tempos, *Zeitgeist*, um clima cultural de rebeldia que varreria o continente (Alambert, 2015).

Os anos 1960 no Brasil foram marcados por semelhantes efervescências. Movimentos sociais, trabalhistas, entidades estudantis e intelectuais disputavam a consciência da sociedade. Nesse contexto fecundo de ideias, pensadores indignados com o ensino decrépito da academia brasileira lutavam por reformas (Silva, 2015).

Entre eles estava o polímata Darcy Ribeiro (1922-1997), delegado de uma visão para o desenvolvimento autônomo do Brasil. Essa concepção, batizada depois de “a universidade necessária”, fez surgir a Universidade de Brasília (UnB), orientada aos objetivos nacionais e sociais. Agiria como uma incubadora, elevando a nível mundial as ciências do país (Ribeiro, 1982).



Figura 1:
Deuses de um mundo moderno, de José Clemente Orozco



Fonte: WikiArt.org

Contudo, esse projeto de Brasil pungente, com a UnB no centro, foi sufocado no berço. No dia 1º de abril de 1964, os militares deram um golpe premeditado para interromper as reformas de João Goulart. Darcy Ribeiro foi exilado e acompanhou a descaracterização da UnB por quase 20 anos (Martins, 2015).

Quando contradições latentes da sociedade são apartadas, mas não solucionadas, a repetição da história como farsa obriga um povo a confrontar seus fantasmas. O momento atual, sublinhado pela intolerância, violência, apologia à tortura e falsas notícias, ameaça as liberdades democráticas reconquistadas recentemente.

Com políticas de corte neoliberais, forças reacionárias seguem interrompendo sonhos. Como os mestres “mortos-vivos” de Orozco, almejam uma universidade estéril de invenção. A máxima de Nietzsche (2017, p. 57): “querendo-se escravos, é uma tolice educá-los como senhores” ganha nova relevância.

Darcy Ribeiro e “suas peles”

Às vezes me comparo com as cobras, não por serpentário ou venenoso, mas tão só porque eu e elas mudamos de pele de vez em quando. Usei muitas peles nessa minha vida.

(Darcy Ribeiro, 1990)

Mineiro de Montes Claros, Darcy Ribeiro foi um homem de muitas faces. A melhor apresentação ao antropólogo é caminhar pelo Instituto Central de Ciências (ICC) da UnB. O “Minhocão”, como é conhecido, reúne história, criatividade e arte. A sinestesia, ataque e junção dos sentidos, é sentida no encontro de milhares de estudantes, pesquisas, projetos e formações.

O Memorial Darcy Ribeiro (figura 2), ou “Beijódromo”, representa seu ideário de caldeamento de povos, culturas e saberes. Concebido por João da Gama Filgueiras Lima (Lelé), trata-se de um espaço ideal para “namorar e ouvir serestas” (Lima, 2004), fomentando a cultura inovadora imaginada para o *campus*.

Segundo Lelé, o prédio não foi inspirado em nada específico, mas ele e o amigo brincavam com a ideia de mescla entre disco voador, em homenagem ao futurismo do companheiro, e uma maloca dos povos Xavante e Kamayaná, a fim de honrar a outra pele de Ribeiro, a de indigenista apaixonado (Lima, 2004).



Figura 2: Memorial Darcy Ribeiro, “Beijódromo”, de João Filgueiras Lima

Fonte: fundar.org.br

Darcy enxergava um Brasil dilacerado, historicamente construído como um subproduto da colonização portuguesa. Um “moinho de gastar gente” que existia para produzir açúcar, ouro ou café (conforme a moda dos tempos) e gerar lucros para uma classe dominante infecunda, sem garantir prosperidade comum para o povo (Ribeiro, 2015).

Apaixonado por ensinar, Darcy viu em Anísio Teixeira um parceiro intelectual ideal. Pensaram uma universidade iconoclasta, pois acreditavam que as instituições preexistentes seguiam modas estrangeiras, não pesquisavam o Brasil, eram elitistas e autocráticas. Diversamente, queriam uma universidade focada nos problemas da coletividade nacional, gerando noções científicas e humanísticas inéditas (Ribeiro, 1978).

Nessa missão, Darcy usou a pele da política. Como ministro, foi organizador da vontade coletiva, desenvolvendo a visão a ser abraçada pelas massas. Revela-se um intelectual orgânico, atuando pela transformação social. Intelectuais orgânicos representam uma classe e desempenham funções para promovê-la. Todo grupo social nasce das condições necessárias à produção e cria intelectuais que os representam, sem se colocar acima deles (Gramsci, 2006).

O paraíso perdido

Exatamente nessa veia (liberdade) é que nossa querida UnB foi sangrada. Não por culpa dela, mas da ditadura militar que se implantou sobre o Brasil estancando toda a vida cultural, perseguindo, torturando, exilando, matando. Toda a vida inteligente do Brasil se empobreceu drasticamente com essa sangria.

(Darcy Ribeiro, 1990)

A ditadura engendrou uma reforma para as demandas do capital, que consistia na formação de recursos humanos para o mercado de trabalho, sem nenhum compromisso emancipatório. Fecharam um contrato entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), que vinculava o ensino nacional ao modelo imposto pelos Estados Unidos à América Latina (Lira, 2009). O golpe consolidou um projeto imperialista de dependência, denunciado sempre por Ribeiro e aliados.

Usufruindo desse remanejamento, as instituições de ensino superior (IES) privadas obtiveram uma taxa de crescimento superior à das instituições públicas. Atualmente, as universidades privadas concentram 75% do total das matrículas brasileiras, contudo, não são capazes de atender toda a demanda (Inep, 2019).

Houve forte expansão de vagas nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2003-2016. Em 2002, foram registradas 3,48 milhões de matrículas no ensino superior, enquanto, em 2015, somaram 8,03 milhões. Crescimento expressivo, mas aprofundou a tendência de concentração do alunado em instituições privadas (Inep, 2016).

A despeito do lucro obtido, o empresariado continua prescrevendo o modelo de transferência de dinheiro público, que deveria servir a educação pública, para o setor privado. O Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) são exemplos disso.

Mesmo contraditória, a expansão de vagas, somada com a política de cotas sociais, raciais e por deficiência física, mudou muito a composição demográfica das universidades. Essa mudança tem impacto positivo, pois, quando as universidades se tornam mais inclusivas, as pesquisas se aproximam das verdadeiras aspirações dos brasileiros (Figueiredo, 2016).

Uma emancipação importante adveio dessas políticas, mas a superação das históricas desigualdades exige intervenção ativa, não só melhorias passivas. Caso contrário, a história oferece uma analogia perturbadora. Chama-se de miséria alemã o abismo entre a grandeza histórica da filosofia e cultura alemã e as poucas oportunidades de autorrealização da sua juventude no século XIX. Eram condenados ao atraso pelas imposições das oligarquias dominantes, mesmo sendo altamente instruídos (Netto, 2020).

Ribeiro, consciente disso, alertava: “Não há lugar melhor para se fazer um país como este, mas tem uma classe dominante ruim, ranzinza, azeda, medíocre, cobiçosa, que não deixa o país ir pra frente” (Ribeiro, 1988). Com a precarização do trabalho e o aumento do desemprego, o fortalecimento dessa tendência, da variante “miséria brasileira”, é uma possibilidade.

“Nova Roma” ou o velho “moinho de gastar gente”?

Idealizado por Darcy e Eduardo Galvão, o Parque Indígena do Xingu foi estabelecido em 1961. Ribeiro, que viveu uma década em aldeias, afirmava que

a delimitação de uma vasta área natural como terra indígena garantiria a sobrevivência cultural desses povos e a preservação das terras (Martins, 2015).

Postulava que a formação do Brasil estabeleceu as bases de uma civilização que reunia condições para ser uma “Nova Roma”. Ribeiro sonhava que a soberania guiasse o país ao desenvolvimento econômico com justiça social. Mas o regime de 1964 pensava diferente (Martins, 2015).

Os generais foram implacáveis na tentativa de destruição do legado indianista de Darcy, das áreas naturais e dos povos originários. Fatiaram a Amazônia em lotes de até um milhão de hectares, cedidos a empresas. Derrubaram florestas para transformá-las naquilo que achassem melhor, provocando desertificação (Ribeiro, 2015).

Como a desflorestação é intensa perto de locais antropizados, os militares lançaram uma tendência persistente. No início dos anos 2000, mais de 90% do desmatamento ocorreu em um raio de 50 km de estradas ou rodovias (Laurance, 2001). Incentivaram também a expulsão e extermínio de indígenas, que passaram por um apagamento cultural e inserção forçada no estilo de vida urbano e industrial. Ribeiro (2015) comenta:

Não houve nunca possibilidade nenhuma de que os povos avassalados mantivessem sua identidade. Primeiro, os índios que aqui estavam; depois, os negros para cá trazidos, e os brancos e até os orientais, foram todos radicalmente transfigurados. Isso se operou com tamanha brutalidade que desfez, étnica e culturalmente, quantos foram engajados no processo.

A universidade necessária no século XXI

Estancar o sangramento latino-americano com reformas pontuais se mostrou ineficiente quando a pandemia atingiu massas de trabalhadores excluídos, sem uma rede de seguridade social capaz de tratá-los ou protegê-los da covid-19. Agora, coloca-se como desafio usar as lentes de interpretação da realidade de Darcy e repensar novas instituições que estejam à altura das demandas do século XXI.

Mas sobre quais valores essas propostas devem se assentar? Afinal, a palavra universidade vem do latim *universitas*, que significa universalidade e totalidade (Rezende, 2014). Refere-se a um grupo de pensadores reunidos com interesses comuns. Entretanto, como demonstrado pelo próprio golpe de 1964, interesses materiais frequentemente se mostram inconciliáveis. Então como construir uma universidade verdadeiramente popular?

Na concepção marxista, só é possível uma universidade livre dessas contradições num futuro socialista. Esse princípio é fundamentado por Karl Marx na obra *Crítica do Programa de Gotha*. Marx polemiza com os defensores da tese segundo a qual, na sociedade capitalista, a educação poderia ser igual para todos:

Absolutamente condenável é uma educação popular sob incumbência do Estado. Uma coisa é estabelecer, por uma lei geral, os recursos das escolas públicas, a qualificação do pessoal docente, os currículos etc. e, como ocorre nos Estados Unidos, controlar a execução dessas prescrições legais por meio de inspetores estatais, outra muito diferente é conferir ao Estado o papel de educador do povo! O governo e a Igreja devem antes ser excluídos de qualquer influência sobre a escola (Marx, 2012).

O Estado capitalista fez-se pela burguesia e representa os seus interesses, logo, é inconcebível que promova isonomia real. Contrariamente, condiciona jovens para funções administrativas nas empresas, mobilizando saberes estéreis para que não se questione a exploração (Boron, 2015).

Em vista do materialismo histórico, ou se educa a favor dos setores populares e da transformação social, ou contra os setores populares e pela continuidade do sistema opressor. Não existe neutralidade pedagógica ou educação puramente técnica (Fischman, 2015).

A principal divergência do pensamento darcyano com Marx é a crença em uma “revolução educacional” institucional, não ensinando “fatos, mas ideias, estruturas de pensamento, moldes ou modos de pensar, para com eles estudarmos e interpretarmos os fatos” (Ribeiro, 1998).

Noção incompatível com o materialismo, pois a educação não garante emancipação sem a transformação das bases econômicas da sociedade. Entretanto, há diálogo entre o pensamento de Darcy e de Marx sobre os desígnios espúrios que as classes dirigentes impõem às massas:

Pode-se dizer da cultura erudita brasileira, que ela serviu e serve mais às classes dominantes, para a opressão do povo, que a outra coisa [...]. Mesmo quando dominou os saberes técnicos, os dominou muito mais para produzir, acumular e exportar lucros do que para construir um país habitável, para implantar uma sociedade solidária.

O saber ou a técnica, por competentes que sejam, nada significam, se não se perguntam para que e para quem existem e operam, se não se perguntam a quem servem, se não se perguntam se há convivência do sábio com o cobiçoso (Ribeiro, 2015).

A integração entre Ribeiro e a concepção marxista da história é possível através do conceito hegeliano de superação/suprassunção, *Aufhebung*, elucidado por José Paulo Netto (2020), na obra *Karl Marx: uma biografia*, da seguinte forma: denota um processo que “é ao mesmo tempo um negar e um conservar” (Hegel, 2008, p. 96).

Como Marx simultaneamente negou e conservou criticamente elementos da elaboração hegeliana, para elevá-los, o pensamento darcyano pode ser superado, negando seu idealismo sobre a revolução e conservando o diagnóstico aguçado da realidade nacional. Afinal: “veja, eu não sou exatamente o que possa ser chamado de um marxista formal. Sou o oposto. Mas sei que sou herdeiro de Marx” (Ribeiro, 1990).

Na esteira de Marx (2012), conclui-se que a tarefa fundamental é fazer da universidade uma base para o povo dirigir o poder após a revolução brasileira. Devolver às pessoas o saber é o objetivo comum dos intelectuais radicais, já que o conhecimento científico é produzido com a riqueza criada pelos trabalhadores, mas é apropriado pelos ricos para ampliar seu arsenal de monopólios (Levins, 2005).

É necessário oferecer mais cursos noturnos e um calendário compatível com a juventude trabalhadora. Graças ao crônico desfinanciamento, a discussão sobre reformas é amparada na simplificação da graduação, que paulatinamente deixa de articular ensino, pesquisa e extensão devidamente. Assim, os projetos não atendem às necessidades populares, mas às empresas e ao agronegócio (Aguilar, 2015).

A extensão é excessivamente voltada a projetos assistenciais ou empresas juniores. A pesquisa é vinculada ao imperialismo no sistema de dependência e fuga científica, impossibilitando a produção soberana. A renovação começa com a supressão dos subsídios ao setor privado e a realocação dos estudantes para o setor público. O fortalecimento da licenciatura, através do Pibid, estágios remunerados e pesquisas, como o Pibic, também é fundamental (Iasi, 2011).

Universidades 100% públicas, laicas, populares e de qualidade são a meta, inseridas no programa revolucionário criador de uma sociabilidade de avanço nacional (Iasi, 2011). A aplicação de um ensino menos tecnicista e mais integrado com as periferias, quilombos, aldeias e assentamentos é possível e começa pela liberdade de uso do espaço das universidades pelas comunidades.

O intento é uma formação integral para a juventude, que deseja tanto apertar os parafusos, quanto entender a mecânica, a química e o processo de extração da matéria-prima. Anseia compreender as relações de produção que fizeram o parafuso estar na fábrica e que o levarão até o automóvel (Silva, 2020). Sobretudo, almeja que todos os trabalhadores façam, pelas próprias mãos, tudo o que lhes diz respeito.

Conclusão

A universidade necessária no século XXI deve ter alta capacidade de investimento e ser orientada à solução dos problemas da coletividade. Como semente de novas relações sociais, precisa ofertar a formação política para transformar espaços de estudo, trabalho e frentes de massa, difundindo valores coletivos, de unidade de classe, anti-imperialistas e socialistas.

Nessa empreitada, honrar os que tiveram o Brasil como missão da sua vida e razão dos seus estudos, nas vitórias e fracassos, pensamentos e fazimentos, é prioridade. Do Oiapoque ao Chuí, em Brasília ou no Xingu, os sonhos de Darcy Ribeiro dormem em cada brasileiro.

Referências

AGUILAR, Hugo Aboites. Universidades. *In: ENCICLOPÉDIA latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2015. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/u/universidades>. Acesso em: 30 set. 2022.

ALAMBERT, Francisco. Artes plásticas. *In: ENCICLOPÉDIA latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2015. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/artes-plasticas>. Acesso em: 30 set. 2022.

BORON, Atilio A. Estado. *In: ENCICLOPÉDIA latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2015. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/e/estado>. Acesso em: 30 set. 2022.

FIGUEIREDO, Ângela. Para além dos números: uma reflexão sobre a experiência de professores/as e alunos/as negros/as na pós-graduação. In: ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra; SILVÉRIO, Valter. (org.). *Ações afirmativas no Brasil: reflexões e desafios para a pós-graduação*. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 2016. p. 213-240.

FISCHMAN, Gustavo E. Educação popular. In: ENCICLOPÉDIA latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2015. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/e/educacao-popular>. Acesso em: 30 set. 2022.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 12 (1932). Apontamentos e notas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 2.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. 5. ed. Petrópolis: Vozes; Editora Universitária São Francisco, 2008.

IASI, Mauro Luís. Movimento por uma Universidade Popular. In: RENZO, Artur (ed.). *Blog da Boitempo*, São Paulo, 14 set. 2011. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2011/09/14/movimento-por-uma-universidade-popula/>. Acesso em: 30 set. 2022.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). *Censo da Educação Superior*: sinopse estatística. Brasília: Inep, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da Educação Superior*. Sinopse Estatística, 2019.

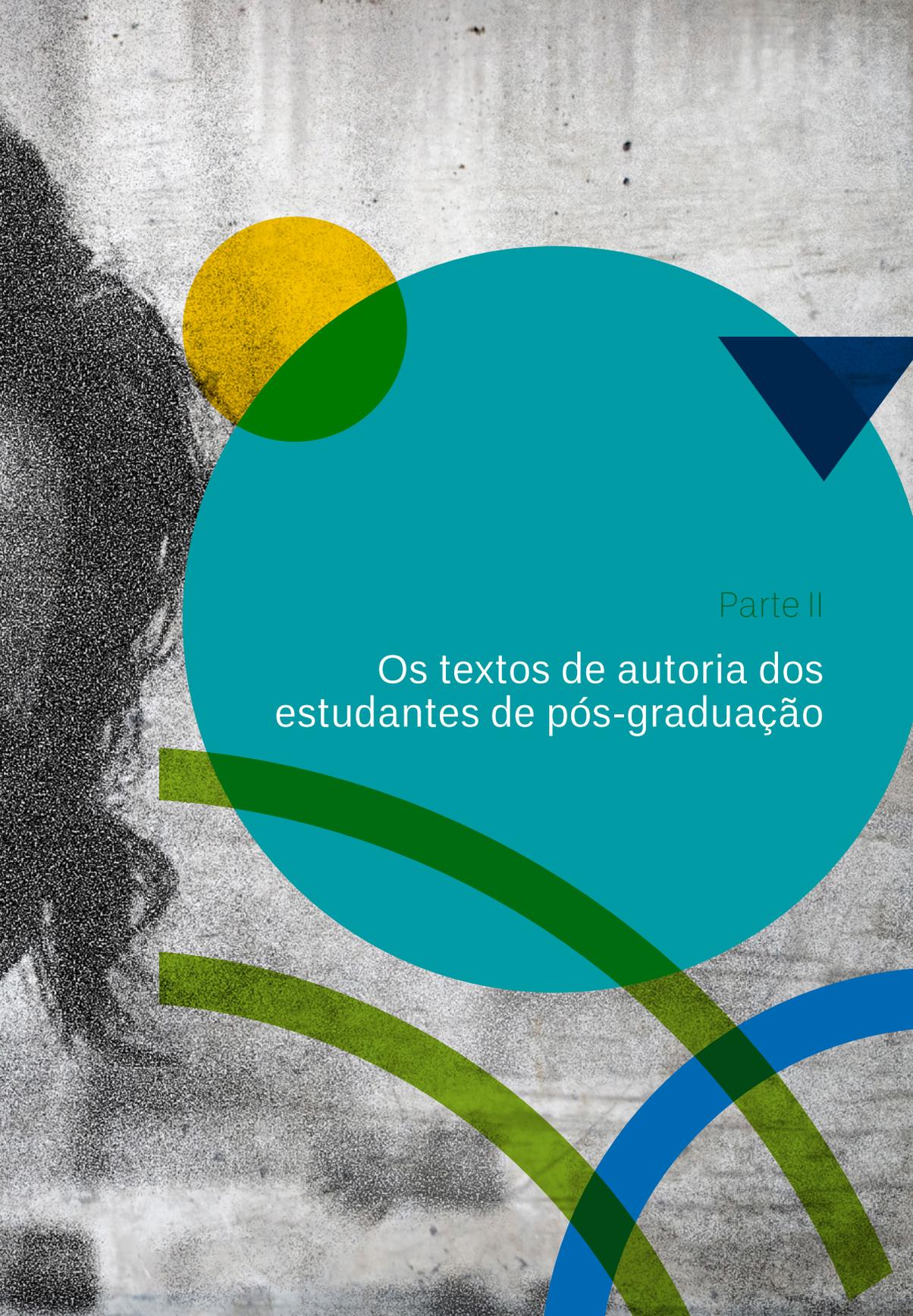
LAURANCE, William F. *et al.* The Future of the Brazilian Amazon. *Science*, New York, v. 291, n. 5503, p. 438–439, 2001.

LEVINS, R. How Cuba is going ecological. *Capitalism Nature Socialism*, v. 16, n. 3, p. 7-25, set. 2005.

LIMA, João Filgueiras. *O que é ser arquiteto*: memórias profissionais de Lelé (João Filgueiras Lima). Entrevista a Cynara Menezes. Rio de Janeiro: Record, 2004.

- LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. Reflexões sobre a legislação de educação durante a ditadura militar (1964-1985). *Revista Histórica*, São Paulo, n. 36, jun. 2020. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/antiores/edicao36/materia01/>. Acesso em: 30 set. 2022.
- MARTINS, Carlos Eduardo. Ribeiro, Darcy. In: ENCICLOPÉDIA latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2015. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/r/ribeiro-darcy>. Acesso em: 25 nov. 2021.
- MARX, Karl. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- NETTO, José Paulo. *Karl Marx: uma biografia*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos ídolos*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2017.
- REZENDE, Antônio Martinez de; BIANCHET, Sandra Braga. *Dicionário do latim essencial*. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2014.
- RIBEIRO, Darcy. *O Brasil como problema*. São Paulo: Global Editora, 2015.
- RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- RIBEIRO, Darcy. *UnB: invenção e descaminho*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.
- RIBEIRO, Darcy. *Testemunho*. São Paulo: Siciliano, 1990.
- RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- RIBEIRO, Darcy. *Roda Retrô Darcy Ribeiro 1988*. [Entrevista cedida ao programa] Roda Viva. [S. l.: s. n.], 20 jun. 1988. 1 vídeo (86min). Publicado pelo canal Roda Viva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6r7QDo9yHJk>. Acesso em: 11 out. 2022.
- SILVA, A. N. da; SANTOS, D.; AMARAL, G. Educação na crítica ao programa de Gotha: uma síntese. *Revista Trabalho Necessário*, v. 18, n. 35, p. 272-287, 23 jan. 2020.
- SILVA, Paulo Vinícius S. União Nacional dos Estudantes, Brasil. In: ENCICLOPÉDIA latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2015. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/u/une>. Acesso em: 25 nov. 2021.





Parte II

Os textos de autoria dos estudantes de pós-graduação



Pilares da entrada
da Biblioteca Central
da UnB

Foto: Raquel Aviani/Secom UnB



A universidade sonhada por Darcy Ribeiro: o papel da Biblioteca Central da UnB e da Editora UnB na busca pela utopia necessária

Ana Flávia Lucas de Faria Kama

Introdução

Só me resta assinalar que nossa querida UnB renasce – e renasce bem e em boas mãos – porque renasce no Brasil a liberdade. A questão fundamental é a liberdade. Reitero: nossa tarefa é o Brasil, mas nossa missão fundamental para que o Brasil se edifique para seu povo é a liberdade.

(Darcy Ribeiro, 1986, p. 28)

Em agosto de 1985, Darcy Ribeiro pisa em solo terno e fértil de seu intento utópico de realizar o ensino superior público no Brasil: a Universidade de Brasília (UnB). Num país em plena redemocratização, Darcy retorna na década 1980 de



seu exílio com intenções de renovação de antigos projetos e idealização de novas ideias, tanto na educação, quanto no campo político nacional. Revigorado e com seus tantos e tantos pulmões de esperança – como diria Galeano (2013) – o antropólogo discursa para uma UnB saudosa e reanimada de sonhos. Para entender o sentido desse momento, é preciso revisitar o passado e a matéria que o formou.

Muito embora Juscelino Kubitschek fosse um homem de grandes projetos, talvez não soubesse a dimensão que fora convidar Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro a fim de entregar-lhes a missão de engendrar na futura e então nova capital do país um projeto robusto e ousado de universidade pública. Ao planejar o Plano Piloto de Brasília, Lucio Costa já havia previsto e entendido “que seria um erro se a nova capital fosse concebida apenas como *urbs* e não como *civitas*, a saber, centro de nucleação e irradiação de cultura” (Miglievich-Ribeiro, 2017, p. 591). Portanto, a UnB já tinha como proposta uma vasta área no centro da nova capital do país, além de previsão de projetos arquitetônicos modernos, um *campus* acolhedor, faculdades inovadoras, uma aura nativamente democrática e planejamento de órgãos e unidades renovadoras que permitissem que o projeto de Anísio e Darcy pudesse se concretizar: a utopia universitária ganhando seu embrião em forma de uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade.

A história da criação da UnB não foi tranquila, assim como toda sua trajetória enquanto instituição de ensino superior. João Goulart sancionou a Lei nº 3.998 (Brasil, 1961), que criaria a universidade da nova capital, não sem muita dedicação de Darcy junto ao Congresso Nacional. As cadeiras de primeiro reitor e vice-reitor foram, portanto, ocupadas por seus patronos e incentivadores, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, respectivamente. Começa então um momento de esperança e renovação na educação superior do Brasil. Darcy seleciona e convida professores, intelectuais e pensadores do país e do mundo e lhes atribui a missão de fazer acontecer aquele que seria um projeto educacional, arquitetônico, social e acadêmico inédito: a dita “universidade necessária” (Miglievich-Ribeiro, 2017). Em 21 de abril de 1962, após quatro meses de sua criação legal, a UnB começava com suas aulas e atividades, calcadas nos alicerces utópicos, inovadores e emancipadores intrínsecos de sua concepção e natureza.

Universidade e informação

As universidades são instituições longevas na história da humanidade. Em sua gênese, representaram fenômenos urbanos europeus que se propagaram em resposta ao longo período de ruralização e pequena evolução científica e intelectual da Idade Média. Iniciadas com diminutas aglutinações de mestres e aprendizes, as universidades foram se formando nos séculos XII e XIII nas recentes recriadas cidades europeias (McNeely; Wolverton, 2013), ao abandonarem seus antigos refúgios, as abadias, com seus *scriptoria*, grandes salões de estudos e vultosas bibliotecas.

Contudo, o início do conceito de universidade moderna nasce na Alemanha, no início do século XIX, principiando a ideia de que os docentes e discentes deveriam aprender pesquisando, em busca de uma expansão das fronteiras do conjunto de saberes conhecidos e estabelecidos. Já o modelo latino-americano, contribuiu para a ideia de uma universidade de portas abertas, atrelada especialmente à sociedade, ao trazer a ideia da extensão universitária e difusão social do conhecimento aos prognósticos do ensino e pesquisa (Alvarez, 2017).

A Reforma de Córdoba, realizada em 1918, foi um dos primeiros grandes movimentos da América Latina a reformar proficuamente o sistema de ensino superior de um país, num momento em que a comunidade acadêmica da Argentina não podia mais evitar a renovação de um sistema antigo, autocrático e fechado de universidade. Córdoba fez ressoar no continente novos princípios para melhoria de sistemas de ensino universitário, como o estabelecimento de ações fundamentais para a defesa das liberdades acadêmicas – eleições e fixação de prazos para os cargos de mandatários da instituição, com participação de docentes e discentes –, além do delineamento da autonomia universitária (Ribeiro, 1969). Justamente os elementos que auxiliaram a unidade das organizações acadêmicas, o embate contra o cerceamento de liberdades individuais e a dilapidação contínua da dignidade da pessoa humana que as ditaduras do continente nas décadas de 1960 e 1970 promoveram (Guazina; Moura, 2020).

Tendo em vista seu contexto histórico e funções basilares, a genealogia do modelo universitário está permeada de vários elementos formadores, principalmente os relacionados intimamente com o fazer acadêmico, mas também e especialmente com aqueles que contribuem para a coleta, organização e disponibilização de informações científicas, ou seja, entidades universitárias corresponsáveis pela identificação, guarda, promoção e circulação do conhecimento produzido no âmbito acadêmico: as bibliotecas e as editoras universitárias. A história das universidades e de sua criação e renovações no decorrer dos séculos também é a história de suas casas editoriais e bibliotecas.

Como um grande coração pulsante do *campus*, as bibliotecas universitárias precisam orientar seus objetivos aos da universidade. Integrar seus serviços e produtos como apoio e fomento às atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de contribuir para que o ciclo da informação, em especial a científica, possa ser eficazmente promovido com certa prioridade à criação e gestão de um campo propício à comunicação da informação (González-Solar, 2017). Nesse sentido, colaborar para a promoção de uma academia mais democrática, alinhada aos preceitos de emancipação de uma sociedade justa e disposta à evolução científica, por meio do incentivo do conhecimento acadêmico.

Todavia, tendo em vista os avanços tecnológicos e conceituais das últimas décadas, as bibliotecas universitárias renovaram-se em funções e relacionamentos dentro e fora dos *campi*. Um movimento para o exterior, aliado às renovações de espaços e seus usos, levou as bibliotecas universitárias, do mundo e do Brasil, a um contexto mais integrado com a instituição e com serviços necessários e resultantes de suas atividades basilares de ensino, pesquisa e extensão (Cox, 2018). Ambientes de criação, colaborativos, tecnologias integradoras e acessíveis, novos e revolucionários tipos de acervos e empréstimos, assim como a reconstituição de serviços de publicação e organização de parte da produção intelectual científica da universidade, trouxeram com maior vigor a biblioteca universitária como peça fundamental para a promoção do conhecimento acadêmico e, por conseguinte, colaboração para a formação de uma sociedade melhor.

Outro elemento de essencial importância para a promoção dos objetivos acadêmicos e sociais de uma universidade são suas editoras. Concomitante ao estabelecimento das universidades, foi necessária a organização da publicação e disponibilização do conhecimento científico produzido na academia, de forma sistêmica e com princípios não apenas quantitativos, mas qualitativos. Portanto, nascem e se formam já no século XIII as primeiras editoras atreladas às universidades, buscando cumprir com seus grandes desafios relacionados à publicação acadêmica: a inovação, a qualidade e a relevância científica. No contexto brasileiro, Martins Filho (2017) informa que as editoras universitárias influenciaram a cultura nacional há mais de meio século. Junto com a consolidação do espaço universitário, as editoras assumiram suas atividades e tomaram para si outras finalidades para além da edição e publicação de obras, como a preservação e comunicação do saber.

Dessa forma, o estabelecimento dos campos teóricos e práticos que envolvem a organização e disponibilização do conhecimento científico, cultural e técnico, no âmbito acadêmico, são aspectos fundamentais para o entendimento dos objetivos e

função de uma universidade na sociedade. No decorrer do tempo, suas formas de operar foram sendo modificadas de acordo com a necessidade dos corpos universitário e social que as circunscreviam, colaborando para que fosse possível o fazer universitário de hoje, que se baseou consideravelmente nas realizações de docentes, discentes e conjunto técnico universitário de outrora. O ciclo que envolve a informação, o conhecimento e suas comunicações, dentro do contexto universitário, passa necessariamente por suas bibliotecas e editoras, já que não existe ciência – e seu consequente ganho social – sem sua comunicação (Costa; Leite, 2018).

Perspectivas emancipatórias da Biblioteca Central da UnB e da Editora UnB

Atualmente, pensar na universidade utópica delineada por Darcy Ribeiro é um exercício conceitual de sobrevivência. Conforme foi discutido, a estrutura acadêmica já está posta à sociedade, contudo, suas funções e objetivos estão sempre a se renovar com os desafios encontrados no passado, presente e futuro cada vez mais urgente. Portanto, a busca é sempre por dar autenticidade à universidade e sua estrutura, colaborando para que o terreno fértil do ensino, pesquisa e extensão possam dar sustentação ao projeto utópico de academia que o país necessita (Ribeiro, 1969).

A UnB – enquanto gênese e laboratório da universidade necessária em Darcy para o Brasil e atenta a todos os elementos fundamentais que a sustentam – indicou, já em seus instrumentos normativos de criação, a previsão dos institutos de sua editora universitária e sua biblioteca central.

A Biblioteca Central da UnB (BCE) não foi citada na lei de criação da universidade, mas sim na instituição da Fundação Universidade de Brasília (FUB), no Decreto nº 500, de 15 de janeiro de 1962 (Brasil, 1962), definindo-a como um órgão complementar da instituição. Para organizar e estabelecer a então prevista biblioteca, Darcy convidou o professor e bibliotecário Edson Nery da Fonseca, que conduziu as primeiras formações de acervos e serviços da unidade. Tendo em vista sua importância para o alcance dos objetivos da recém-criada universidade, a BCE passou a funcionar em prédios provisórios, servindo de órgão de apoio às atividades acadêmicas. Segundo Fonseca (1973), como parte de um pensamento emancipador e calcado no acesso ao conhecimento organizado e disponível, Darcy Ribeiro, enquanto vice-reitor da UnB, não poupou esforços e orçamento na aquisição de livros para o acervo da biblioteca, fazendo com que 1963 fosse um dos anos que a BCE cresceu com maior impulso em toda a sua história. Contudo, após

muito trabalho e esforço a fim de constituir um vasto e importante acervo, o golpe de 1964 interditou o edifício da biblioteca e separou as obras consideradas então como subversivas, iniciando assim o período mais doloroso na história da UnB. Mesmo sob ataques à democracia do país, o prédio da BCE, previsto por Lucio Costa e Oscar Niemeyer, foi inaugurado em 1973, na praça central da universidade, estabelecendo de forma global o projeto de biblioteca central inovador que os fundadores da UnB definiram, opondo-se ao modelo de bibliotecas setoriais descentralizadas, sem a figura de uma unidade central gestora.

De arquitetura moderna e ímpar, o atual edifício da BCE é assinado pelo arquiteto José Galbinski, tem quatro pavimentos, com cerca de 17.000 m², abrigando mais de 1,6 milhão de exemplares, organizando e disponibilizando toda a produção científica e intelectual de seus docentes, discentes e pesquisadores, além de funcionar como a principal biblioteca universitária da cidade, dando apoio informacional e estrutural à comunidade do DF. Segundo o relatório anual da instituição, em 2019 foram realizados mais de 270 mil empréstimos de livros de seu acervo e mais de 20 milhões de acessos ao conteúdo de suas bibliotecas digitais (UnB, 2020). É importante ressaltar que a BCE mantém em sua forma de funcionamento o ideal de acesso democrático e amplo ao conhecimento científico e cultural, aos quais Darcy e Anísio almejavam, já que dispõe de salões de estudo e acervo de acesso aberto a todas às pessoas, além de funcionar com um amplo horário de atendimento, chegando a abrir 24 horas por dia durante o período anterior à pandemia da covid-19.

Concomitantemente à criação da BCE, a Editora Universidade de Brasília (EDU) foi prevista já na lei de criação da UnB (Brasil, 1961), a qual direcionava um valor patrimonial a esta unidade. Assim como a biblioteca, a EDU só foi estabelecida enquanto órgão complementar da UnB no decreto de instituição da FUB (Brasil, 1962). Para implantar a editora da futura universidade da capital federal, Darcy convidou o editor Artur Neves, fundador da Editora Brasiliense. Artur instituiu padrões adequados de qualidade daquela que seria muito em breve uma das editoras universitárias de maior produção e importância do país. Contudo, após o golpe de 1964, o editor deixou a universidade e seu cargo na EDU, a qual passou a ter uma debilidade em sua produção editorial (Hallewell, 2012). Próximo à reabertura democrática, a editora se reergueu com novos fluxos editoriais e coedições de sucesso, que a levaram ao patamar de competitividade com grandes editoras comerciais nacionais da época, como Nova Fronteira, Zahar e Brasiliense, chegando em 1982 a ter a maior produção editorial em número de títulos de todo o país, segundo Hallewell (2012).

Embora o mérito da criação da primeira editora universitária do país tenha sido da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1955, a EDU evidenciou-se em produção, qualidade e ganhou um destaque nacional de maior relevância, mesmo sendo inaugurada sete anos depois (Hallewell, 2012).

Atualmente, a Editora segue mantendo sua importância dentro do contexto editorial da UnB e do cenário universitário nacional, adaptando seus fluxos e formatos editoriais por meio de editais públicos de seleção e publicação de obras voltados à comunidade acadêmica, que culminaram em diversas publicações em formato digital, atreladas a selos específicos definidos de forma a atender às necessidades de ensino, pesquisa e extensão das unidades acadêmicas da Universidade. Aliada a essa proposta, a EDU vem tornando-se um elemento essencial da UnB para a disseminação da produção do conhecimento científico por meio do acesso aberto, ao publicar diversos livros digitais com distribuição gratuita na internet, não deixando de integrar qualidade, inovação e relevância em seus conteúdos e edições. Além disso, tem projetos emancipatórios de divulgação científica e cultural, como é o caso da revista *Humanidades*, criada em 1982 com o intuito de fornecer à sociedade um debate de ideias e pensamento (UnB, [2021]).

Portanto, a BCE e a EDU integram e auxiliam sobremaneira a UnB na condução de seus objetivos e na busca por sua utopia de instituição pensada para ser bálsamo ao modelo tradicional de ensino superior público brasileiro da década de 1960. Por meio da disponibilização de serviços e produtos de qualidade calcados na missão de prover e emancipar seu público universitário e externo, a biblioteca e a editora da Universidade de Brasília traduzem parte do compromisso posto ao ensino superior latino-americano desde a Declaração de Córdoba, passando pela luta travada na segunda metade do século XX com as ditaduras do continente e culminando no embate diuturno contra os cortes orçamentários, a deslegitimação e a precarização do sistema de ensino superior público brasileiro.

Considerações finais

Enquanto projeto de uma universidade utópica, a UnB nasceu rompendo as barreiras ainda muito convencionais e sólidas do sistema de ensino superior público brasileiro da segunda metade do século XX. Ao trazer princípios democráticos de gestão, como a participação de docentes e discentes na escolha de seus dirigentes, a reformulação e maior inclusão na maneira de ingresso universitário via vestibular,

assim como maior voz ao corpo estudantil da instituição em suas decisões, culminou também para a quebra de uma seqüência catedrática de organização de faculdades e cursos, algo bastante ousado e emancipador para o Brasil da época (Alencar, 1969).

O planejamento e execução da UnB foi um exemplo real de nascimento utópico de uma ideia. Desde o surgimento das primeiras universidades da história, passando pela atualização moderna ocidental de seu conceito até sua reforma latino-americana, a ideia de instituição superior de ensino público brasileiro encontrou no Planalto Central seu modelo possível de existência, renovado após a redemocratização do país, buscando como um de seus fundamentos originários a busca constante pela liberdade de pensamento e de existência.

Para que todo esse intento fosse e possa ser possível ainda hoje, várias estruturas elementares de apoio ao ensino, pesquisa e extensão foram pensadas e constituídas. Os modelos de formação e funcionamento da BCE e EDU – calcados na busca constante da organização e comunicação da informação e conhecimento científico, cultural e técnico – acompanharam o ideário de universidade que a UnB carrega em seu cerne. Dois órgãos complementares que estiveram na vanguarda de funcionamento nacional dentre seus pares, desde sua criação, levaram ao corpo acadêmico e à sociedade brasileira a possibilidade de acessar o conhecimento produzido na universidade, assim como estabeleceram o diálogo com seu público por meio do terreno fértil do ambiente universitário disposto a se comunicar com a sociedade, seja por meio das palavras registradas em páginas ou do espaço físico de encontro, cultura e estudo. A criação e fomento de possibilidades reais para o acesso à informação foram, portanto, atividades que contribuíram para a consecução de uma instituição necessária e transformadora para o povo brasileiro.

Elaborar e executar o projeto da Universidade de Brasília pode ter sido a maior busca pela lealdade com a verdade de um país emancipador e justo que Darcy e Anísio realizaram em suas carreiras de educadores e políticos. Pensar na UnB, desde a sua estrutura arquitetônica e administrativa até a sua forma de ensino, possibilitou o nascimento de uma utopia, assim como a tentativa diária de seu restabelecimento pós-redemocratização brasileira. A liberdade e o acesso à informação sempre foram alicerces fundamentais da UnB.

Referências

ALENCAR, H. Apêndice I: a Universidade de Brasília. Projeto nacional da intelectualidade brasileira. In: RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. p. 213-238.

ALVAREZ, Gonzalo. Sobre o sentido da editora universitária, sua filosofia e estratégias. In: DEAECTO, Marisa Midori; MARTINS FILHO, Plínio (org.). *Livros e universidades*. São Paulo: Com-Arte, 2017. p. 331-338.

BRASIL. Decreto nº 500, de 15 de janeiro de 1962. Institui a Fundação Universidade de Brasília. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 jan. 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dcm/dcm500.htm. Acesso em: 3 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 15 dez. 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3998.htm. Acesso em: 8 out. 2021.

COSTA, S. M. de S.; LEITE, F. C. L. Imbricações teóricas entre comunicação e gestão da informação e do conhecimento na Ciência da Informação. In: COSTA, S. M. de S.; LEITE, F. C. L.; TAVARES, R. B. (org.). *Comunicação da informação, gestão da informação e gestão do conhecimento*. Brasília: Ibict, 2018. p. 17-41. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/123456789/1071>. Acesso em: 6 out. 2021.

COX, John. Positioning the academic library within the institution: a literature review. *New Review of Academic Librarianship*, v. 24, n. 3-4, p. 217-241, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13614533.2018.1466342>. Acesso em: 8 out. 2021.

FONSECA, Edson Nery da. Biblioteca Central da Universidade de Brasília: história com um pouco de doutrina e outro tanto de memórias. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 1, n. 1, 1973. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74783>. Acesso em: 9 out. 2021.

GALEANO, Eduardo. Ressurreições/2. In: GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Tradução de Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2013. p. 214.

GONZÁLEZ-SOLAR, L. La biblioteca universitaria como elemento clave en la estrategia de investigación de la universidad. *Páginas A&b*, v. 3, n. 7, p. 105-125, 2017. Disponível em: <http://aleph.letras.up.pt/index.php/paginasae/article/view/2840>. Acesso em: 8 out. 2021.

GUAZINA, L.; MOURA, D. O. Os rumos do ensino superior brasileiro em contexto de crise: da Declaração de Córdoba aos cortes no orçamento das universidades. *Comunicação & Educação*, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 130-143, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/164999>. Acesso em: 9 out. 2021.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

MARTINS FILHO, Plínio. Editoras universitárias. In: DEAECTO, Marisa Midori; MARTINS FILHO, Plínio (org.). *Livros e universidades*. São Paulo: Com-Arte, 2017. p. 23-26.

McNEELY, Ian F.; WOLVERTON, Lisa. *A reinvenção do conhecimento: de Alexandria à internet*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

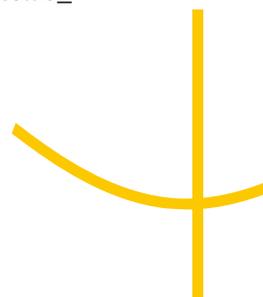
MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Darcy e a UnB: intelectuais, projeto e missão. *Ensaio: aval. pol. públ. educ.*, [S. l.], v. 25, n. 96, p. 585-608, jul./set. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017002500939>. Acesso em: 9 out. 2021.

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RIBEIRO, Darcy. *Universidade para quê?* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

UNB (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA). Biblioteca Central. *Relatório de atividades da Biblioteca Central 2019*. Brasília: Universidade de Brasília, Biblioteca Central, 2020. Disponível em: <http://repositorioadm.bce.unb.br/relatorios/relatorio-de-atividades-2019>. Acesso em: 13 out. 2021.

UNB (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA). Editora Universidade de Brasília. *Relatório de gestão 2017-2020*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, [2021]. Disponível em: https://www.editora.unb.br/documentos/Relatorio_de_gestao_EditoraUnB_20162020.pdf. Acesso em: 13 out. 2021.





O papel da universidade e o contexto da pandemia: um ensaio à luz dos ensinamentos de Darcy Ribeiro

Andressa Soares Costa

Introdução

No cenário da América Latina, conforme dispõe o artigo 207 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), *in verbis*: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. A partir desse pressuposto, verifica-se que as universidades têm baldrame constitucional como um local relevante para a coletividade, por serem essenciais na edificação de saberes que permitem a efetiva transformação social, libertária e emancipatória. O ensino superior brasileiro, por sua vez, foi notadamente influenciado pelo pensamento de Darcy Ribeiro (1986, p. 29), um dos intelectuais mais atuantes no que se refere ao estudo da educação, da política e da literatura no Brasil.

O quadro hodierno, todavia, expressa uma profunda rejeição e desvalorização da ciência nacional. O projeto neoliberal, abalizado pelo governo de extrema-direita em vigor, reitera



que é fundamental o aprofundamento do papel de resistência da universidade pública, gratuita e de qualidade. Isso porque Ribeiro (1986, p. 23) já havia enunciado que é preciso encontrar uma trajetória para realização de todas as potencialidades da academia, a fim de que se exercite plenamente os poderes para realização do destino que os próprios cidadãos brasileiros definirem para si, como contraparte elementar de satisfação das novas e urgentes demandas sociais.

Coloca-se em pauta, nesse sentido, a questão da corrente pandemia do coronavírus (Sars-CoV-2), que eclodiu no ano de 2020 e evidenciou o imprescindível dever de valorização dos acadêmicos brasileiros, que em muito vêm contribuindo para o combate da doença, seja na produção de pesquisas, seja no estudo de vacinas, seja na difusão de conhecimentos proveitosos para toda a sociedade civil. No entanto, as posturas adotadas têm expressado o repúdio, o ataque e a desvalorização da função social da universidade, o que pode ser comprovado pelos contínuos cortes no orçamento destinado ao financiamento da educação, desde o ensino básico até o ensino superior. (Inesc, 2021, p. 36).

A intenção deste ensaio surge justamente da tentativa de defender, questionar e refletir sobre o lugar da universidade em meio às problemáticas explicitadas pela crise sanitária e pelo cenário político atual, encabeçado pelos desígnios de Jair Messias Bolsonaro, atual chefe de governo e de Estado. O presente trabalho ampara-se no axioma de uma pedagogia emancipatória e libertadora, que faz sentido na medida em que os oprimidos, conforme preleciona Paulo Freire (2002, p. 30), procurem uma reconstrução de sua identidade e consolidem a tarefa humanística e histórica de progressiva autonomia em relação a quem domina e oprime.

O contexto neoliberal e a formação do saber latino-americano

Em primeiro lugar, convém mencionar sobre o marcador histórico da colonialidade do poder e da relação com o capitalismo e neoliberalismo que se faz presente no cenário brasileiro, repercutindo na formação do saber da América Latina. Aníbal Quijano (2005, p. 117) assente a problematização desse percurso ao longo dos séculos, que ensejou em um processo de formação da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo arquétipo central de perpetuação do poder mundial, sendo a classificação social da população global definida de acordo com o critério racial.

Quijano (2005) adiciona que a construção mental dos latino-americanos foi fortemente calcada na experiência de dominação colonial que, inevitavelmente, se expressa no século XXI como um padrão de poder hegemônico, que permitiu o abalçamento de inúmeras formas de opressão da vida humana, entendida como mero produto do mercado e da economia mundial. Achille Mbembe (2016) também é relevante na contextualização dessa temática, pois expõe que a raça pressupõe o embasamento de uma visão de mundo que categoriza as pessoas como melhores ou piores, com a distinção do que seriam trabalhos intelectuais ou braçais, marcando o início da modernidade, da sociedade capitalista, que teve como pano de fundo a força de um projeto mercantilista de dominação europeia e de criação e de classificação do ser humano a partir do processo de escravidão. Essa forma de classificar o mundo vem da estrutura cartesiana moderna, constituída a partir da invasão das Américas em 1492.

Nesse sentido, Michel Foucault (2009) contribui para a percepção dessa realidade, à medida que discorre sobre a construção de uma racionalidade moderna, neoliberal, que faz com que as pessoas sejam compreendidas como instrumentos úteis, como corpos dóceis, o que corrobora a reprodução das concepções que inferiorizam os sujeitos que pertencem a grupos não dominantes da sociedade. Isso quer dizer que o corpo também está inserido em uma seara política e de relações de poder que o comandam, sendo perceptível que o corpo somente se torna força útil caso opere, simultaneamente, como corpo produtivo e corpo submisso. A ação do ensino, para o autor (2009), seria incumbida de uma relação de fiscalização, visto que a vigilância hierarquizada carregaria consigo mecânicas de poder. Assim, as instituições sociais, políticas e econômicas estariam vinculadas ao próprio modo de produção capitalista, tornando-se visível que aquele que não é obediente ou que não produz lucros ao sistema é punido ou excluído.

Foucault (2008, p. 329-330) aduz, também, que é imprescindível fazer uma reflexão acerca da interligação das relações sociais com o projeto neoliberal de economia de mercado, pois este último tende a examinar os fenômenos sociais com base nos critérios puramente econômicos, refletindo na constituição das hierarquias, as quais ratificam a problemática situação dos países periféricos e dominados, afetando diretamente a forma de produção do conhecimento. Essa constatação pode ser vinculada ao panorama brasileiro, visto que a manifestação desse poder estruturante forjou a forma de pensar, de categorizar e de entender o próprio Direito, sendo isso efeito ideológico da imposição de uma cultura dominante, que

legítima as distinções e reforça a subjugação das outras culturas, designadas como subculturas, nos termos de Pierre Bourdieu (1989, p. 10-11).

O que se propõe, então, para o desenvolvimento de um saber latino-americano mais autônomo, seria a participação ativa da universidade na promoção do reconhecimento e da valorização daquilo que é produzido na América Latina, de modo a não perpetuar apenas a racionalidade cartesiana europeia, mas aplicar o conhecimento mais adequado para a realidade concreta do sul global.¹ Ou seja, é a tomada de consciência que se faz necessária para uma efetiva emancipação suscitada por autores como Bourdieu (1989) e Paulo Freire (2002), a fim de se pensar novos caminhos interpretativos de concepção da realidade, questionando e desnaturalizando concepções que permitam a manutenção de relações de poder assimétricas.

A crise sanitária do coronavírus e a função da universidade sob a ótica de Darcy Ribeiro

Especificamente quanto ao aparecimento da pandemia do coronavírus no ano 2020, é interessante frisar que os riscos, as incertezas e as inseguranças, examinados antes mesmo da chegada do vírus, estão se acentuando. Isso significa que a enganosa dicotomia entre saúde e mercado demonstra ineficiências que os estados têm em relação às políticas públicas necessárias para a satisfação das necessidades básicas de saúde de seus cidadãos. Esse apontamento pode ser ratificado pela dinâmica de funcionamento do mercado, que deveria estar comprometido com a garantia da saúde dos cidadãos, por se tratar de um direito humano para melhorar a liberdade e a qualidade de existência individuais, mas que acaba fazendo o contrário, esclarecendo-se a falta de comprometimento das sociedades capitalistas, as quais agem em nome do lucro incessante (Rubio, 2020, p. 58).

David Sánchez Rubio (2020, p. 57) assegura que a pandemia da covid-19 enfatizou em nível global as vicissitudes tradicionais que prejudicam a própria materialização dos direitos humanos na realidade fática, assim como realçou a crise econômica como elemento simbólico do aumento do abismo entre ricos e pobres, perfazendo o enrijecimento

¹ Essa concepção dialoga com Oswald de Andrade (1975), que discute, em seu manifesto antropófago, a dependência cultural dos países periféricos em relação à civilização europeia (colonialista), tendo ele contribuído para o fortalecimento da proposta de devorar, metaforicamente, as influências estrangeiras e conceber o verdadeiro reconhecimento dos elementos constitutivos de nossa formação sociocultural.

do capitalismo pelo mundo e deteriorando, paulatinamente, as proteções fundamentais de toda a espécie humana. Em outros termos, essa situação contribuirá, ainda mais, para o acúmulo de riquezas de uma minoria detentora do poder hegemônico e induzirá à ampliação dos dramas e das tragédias da população subjugada, rejeitada e empobrecida.

Por esses motivos, salienta-se que a teoria e a prática dos direitos humanos devem ser aplicadas com vistas a influir na erradicação das exclusões concretas e particulares, estendidas a todos os lugares e espaços sociais possíveis. É nessa lógica que Rubio (2020, p. 82) propõe a aplicabilidade de um viés teórico-prático de direitos que seja mais complexa, integral e relacional, alicerçando-se socialmente com práticas interdimensionais, interculturais e garantidoras de princípios democráticos.

O entendimento de Ribeiro (1974) aparece exatamente no sentido de exortar o papel crucial que a educação desempenha no progresso nacional e no desenvolvimento econômico e político, sendo imperiosos o exercício de sua função renovadora ligada à reflexão e a suplantação dos arcaísmos persistentes da própria universidade e da sociedade civil em geral. Sendo assim, a missão institucional das universidades irrompe no emprego dos recursos intelectuais para discutir sobre a responsabilidade ética da técnica e da ciência, de modo a devolver para a coletividade um saber que seja não só organizado, mas que sirva de informação e arquétipo para a superação das dissenções.

A universidade necessária, sob o ponto de vista de Ribeiro (1974), tem o dever de ser vanguardista, elaboradora de processos de transformação que possam ser gradativamente aplicados em prol da coletividade. Em outros termos, o ensino superior deverá levar em conta um programa de crescimento autônomo, realizando-se o diagnóstico crítico dos problemas que atingem a vida da população em geral e formatando uma militância que se antecipe às mudanças estruturais da realidade que cerca a academia, em consonância a um projeto progressista de firmamento de vínculos políticos com os variados segmentos da sociedade.

Nessa senda, o presente ensaio não poderia deixar de elucidar, como parte da comemoração dos 60 anos da Universidade de Brasília (UnB), a mentalidade central que guiou Ribeiro (1986, p. 15-16, grifo nosso) na tarefa primária de criação da UnB:

[...] Há quem diga que em Brasília o que sobra são assessorias. Só a Câmara dos Deputados teria mais assessores do que todos os parlamentos do mundo. São as más línguas. Não deve ser verdade. Não falo desse tipo de assessores. *Falo de uma assessoria cultural, científica e técnica, que seja independente e insubordinável, composta por sábios,*

que não sejam servidores de ninguém, que não dependam de partido nenhum. Essa assessoria autônoma, só a universidade pode dar. [...] A Universidade de Brasília veio cumprir essa função. Para tanto, o requisito indispensável é que ela surgisse como universidade autônoma, a fim de que tivesse condições de tratar com os representantes dos Poderes com a independência da Casa dos Saberes, como o Centro de Cultura em que o professor independente possa pensar de forma diferente do governo. Assim foi sonhada a Universidade. [...] Só atendendo a esses requisitos a UnB poderia tornar Brasília capaz de, um dia, multiplicar-se com grandeza e sabedoria.

Tal apontamento de Ribeiro (1986), que detona a expressão idealizada da universidade, corrobora a constatação de que, apesar da falta de incentivo e dos descréditos sofridos na atualidade, a universidade permanece com o escopo de embate à política neoliberal e capitalista vigentes, cujos pressupostos se baseiam na supressão de direitos fundamentais e no desmonte das conquistas democráticas que arduamente foram incluídas pela Carta Magna de 1988. Outrossim, Ribeiro (1986, p. 22-23) especifica que o nascimento da UnB, por exemplo, teve o fito de estabelecer uma liderança intelectual e de refletir, com aprofundamento, a universidade e a nação como problemas e, ao mesmo tempo, como projetos de libertação das amarras externas, não podendo deixar esse dever nas mãos dos políticos ou dos militares, pois a grandeza mental suficiente para pensar no Brasil em todas as suas potencialidades pressupõe o próprio povo como protagonista da história universal.

Ao traçar esses marcadores, apura-se, principalmente em uma conjuntura de crise, que:

É imperativo e urgente que se rompa a estrutura legal que estrangula o Brasil. Estrutura urdida secularmente pela velha liderança patriarcal brasileira, sempre vaidosa de termos alguma lei mais explícita que a inglesa em algum campo de defesa das liberdades, entre os pares; sempre indiferente à sorte do povo. Só nos realizaremos pelo caminho inverso de reescrever suas leis, de passar a limpo a institucionalidade vigente, proscrevendo o latifúndio que ela consagra, coactando a espoliação estrangeira que ela legaliza. É chegada a hora, mais uma vez, de rever esta institucionalidade pervertida e perversa. (Ribeiro, 1986, p. 24).

Sendo assim, diante do cenário político caótico do Brasil, fomentado pela crise sanitária, é importante reiterar o lugar das resistências² nesse momento de colapso da saúde e da economia que, conforme a compreensão de Rubio (2020, p. 57), apesar de não conseguirem transformar em absoluto as raízes do sistema em vigor, já que o capitalismo ainda manterá a sua capacidade excludente e predatória. Tais resistências são significativas para que sejam alcançadas, pelo menos, mudanças pontuais na sociedade.

Os desafios dos pesquisadores brasileiros no século XXI

No que tange aos últimos anos de ascensão da direita radical, particularmente da extrema direita, externada por intermédio de governos nacionais de democracias liberais, pode-se elucidar que esse fenômeno histórico repercute no próprio cenário contemporâneo, que tem destaque para a globalização e para a supremacia do neoliberalismo, do individualismo e do aumento das disparidades socioeconômicas no cerne das democracias. (Lemos Igreja; Negri, 2020, p. 36-37).

A sobreposição da extrema direita é motivada na pretensa justificação de valores religiosos, tradicionais e identitários de culturas consideradas superiores. O surgimento político da extrema direita se pauta pela utilização de discursos de ódio que afastam minorias políticas, como os negros, os indígenas, as mulheres e a população LGBTQIA+. A vitória eleitoral desses discursos e planos ideológicos, tendo por base meios democráticos, autentica alvitradadas políticas que naturalizam as dessemelhanças e exclusões, o que, infelizmente, revela-se como uma tendência global de estima da extrema direita, em que não apenas o ódio pelas minorias é nutrido, porém, também, a repulsa e a descrença em relação às ciências, à intelectualidade e a qualquer modo de racionalidade que questione os valores, a subjetividade e o sentido comum em que a extrema direita se arraiga (Lemos Igreja; Negri, p. 37).

² Quando se fala em lugar de resistência, é válido rememorar a Filosofia da Libertação enunciada por Enrique Dussel (1977), uma vez que ele é um dos nomes mais notórios no que se refere à temática da emancipação dos discursos hegemônicos que permeiam as pressões voltadas aos países do sul global. A sua posição política abaliza um olhar mais sensível sobre grupos sociais até então silenciados ou mesmo esquecidos na formação dos saberes. O autor levanta que seriam as instituições de ensino os meios capazes de promover a libertação da opressão, ao contribuir na promoção de uma consciência crítica dos sujeitos oprimidos em relação a suas próprias condições de existência.

O presidente da República Jair Messias Bolsonaro aparece nessa perspectiva de operacionalização de uma rejeição aos locais de produção de informação e de conhecimento. Indicadas como instituições perigosas, as universidades públicas brasileiras têm sido retratadas como o principal *locus* da esquerda, constantemente difundidas como parte de um suposto sistema de dominação ideológica, degradadas pelo discurso de liberdade sexual e respaldadas pelo comunismo e pelo ditame daquilo que seria considerado politicamente correto. À vista disso, Bolsonaro sugere que a condução das instituições públicas de ensino superior serviria para uma etapa do processo de doutrinação ideológica de esquerda desde o ensino básico, o que assevera a sua aversão no que diz respeito às pautas em defesa da educação. (Negri; Lemos Igreja; Rodrigues Pinto, 2019).

Diante dos variados desafios representados pela ascensão de um projeto neoliberal que reduz investimentos na pesquisa, os cientistas, sobretudo os das ciências sociais, alvos imediatos de críticas e de cortes orçamentários, são convocados a demonstrar sua magnitude para a sociedade. Um esforço de aproximação e de difusão das pesquisas para a sociedade em geral é fulcral, sobretudo em contextos de extrema desigualdade socioeconômica que incentivam os extremismos (Lemos Igreja; Negri, 2020, p. 66).

Exemplificando a situação relatada, a recente edição do monitoramento do Orçamento Geral da União (OGU), articulada pelo Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), que faz referência, essencialmente, ao ano 2020, colaborou com a apreciação pública sobre a postura do Estado no que tange à garantia dos direitos humanos. O orçamento público trata-se de um instrumento primordial para a luta contra as desigualdades e para o acesso à justiça cultural, econômica, social e ambiental. (Inesc, 2021, p. 8).

Ainda de acordo com o relatório do Inesc (2021, p. 8), a pandemia da covid-19 elevou, além das mortes de inúmeros brasileiros, as crises socioeconômicas preexistentes no Brasil, aumentando o desemprego e os trabalhos informais. Os recursos disponíveis para coibir a crise não se mostraram suficientes para enfrentar os efeitos da pandemia e nem para dar prosseguimento aos programas e às ações dos diversos ministérios, especialmente dos setores ligados à educação, à proteção das minorias, como mulheres, indígenas e quilombolas, e à defesa de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Além da escassez de recursos, a execução financeira também foi decepcionante.

Essa breve menção aos insuficientes recursos destinados a setores historicamente esquecidos da sociedade mostra a recolocação dos cortes de gastos como

único caminho possível, sendo a supervisão do orçamento público mecanismo de prestígio para a realização de uma política econômica que priorize a proteção de uma vida digna para todos os indivíduos. É forçoso relembrar a essência política da gestão dos gastos públicos e insiste-se na premência da ação estatal para a ascensão e a garantia de direitos, servindo como meios de se fazer presentes aquelas vidas que se foram em uma catástrofe evitável. (Inesc, 2021, p. 11).

Feitas tais considerações, as ciências sociais são desafiadas pela complexidade e pela dificuldade de compreensão da extrema direita. Exige-se um esforço interdisciplinar de procura por metodologias, por marcos conceituais e por categorias novas que ajudem na compreensão mais profunda dos alicerces da extrema direita. As ciências precisam, ainda, diante dos ataques cotidianos, proteger a si mesmas para continuarem existindo, avultando a sua necessidade, o valor do conhecimento que produzem e a relevância que têm para a sociedade. Ou seja, o debate sobre a atividade dos cientistas e a seriedade do conhecimento científico precisam orientar um planejamento coletivo de melhoria da sociedade. (Lemos Igreja; Negri, 2020, p. 38).

A partir dessas colocações, José Eduardo Faria (1997 *apud* Sousa Júnior, 2021, p. 85) considera algumas alternativas para que a pesquisa do Direito possa estar presente no século XXI, mesmo diante de desafios, a partir da

definição de campos temáticos e dos problemas específicos passíveis de ser financiados com recursos públicos, estimulando, assim, os cursos jurídicos a promover as reformas que eles não foram capazes de realizar espontaneamente e a desenvolver marcos teóricos capazes de tornar viável a compreensão dos novos institutos jurídicos e das relações socioeconômicas que lhes deram origem e função.

Em adição a esse propósito, José Geraldo de Sousa Júnior (2021, p. 86), intencionado pelos valores de *O Direito Achado na Rua*, traz o olhar dos movimentos sociais e das suas práticas como prognósticos de conformação do Direito. Assim, os pesquisadores brasileiros devem se orientar pela dimensão emancipatória, não servindo como ferramentas de subordinação às práticas políticas preestabelecidas.

Conclusões

A partir das averiguações delineadas, é possível notar que, sem o estabelecimento de um senso crítico, não há como indagar as estruturas de poder historicamente impostas e tampouco há como admitir o papel fundamental das universidades em tempos de crise e de hostilidade por parte de atores que proclamam discursos antagônicos aos direitos humanos e à própria liberdade de cátedra. Quando se pensa na função social das instituições de ensino superior, é primordial que haja a salvaguarda de valores humanísticos, preceito elementar para a realização das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. Imperioso lembrar que, como idealizado por Darcy Ribeiro (1986), a UnB, por exemplo, foi concebida na capital do país justamente no intento de colaborar, ao lado das demais universidades, com a superação das desigualdades, das injustiças e da exclusão social.

Isso posto, as ciências sociais latino-americanas emergem como ferramentas de luta contra os eurocentrismos e contra as forças de resquícios coloniais e imperialistas. (Lemos Igreja; Negri, 2020, p. 46). Dessa forma, ressalta-se que a defesa da autonomia das universidades deve ser constituída em aliança ao reconhecimento de contradições e da pluralidade coletiva. É nessa direção que a avaliação sobre a crise sanitária do coronavírus, que afeta, também, a economia e a política, deve abrir caminhos para a proposição de novos desafios, com vistas a mudanças estruturais na sociedade brasileira, sendo certo que os conhecimentos e as práticas sociais concebidas nas universidades são medulares na investigação de resultados que robusteçam o compromisso da cidadania com as vozes da coletividade. Logo, é impreterível a participação da comunidade externa na construção diária da universidade pública, gratuita e de qualidade e na aproximação do saber acadêmico e do saber tradicional, reservando a cada um o seu grau de importância.

Márcia Abrahão Moura e Mônica Nogueira (2021, p. 30) assentem que a proteção das instituições públicas deve ser estimulada para que haja o verdadeiro progresso do acesso a direitos fundamentais, de modo a promover universidades públicas cada vez mais arrojadas, inclusivas e democráticas.

Cumprе mencionar que o processo de inclusão ecoa na efetiva participação popular, uma vez que a transmutação da ordem social não deve ocorrer de dentro para fora, mas de fora para dentro. Isso significa que a academia deve primeiro fazer uma ponte com as demandas populares para depois construir a produção do saber. A universidade necessária, preconizada por Darcy Ribeiro (1974), precisa

alcançar quem, de fato, carece de tutela, englobando a população marginalizada em seu projeto constitucional de integração com a sociedade.

Ademais, sem deixar de se levar em conta a ideia de emancipação retomada por Freire (2002), é necessária a compreensão das diferentes formas de opressão, de dominação e de exclusão no mundo neoliberal, apresentando-se o reconhecimento da inserção do educador e do educando como instrumentos basilares na luta de classes, na luta entre opressores e oprimidos, de maneira a expurgar a condição de explorador/explorado preposta pela ideiação capitalista.

Por fim, uma maior harmonização entre as massas populares e a comunidade acadêmica se expressa como meio de emancipação e de libertação equitativa e plural da sociedade, sendo isso possível mediante a propositura de projetos concretos, resultantes das agendas políticas, e pela manifesta busca de união efetiva dos interesses sociais e da comunidade de intelectuais comprometida com a evolução democrática, com o (re)conhecimento de direitos fundamentais e com o necessário estímulo a maior representatividade das minorias sociais na formatação das estruturas de poder.

Referências

ANDRADE, Oswald. Manifesto antropófago. *Revista de Antropofagia* (Reedição da revista literária publicada em São Paulo, 1ª e 2ª edições, 1928-1929). São Paulo: Abril, 1975.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DUSSEL, Enrique. *Filosofia na América Latina: filosofia da libertação*. São Paulo: Loyola, 1977.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos). *Um país sufocado: balanço do orçamento geral da União 2020*. Brasília: INESC, 2021. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/baixa-execucao-financeira-e-lentidao-do-governo-asfixiaram-politicas-sociais-em-2020-diz-estudo>. Acesso em: 2 out. 2021.

LEMOS IGREJA, Rebecca.; NEGRI, Camilo. As ciências sociais brasileiras frente à ascensão da extrema-direita: uma reflexão urgente e necessária. *Plural – Antropologías desde América Latina y del Caribe*, v. 2, n. 6, 2020. Disponível em: <https://asociacionlatinoamericanadeantropologia.net/revistas/index.php/plural/article/view/151> Acesso em: 2 out. 2021.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Revista Arte e Ensaios*, n. 32, dez. 2016.

MOURA, Márcia Abrahão; NOGUEIRA, Mônica. As universidades e seu papel para a promoção da cidadania e a defesa dos direitos fundamentais. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de [et al.] (org.). *O Direito Achado na Rua: introdução crítica ao Direito como liberdade*. Brasília: OAB Editora; Editora Universidade de Brasília, 2021. v. 10, 728 p.

NEGRI, Camilo; LEMOS IGREJA, Rebecca; RODRIGUES PINTO, Simone. It happened in Brazil too: the radical right's capture of networks of hope. *Cahiers des Amériques Latines*, n. 92, 2019/3, p. 17-38. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cal/9877>. Acesso em: 2 out. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

RIBEIRO, Darcy. *Universidade para quê?* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. 32 p.

RUBIO, David Sánchez. El cinismo, el escepticismo y la tecnocracia frente a los derechos humanos en el contexto del covid-19. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; RAMPIN, Talita Tatiana Dias; Amaral, Alberto Carvalho [org.]. *Direitos Humanos e covid-19: grupos sociais vulnerabilizados e o contexto de pandemia*. Belo Horizonte: D' Plácido, 2020. p. 57-86.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo. O Direito Achado na Rua: questões de teoria e prática. *In*: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de [et al.] (org). *O Direito Achado na Rua: introdução crítica ao Direito como liberdade*. Brasília: OAB Editora; Editora Universidade de Brasília, 2021. v. 10, 728 p.



1ª Parada
do Orgulho LGBT
da UnB

Foto: Isa Lima



“A universidade necessária”: saber humanizado e responsabilidade social

Clerismar Aparecido Longo



Introdução

A universidade é, por excelência, um lugar social de produção de saberes. E é nela que parte da história de muitas pessoas é construída, tecida e ressignificada na experiência com os seus espaços, saberes, pessoas, artefatos. Um lugar de saber, de sociabilidades, do ensinar-aprender, onde pessoas projetam parte dos seus sonhos e onde suas identidades são moldadas em novos sentidos.

Desse lugar social, saem os inúmeros especialistas das mais diversas áreas, que materializam seu capital cultural nos projetos de urbanização, nas arquiteturas, na produção das artes, nas análises das experiências sociais, políticas, culturais, dentre tantas outras produções nascidas da criatividade humana e que dão sentido ao mundo.

Essa materialização suscita posições políticas e modos de pensar e de entender a realidade. Nesse sentido, todo sujeito é, de algum modo, transformado pelo ambiente acadêmico, uma transformação da qual ele é coautor. No processo de ensinar-aprender,



não só se apropria dos saberes, mas também os contesta, os ressignifica e, com a criatividade, abre espaço para novas formas de pensar.

A universidade enquanto espaço formativo e produtor de saberes, em qualquer sociedade que se pretenda democrática, precisa assumir uma posição crítica, reflexiva e política que atenda às reais necessidades humanas, tendo como horizonte de expectativa uma sociedade justa, igualitária, próspera, ou seja, que tenha como ponto de partida o desejo e a vontade pelo crescimento e felicidade humanos em seu sentido coletivo.

O saber produzido e o próprio processo de ensinar-aprender precisam nascer com a semente da democracia e se desenvolver vigorosamente de forma robusta. Para tanto, deve ser cuidada e alimentada cotidianamente pelos mais altos valores humanos, para que dela se origine toda a beleza do saber e do ensinar-aprender ancorados no desejo pela verdade, realização e felicidade humanas conquistadas no exercício da cidadania.

UnB: uma semente da esperança

No Brasil, a semente de uma universidade livre, libertadora e transformadora havia sido lançada pelas mentes e mãos de três importantes intelectuais brasileiros: o antropólogo Darcy Ribeiro, o educador Anísio Teixeira e o arquiteto Oscar Niemeyer. A criação dessa instituição se inscreveu em um tempo marcado pelo imaginário desenvolvimentista e modernista “encarnado” em figuras políticas como a de Juscelino Kubitschek (JK), responsável pela construção da nova capital federal durante o seu governo (1956-1961).

Seu lema de gestão “50 anos em 5” tinha o intuito de possibilitar o progresso e a modernização do país. Assim, tirando-o do atraso econômico, social e cultural. Não por acaso, cercou-se de intelectuais influentes que o auxiliaram na execução desse novo projeto de nação, cuja meta-síntese desenhada em seu plano de governo foi a construção de Brasília (Kubitschek, 2000). Situada no “coração” do país – onde passou a abrigar o centro das decisões políticas – Brasília foi projetada para consubstanciar a integração sociogeográfica, industrialização, progresso, desenvolvimento e modernidade em todo o território nacional.

Nesse contexto, a Universidade de Brasília (UnB), tal como fora concebida, veio para conjugar no plano educacional e cultural o que havia de mais moderno no projeto arquitetônico e ideológico da nova capital. Essa instituição foi considerada

um dos mais ambiciosos propósitos da intelectualidade brasileira ao ser pensada para romper com a estrutura universitária retrógrada, elitista, obsoleta e incapaz de produzir avanços científicos que contribuíssem para o desenvolvimento autônomo do Brasil (Ribeiro, 1986).

É importante ressaltar que, naquele período, as próprias universidades brasileiras e de outros países latino-americanos atuavam “como agentes da modernização reflexa, transformando os seus povos em consumidores mais ou menos sofisticados de produtos da civilização industrial” (Ribeiro, 1969, p. 65).

Ribeiro (1970) tinha uma visão extremamente crítica sobre o Brasil: um país subdesenvolvido, atrasado e socialmente desigual, resultado de um processo histórico – *a priori*, do colonialismo europeu com seu sistema escravista e mercantilista espoliativo; *a posteriori*, do neocolonialismo desdobrado com a revolução industrial em países europeus. E, por fim, uma submissão industrial aos Estados Unidos da América, cujos avanços científicos e tecnológicos, até então ausentes nos países da América Latina, criaram as condições de possibilidades para a subalternização das sociedades latino-americanas, que dependiam demasiadamente da importação de produtos, tecnologias e saberes dos países industrializados.

O novo projeto de nação que se desenhava no governo JK, com a transladação da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, tinha como horizonte de expectativa uma sociedade industrializada, desenvolvida e moderna. Aquele momento se tornou propício para os calorosos debates sobre a tão desejada reforma universitária.

Nesse bojo, conforme afirmou Ribeiro (1986, 2016), a Universidade de Brasília foi construída para pensar o Brasil como problema, tirando-o do atraso historicamente engendrado pela elite dominante naquele contexto de subdesenvolvimento e descompasso com os avanços científicos e tecnológicos dominados por países europeus e pelos Estados Unidos, dos quais o Brasil era dependente.

Em 1985 Cristovam Buarque assumiu a reitoria da UnB, momento em que Darcy Ribeiro expressou, com todo vigor, desejo e esperança, o motivo pelo qual a Universidade de Brasília, considerada uma “universidade-semente”, fora criada:

o Brasil não pode passar sem uma universidade que tenha o inteiro domínio do saber humano e que o cultive não como um ato de fruição erudita ou de vaidade acadêmica, mas com o objetivo de, montada nesse saber, pensar o Brasil como problema. Esta é a tarefa da Universidade de Brasília. Para isso ela foi concebida e criada (Ribeiro, 1986, p. 5).

Naquela ocasião, o antropólogo mencionou o educador Anísio Teixeira, com quem embalou a utopia da universidade necessária e que o ensinou a lição mais profunda de sua vida:

Eu, naqueles meus 30 anos, cheio de certezas, de verdades, não podia entender a afirmação reiterada de Anísio de que ele não tinha compromisso com suas ideias. Eu estava cheio de compromisso com as minhas. Custei muito a entender que o único compromisso que se pode ter em matéria de ideias é com a busca da verdade. Toda ideia é provisória, toda ideia tem que ser posta em causa, questionada. Este é o espírito de Anísio. Com este espírito é que esta Universidade foi pensada. (Ribeiro, 1986, p. 2).

Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro eram avessos à cristalização de ideias e à transplantação acrítica de perspectivas importadas. O processo desigual de transformação das sociedades historicamente estruturou as sociedades ocidentais em uma escala hierárquica entre os mais desenvolvidos (países europeus e Estados Unidos da América) e países atrasados (latino-americanos) engendradora por uma ciência tomada a serviço dessa desigualdade.

Tendo como desejo superar o subdesenvolvimento do Brasil, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, movidos pela busca da verdade, pensaram em uma Universidade questionadora, crítica, interpelativa, transformadora, igualitária e libertadora a serviço do progresso do povo brasileiro. Segundo Ribeiro (1969, p. 40), o papel da Universidade era o de “contribuir com o ingrediente da consciência crítica que [permitisse] alcançar uma visão clara das perspectivas de progresso autônomo” para o país.

A UnB foi concebida para que dela se pensasse de forma autônoma e crítica as grandes questões daquele tempo em que se deu sua criação e para as quais se buscasse soluções: superação do subdesenvolvimento, combate à desigualdade social, desenvolvimento industrial, combate ao racismo, expansão da universidade autônoma, expansão da educação pública e de qualidade, dentre outras.

Essa semente da esperança foi interrompida com a ditadura militar de 1964, momento em que a UnB foi invadida pelos militares, que usurparam da comunidade acadêmica sua liberdade e autonomia. O projeto utópico dessa instituição foi, a contrapelo de seus princípios fundadores, violado e violentado pelo militarismo, colocando abaixo seu destino cuidadosamente desenhado e zelado pelos seus idealizadores, que era o de fazer com que “o Brasil desse certo”.

Essa mesma semente da esperança, para Darcy Ribeiro, renasceu com o fim da ditadura militar e a posse do reitor Cristovam Buarque em 1985, quando teve início o processo de redemocratização da UnB. Esse foi um momento simbólico e de muita esperança para o antropólogo, que, com as mais lúcidas palavras, trouxe à tona a responsabilidade da Universidade como produtora de um saber que não seja inútil, mas que sirva “ao seu povo e ao seu tempo, ponderado com a responsabilidade de que ele seja livre”. E acrescenta que:

Dentre as questões postas ao saber que utilizamos, cumpre enfrentar primeirissimamente esta pergunta: por que esse país nosso não deu certo? País que deu certo, pra mim, é aquele em que cada pessoa tem um emprego, em que todos comem todo dia, em que toda criança vai à escola, em que todos têm moradia, em que todo o velho e doente é amparado. Isso é um país que deu certo. Um país que deu certo pode não dar bola para o que se faz na universidade, pode despreocupar-se com o saber que nela se curte; mas um país que não deu certo como o nosso, não (Ribeiro, 1986, p. 21).

“O Brasil como problema”: uma breve observação sobre os nossos tempos

Hoje, muitos de nós questionamos assim como Darcy Ribeiro em 1985: por que o nosso país não deu certo? Não há nenhum pessimismo, ao contrário, há lucidez na afirmação de que o Brasil ainda não deu certo. Em tempos de negacionismo, há ainda quem diga que está dando certo, porque totalmente cego ou corruptamente privilegiado pelo sistema vigente.

Ainda convivemos com o racismo estrutural, uma herança desumana do sistema escravocrata e do processo de racialização eurocêntrica dos africanos, afro-brasileiros e dos nativos indígenas, que os relegou à condição de subalternizados, condenando-os à miséria e ao subemprego. Ainda sentimos entranhados nas desigualdades sociais, os resultados e as ressonâncias do colonialismo europeu nas Américas. Segundo Quijano (2005, p. 117):

A formação de relações sociais fundadas [na ideia de raça] produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos como espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas

procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha.

O sistema de classificação na ideia de raça foi operante no processo de constituição do padrão moderno/colonial de poder global sob domínio da Europa Ocidental. Nesse modelo, a identidade do branco europeu ali desenhada sob a presunção de superioridade em relação aos não brancos, foi elemento determinante para a justificação da exploração, dominação e subalternização dos povos nativos das Américas, dos africanos e afrodescendentes.

Em nossa contemporaneidade encontramos as ressonâncias do sistema de classificação baseado na ideia de raça quando as estatísticas demonstram que, em pleno século XXI, conforme dados do IBGE (2020), o grupo abaixo da linha da pobreza é constituído, em sua maioria, por pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas. Os dados também confirmam que a presença de pretos ou pardos é mais acentuada em cargos com renda inferior à média em 2019, enquanto nas atividades com renda superior à média é mais acentuada a presença de pessoas brancas para aquele mesmo ano.

Ainda vivemos em uma sociedade hegemonicamente estruturada pelos padrões da heteronormatividade cisgênero, sexismo e racismo – padrões eurocentrados cujos marcadores sociais de gênero, sexualidade, etnia, raça e classe estão ancorados em um ideal de homem branco, heterossexual, burguês e cristão, historicamente subjetivado como cognitivo, genética e culturalmente superior aos grupos minorizados e subalternizados. Essa leitura sexista, heteronormativa e racista da sociedade foi operacionalizada nas diversas formações sociais, com suas peculiaridades temporais e locais, criando uma “ferida” social até hoje difícil de ser curada.

Essa ferida está presente no alto número de homicídio de negros (34.446 para 10.217 não negros em 2019); nos altos índices de violência contra a mulher (em 2019 foram registrados 3.737 casos de feminicídios), lembrando que a maioria eram mulheres negras; e, por fim, mas não menos perturbadora, a “ferida” está na violência contra o público LGBTQIA+, sendo que os mais afetados são homens e mulheres trans negros, travestis e homossexuais negros (Cerqueira, 2021).

A perspectiva de coletivo e o senso de justiça no Brasil são ainda muito frágeis, em razão da alarmante corrupção presente nas organizações públicas,

políticas, privadas, bem como nas relações cotidianas, muitas vezes mascaradas por um discurso da normalidade, corroendo, dessa forma, a democracia e o exercício coletivo da cidadania.

O capitalismo neoliberal e agressivo vem, ao longo dos anos, deixando suas marcas ecodidas no desmatamento acelerado, no uso abusivo de agrotóxicos, na emissão de poluentes, no uso indiscriminado e irresponsável dos recursos naturais, transformando-os em produtos efêmeros e descartáveis, irresponsavelmente devolvidos à natureza de forma destrutiva, em nome de uma falsa ideia de qualidade de vida midiaticizada a favor do agronegócio monocultor e das grandes indústrias.

Poderíamos listar as várias demandas sociais, culturais, políticas, ambientais a serem problematizadas. As questões que nos interpelam são infindáveis e ignorá-las não é o melhor para nossa sociedade e menos ainda para o planeta, pois esses problemas, de ordem social, política, econômica ou ambiental, trazem consequências a toda a coletividade. É claro que os grupos minorizados são os que mais sofrem as consequências da ganância e irresponsabilidade humanas.

“A universidade necessária”: revisitando Darcy Ribeiro

Darcy Ribeiro, ao pronunciar-se sobre as responsabilidades da academia, destacou que a Universidade deve ser encarada como “a Casa em que a nação brasileira se pensa a si mesma como problema e como projeto, [visto que] a causa da universidade brasileira é o Brasil. O Brasil é nossa tarefa” (Ribeiro, 2016, p. 505; 512).

Sou formado em História, e logo nos últimos anos de curso, perguntei-me: para quê serve a História? Em que ela contribui para o crescimento humano? Qual sua função na sociedade? Na época, me achei extremamente ignorante, porque pensava que essas dúvidas deveriam ter sido sanadas. Guardei as perguntas para mim e não as fiz a ninguém, achei que seria vergonhoso demonstrar essas dúvidas a outras pessoas, pois parti do pressuposto que todos os outros historiadores já tinham as respostas, e eu não. Com o passar do tempo, percebi aqui e acolá que essas não eram dúvidas somente minhas, apesar de constatar que boa parte dos historiadores não se preocupava com essas indagações. Depois, descobri que essas questões não foram respondidas substancialmente ao longo da história da filosofia da história, e, ainda hoje, são temas preocupantes para historiadores e filósofos que ainda buscam respostas mais satisfatórias.

Hoje, entendo o papel da História, creio que um deles. Pelo menos, para mim, esse papel satisfaz minhas necessidades neste momento, primeira década e início da segunda do século XXI. A História tem me ajudado a entender quem eu sou e quem somos enquanto coletivo; como, no contexto das estruturas sociais, nos constituímos e fomos/somos ao mesmo tempo constituídos subjetivamente. Não há como projetarmos um Brasil que possa dar certo sem um conhecimento profundo da nossa história.

Nesse sentido, a História é um elemento indispensável para o exercício da cidadania e para o fortalecimento da democracia. Não é possível pensarmos em políticas públicas para os grupos sociais minorizados se não tivermos um conhecimento aprofundado das causas e efeitos do sistema colonial/moderno eurocêntrico, que criou as condições para que se estabelecessem e engendrassem as desigualdades e opressões sociais.

Como pensar em meritocracia em nossa contemporaneidade na qual os poderes políticos e econômicos favorecem o homem heterossexual cisgênero, branco, cristão e de classe média detentor de privilégios?

Primeiramente é preciso refletir sobre as causas das desigualdades sociais que historicamente foram engendradas, suprimindo e até hoje restringindo o exercício pleno da cidadania de mulheres e homens hierarquicamente constituídos pelos marcadores sociais pré-estabelecidos.¹

As políticas públicas precisam ser pensadas na perspectiva do pensamento decolonial e interseccional para analisarmos as várias dimensões e desdobramentos daquelas marcas sociais estruturantes das desigualdades, para que, assim, possamos promover justiça social e garantia dos direitos a todos os sujeitos, independentemente de suas identidades e escolhas.

Lembro da primeira vez em que pus os pés na Universidade, no primeiro dia de aula. Lembro como hoje que aquele era o meu lugar. Ao mesmo tempo que aquele lugar me encheu de esperanças, com o passar do tempo também me deixou desacreditado e desafiado. Ingênua e romanticamente, pensei que aquele lugar abrigava somente pessoas esclarecidas, progressistas, sem preconceito e com compromisso com a verdade, porque eu me sentia inteiramente movido pela crença de que o Saber liberta o ser humano e o torna uma semente da libertação. Com o

¹ Conforme exposto no texto os marcadores sociais são: gênero, sexualidade, classe, etnia, raça, dentre outros, que colocaram mulheres, negras, indígenas e a comunidade LGBTQIA+ em uma posição de inferioridade.

passar do tempo, percebi que aquele lugar é também um espaço de luta, de relações de poder, onde também se encontram os marcadores sociais subalternizadores, afinal, a academia é feita de gente, que abriga nela uma história, uma experiência de vida tecida dentro e fora da academia em contextos estruturais, carregando com ela também as marcas dessas estruturas, seja na condição de subalternizada e minorizada ou na condição de privilegiada. De certo modo, saí da zona de conforto que inconscientemente me “protegia” e ao mesmo tempo me cegava. Então, encarei esse momento como um desafio, afinal aquele foi um dos momentos em que a reflexão e a crítica sobre a realidade se apresentaram como uma “luz” para o entendimento da complexidade da sociedade da qual eu faço parte.

Esses desafios cresceram e crescem até hoje, devido a nossa incapacidade de, em um mundo em constante transformação, desenvolver perspectivas satisfatórias para atender às demandas sociais de nossa contemporaneidade. Nesse sentido, constantemente os saberes produzidos são questionados, ressignificados, reformulados, às vezes suprimidos, dando margem à criação de novos saberes diante das questões que são as do nosso tempo, do agora, e ao mesmo tempo atravessadas pelas experiências pretéritas e nossas expectativas de futuro.

Enquanto um lugar social de produção de saberes, da pergunta, da crítica e da reflexão, a Universidade precisa substanciar sua responsabilidade social com o povo de nosso país e com o mundo. Me pergunto hoje se as perspectivas que adotamos satisfazem as reais necessidades da coletividade, ou melhor, aproprio-me aqui de uma das problematizações feita por Darcy Ribeiro: “o saber ou a técnica, por competentes que sejam, nada significam, se não se perguntam para que e para quem existem e operam, se não se perguntam a quem servem” (1986, p. 476-477). Para que servem? A quem servem? Servem para reproduzir as desigualdades ou para construir um mundo mais igualitário e cidadão? Favorecem a expansão da monocultura e, conseqüentemente, a destruição da biodiversidade ou contribuem para um mundo mais sustentável? Servem para libertar o ser humano ou são usados para escravizá-lo?

No momento da construção da Universidade de Brasília as questões que preocupavam Darcy Ribeiro eram desigualdade social, subdesenvolvimento, atrasos científico e cultural, racismo, analfabetismo. A perspectiva da universidade necessária autônoma defendida por ele, sob o lema de pensar o Brasil como problema, era o de contribuir com o saber crítico na construção de um país isonômico, desenvolvido, industrializado, autônomo, com educação pública de qualidade, isto é, democrático.

Hoje, parte dessas questões ainda não foram resolvidas, e creio que, diante da onda conservadora e antidemocrática que tem assolado o Brasil e boa parte do mundo nos últimos anos, estão longe de ser resolvidas. Quais são as grandes questões hoje, velhas e novas? Corrupção, má distribuição de renda, racismo, machismo, misoginia, violência, efeito estufa, desmatamento acelerado, LGBTQIA+fobia, etc.

Me pergunto neste momento: o saber que produzimos e que exercitamos na prática pedagógica contribui para o crescimento humano no sentido de um mundo mais justo, igualitário e equitativo? Tenho profundas dúvidas sobre essa questão. Percebo que a academia tem sido usada muito mais para formar pessoas para o mercado de trabalho garantindo-lhes salário para satisfazer suas necessidades materiais e simbólicas, mas sem substancial responsabilidade social. Se as problemáticas do nosso tempo são essas, os saberes dos diversos cursos não deveriam ser produzidos e fazer parte do ensino-aprendizagem de qualquer área do conhecimento a partir desses problemas, que afetam e comprometem a qualidade de vida das pessoas? Trabalhar esses temas como transversais não só é insuficiente para promover a mudança que precisamos, como também não supre demandas específicas, haja vista a ineficácia do diálogo entre os saberes específicos de cada curso com aquelas temáticas.

Os saberes de cada disciplina deveriam ser desenvolvidos multidisciplinarmente tendo como preocupação as grandes questões do nosso tempo, bem como ser ancorados no desejo pelo crescimento humano e no desejo pela verdade. Antes de mais nada, os saberes precisam ser desenvolvidos a partir de uma perspectiva de amor a si mesmo enquanto sujeito social e amor com o Outro, que depende desses saberes para que o exercício de sua cidadania seja protegido nos acessos à educação pública e de qualidade, saúde e segurança públicas e no respeito à dignidade humana, sem qualquer tipo de discriminação.

Por exemplo, no Brasil são recorrentes os casos de violência obstétrica. Em 2018, conforme afirmação de Andreza Colatto, secretária da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, 117 casos de violência obstétrica foram denunciados (Brasil, 2018).

Dentre os casos sinalizados como violência obstétrica, estão: xingamentos, humilhação, comentários constrangedores em razão dos marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça, etnia, religião, classe social, número de filhos etc.; episiotomia (corte cirúrgico no períneo no parto vaginal) sem necessidade e/ou sem consentimento da mulher; manobra de Kristeller (pressão sobre a barriga da mulher para empurrar o bebê); imobilização da mulher durante o parto ou contenção de seus

movimentos; recusa em aplicar anestesia, inclusive durante o parto normal; realização de cesariana desnecessária e sem informar a mulher sobre seus riscos, dentre outros.

Os marcadores sociais da diferença estão claramente presentes nessas violências. Um estudo de abrangência nacional, intitulado “Nascer no Brasil: pesquisa nacional sobre parto e nascimento”, a partir de entrevistas e avaliação de prontuários de 23.894 mulheres, identificou: “piores indicadores de atenção pré-natal e parto nas mulheres de cor preta e parda, em comparação às brancas; as pretas receberam menos anestesia local quanto submetidas à episiotomia” (Leal *et al.*, 2017, p. 5).

Segundo Gabriel e Santos (2020), em estudo realizado sobre a violência obstétrica, as mulheres pretas e pobres são as que mais têm seus direitos sexuais e reprodutivos violados em comparação às mulheres brancas. Os autores ponderam que esse tipo de violência tem que ser entendido “em um pano de fundo interseccional, que leve em conta não apenas a subordinação de gênero, ou o privilégio do saber médico, mas também raça e classe. Tais elementos modulam a maneira segundo a qual o controle médico sobre o parto incide” (Gabriel; Santos, 2020, p. 5).

Lembremos que a classe médica é constituída majoritariamente por pessoas brancas, oriundas de famílias abastadas, que tiveram acesso a uma educação básica de maior qualidade em escolas privadas, além do acesso a cursos complementares e cursinhos, geralmente muito caros, que os prepararam para as mais concorridas vagas do curso de Medicina nas universidades públicas, onde estão abrigados os melhores cursos na área de saúde. Uma concorrência extremamente desleal para com os candidatos que saem de escolas públicas nas quais se encontram os mais pobres e a maioria dos que se autodeclararam pretos e pardos.

Os valores do Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (Ideb) – programa de avaliação da qualidade do ensino básico, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) –, mostram as discrepâncias da qualidade do ensino entre escolas públicas e privadas. Para o ano de referência 2019, temos os seguintes valores do Ideb: nos anos iniciais do ensino fundamental – 5,7 (pública), 7,1 (privada); nos anos finais do ensino fundamental – 4,6 (pública), 6,4 (privada); no ensino médio – 3,9 (pública), 6,4 (privada).

Não por acaso, o curso de Medicina nas universidades federais foi e ainda é composto em sua grande maioria por pessoas brancas oriundas da classe média. E é desse sistema hierarquizado, onde se inscrevem os privilégios dos brancos, que saem muitos dos médicos que, no exercício de sua profissão, reproduzem as violências que carregam os marcadores sociais das diferenças.

Pensar em uma Medicina feminista, antirracista, anti-LGBTQIA+fobia, deselitizada e sustentável, que contribua para um conceito de saúde em seu sentido mais ampliado, é um caminho interessante para humanizar o exercício desse ofício.

Diante disso, concomitantemente ao estudo dos corpos humanos, seu funcionamento, o desenvolvimento de doenças e processos de cura, é interessante problematizar sócio, histórica e culturalmente as normas regulatórias que governam os corpos para injustamente moldá-los a um padrão social heteronormativo cisgênero, sustentado por uma leitura sexista de sociedade, sob a presunção de superioridade do homem cisgênero heterossexual e de inferiorização das mulheres e das sexualidades insubmissas àquele padrão (Butler, 2019).

Nesse sentido, as identidades de gênero foram e são construídas a partir das diferenças materiais dos sexos, informadas pela linguagem como vagina e pênis – diferenças materiais básicas para se definir o que ser mulher ou homem. Os significados dessas diferenças são construídos sobre e pelos corpos nas experiências sociais, por meio de práticas discursivas altamente regulatórias, que agem no sentido de produção de uma coerência linear entre sexo-gênero-desejo a serviço de um projeto de sociedade heterossexual. A negação de que é uma construção social guarda ressonâncias históricas dos pseudossaberes biológicos, médicos, filosóficos e religiosos essencialistas.

Segundo Laqueur (2001), no século II d.C., com base na teoria desenvolvida pelo filósofo grego Galeno de Pérgamo, acreditava-se que, em sua essência, a mulher era um homem imperfeito. A hierarquia metafísica que se construiu com base nas diferenças físicas/sexuais partia do pressuposto de que o órgão genital feminino era como se fosse um pênis virado para dentro, devido à ausência de calor vital na mulher.

A respectiva presença e ausência do calor vital no homem e na mulher era causa e efeito da perfeição e imperfeição. Em fins do século XVIII e início do XIX, começaram a aparecer inúmeros estudos que rearticularam essas diferenças em um novo regime de verdade, as quais passam a ser entendidas como um par de opostos.

De acordo com essa lógica, e com base em estudos desenvolvidos pela “antropologia moral” de Jacques-Louis Moreau, mulheres e homens eram diferentes em tudo, tanto no aspecto físico quanto no moral. No final do século XIX, o biólogo e filósofo francês Patrick Geddes, por meio de análises microscópicas da fisiologia dos corpos, reforça o binarismo de gênero, ao afirmar que dentro dos corpos das mulheres tudo era diferente em relação aos corpos dos homens. As supostas passividade

e indolência das mulheres eram justificadas por esses estudos e operacionalizadas para sustentar as hierarquias entre homens (superiores) e mulheres (inferiores).

A construção forçada de uma coerência entre sexo-gênero-desejo a serviço de um ideal de sociedade heterossexual cisgênero parte do pressuposto de que as diferenças materiais são determinantes do gênero e da sexualidade, quando na verdade são construtos sociais produzidos pelos e sobre os corpos por meio de práticas discursivas regulatórias do gênero e da sexualidade. Segundo essa lógica, quem nasce com um pênis é um homem e quem nasce com uma vagina é uma mulher. As normas regulatórias do sexo/gênero agem justamente para construir nesses corpos materialmente diferenciados identidades femininas e masculinas heterossexuais cisgêneras.

Segundo Butler (2019), o fato de emergirem, no interior das relações de poder, as identidades de gênero e sexuais insubmissas ao poder regulatório – não binários, transgêneros, transexuais, homossexuais, lésbicas, bissexuais –, desmascara o discurso hegemônico de naturalização do sexo-gênero-desejo e deixa evidentes as fissuras e fragilidades dos dispositivos normativos de regulação dos corpos e subjetividades.

Desse modo, desde a mais tenra infância, meninas e meninos são forçosamente disciplinados para assumirem um sexo, um gênero e uma sexualidade de acordo com o padrão heteronormativo cisgênero ao qual são submetidos. Esse processo de disciplina dos corpos e das subjetividades opera no sentido de apagar e negar outras possíveis identificações que não correspondam ao imperativo linear do sexo-gênero-desejo heterossexual cisgênero, submetendo os sujeitos aos sofisticados processos de regulação e de negação dos desejos “desviantes”, que, no discurso dominante, carregam as marcas da abjeção e da anomalia (Butler, 2019).

É na insistência do se fazer existir dos não binários e LGBTQIA+ e em suas reivindicações para exercerem o direito de ser, sem necessariamente terem que aceitar a identificação com o padrão normativo, que uma rede discursiva de regulação dos corpos e subjetividades é sempre acionada e rearticulada pelo poder hegemônico, inscrevendo e reforçando nesses corpos as marcas de significação da abjeção e da anomalia, que tem como desdobramento a negação ou restrição do exercício da cidadania dos sujeitos insubmissos, ao mesmo tempo em que abre espaço para a “autorização” do exercício da violência sobre os seus corpos.

No Brasil, assim como em outros países latino-americanos, as desigualdades sociais precisam ser problematizadas interseccionalmente, uma vez que elas carregam marcadores sociais que combinam diferentes hierarquias e desigualdades no exercício do poder, no acesso aos bens materiais e simbólicos, no exercício da

cidadania. Em nossa contemporaneidade, tais desigualdades guardam ressonâncias do padrão de poder moderno/colonial sob domínio da Europa Ocidental, que submeteu os povos latino-americanos e depois os africanos e afrodescendentes ao processo de escravidão e racialização (Quijano, 2005).

A ideia de existência de uma raça branca europeia superior aos outros povos foi operacionalizada na sustentação do sistema político-econômico na América Latina, criando as condições de possibilidades para o estabelecimento e engendramento das desigualdades sociais. Tais disparidades não só carregavam apenas marcas da racialização, mas também as de gênero e de sexualidades, constituidoras de hierarquias sociais.

A racialização, o sexismo e a heteronormatividade eurocêntricos foram elementos operantes na consolidação do sistema de poder colonial/moderno, hierarquizando os grupos sociais entre superiores e inferiores e demarcando o lugar hegemônico do sujeito de poder.

Inferiorizados e subalternizados, após a formalização jurídica de abolição da escravidão, os não brancos foram relegados à miséria e ao subemprego, sendo-lhes negado o direito ao trabalho assalariado. Em regiões mais pobres do Brasil, o trabalho assalariado era privilégio dos brancos; em regiões mais abastadas, em que a mão de obra branca não supria as demandas, os não brancos ocupavam os cargos de menor importância e recebiam os piores salários.

Infelizmente, ainda sentimos as reminiscências desses processos de hierarquização, baseados nos marcadores sociais das diferenças, ao percebermos que a classe mais pobre dos brasileiros é constituída, majoritariamente, por pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas. É inegável que tal processo desleal de exercício do poder substancialmente favoreceu e ainda favorece os brancos de classe média, os quais, por meio das circunstâncias sócio-históricas, foram conduzidos aos melhores empregos e salários, à maioria das ocupações no serviço público, principalmente os cargos mais concorridos, às vagas nas universidades públicas, em cursos elitizados como Medicina, Direito, por exemplo.

Os brancos oriundos de classe média, que hoje exercem a Medicina nos hospitais públicos e privados, são os que mais precisam ser humildes e também conscientes das circunstâncias sócio-históricas que os privilegiaram e ao mesmo tempo desfavoreceram os grupos sociais subalternizados, aos quais muitos médicos negam tratamento digno, como no caso da violência obstétrica, que acomete mais as mulheres pobres, pretas e pardas, demonstrando claramente a existência de uma atitude sexista, racista e elitista que precisa ser desconstruída.

Considerações finais

Se a nossa democracia é ainda muito frágil e se ainda não conseguimos desenvolver uma cidadania amadurecida e plena que contemple a coletividade, em todas as suas diferenças, é porque os saberes e as práticas pedagógicas, até então desenvolvidos, não têm sido utilizados de forma eficiente para promover a mudança social que tanto precisamos.

Se essa mudança não acontecer por meio da Educação, acontecerá de que forma? Os dispositivos jurídicos utilizados para assegurar os direitos sociais, humanos e coletivos estão sujeitos às práticas corruptivas de agentes públicos, sociedade civil e os profissionais que representam os sujeitos no âmbito jurídico.

Lembremos aqui o caso de Mariana Ferrer, vítima de estupro em 2018, em Florianópolis-SC, cometido pelo empresário André Camargo Aranha, absolvido em 2020 mesmo com o laudo pericial comprovando a materialidade do crime e da autoria. Além disso, durante a audiência, a vítima do estupro foi humilhada pelo advogado do empresário, Cláudio Gastão Rosa Filho (Pauluze, 2020). A absolvição do autor do crime e a humilhação a que a vítima foi submetida em audiência mostram o quanto os interesses escusos e contrários à defesa da dignidade humana são mascarados e “protegidos” por uma leitura sexista e machista de sociedade.

Acredito que precisamos repensar os saberes científicos que produzimos, tanto os que sustentam nossas bases educativas e as práticas pedagógicas, quanto aqueles veiculados por essas práticas. Pensar a Ciência do amor e com amor. Precisamos ainda aprender a amar. Que pensemos em uma ciência com amor – amor à natureza da qual dependemos para sobreviver; amor ao “outro”, independentemente de suas escolhas, porque é digno de respeito; amor ao exercício da profissão, porque dela muitas pessoas dependem para satisfazer suas necessidades. Uma Ciência com amor consciente e responsabilidade social com a natureza e com as outras pessoas com as quais a tessitura da vida pode se tornar mais justa, interessante, igualitária e principalmente humana. Acredito que uma universidade realmente comprometida com a transformação social e o crescimento humano pode desempenhar muito bem esse papel.

Referências

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *MDH debate violência obstétrica no Ministério Público*. Brasília, 9 nov. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/novembro/mdh-debate-violencia-obstetrica-no-ministerio-publico>. Acesso em: 29 out. 2021.

BUTLER, J. *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. São Paulo: n-1; Crocodilo, 2019.

CERQUEIRA, D. *Atlas da violência*. São Paulo: FBSP, 2021.

GABRIEL, A. B.; SANTOS, B. R. G. A injustiça epistêmica na violência obstétrica. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 2, p. 1-12, 2020.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA). *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica*. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>.

KUBITSCHKE, J. *Por que construí Brasília?* Brasília: Senado Federal, 2000.

LAQUEUR, T. W. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEAL, M. C. *et al.* A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, n. 33, sup. 1, p. 1-17, 2017.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Saúde. *Violência Obstétrica*. Campo Grande: SES/MS, 2021. Disponível em: https://www.as.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/livreto_violencia_obstetrica-2-1.pdf.

PAULUZE, T. Especialistas contestam argumentação do Ministério Público no caso de Mariana Ferrer. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 nov. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/especialistas-contestam-argumentacao-do-ministerio-publico-no-caso-mariana-ferrer.shtml>

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RIBEIRO, D. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RIBEIRO, D. *As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

RIBEIRO, D. *O Brasil como problema*. São Paulo: Global, 2016.

RIBEIRO, D. *Universidade para quê?* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.



Alunos ocupam a Faculdade de Ceilândia em manifestação

Foto: Emília Silberstein



Vozes da resistência: Darcy Ribeiro e a UnB no debate contemporâneo

Inês Ulhôa

Universidade pública e democracia

É conhecida a defesa da Educação como direito de todos na obra de Darcy Ribeiro sobre a universidade pública brasileira, com a concepção de uma educação de qualidade que nos promovesse, como sociedade e como cidadãos, a um estágio superior de desenvolvimento. Entre os seus escritos, se destaca a abordagem de que a universidade deva ser necessária e emancipatória, bem como a sua interpretação do papel do intelectual público em seu comprometimento com a formação de uma consciência crítica para o arrojo da construção de uma sociedade democrática, com vistas à superação do atraso.

Para essa discussão, tomaremos como ponto de partida *A universidade necessária*, um dos textos fundadores dessa premissa, no qual tal fundamento é abordado de modo recorrente e de forma tão taxativa que dificilmente Darcy Ribeiro (1969) encontraria opositores à sua tese – isso, claro, entre democratas e defensores dos ideais de uma educação libertadora. Nessa obra, escrita durante o seu exílio no Uruguai, Darcy defende um projeto de desenvolvimento autônomo para



a América Latina e para o qual é essencial uma reforma universitária que tenha por escopo produzir a universidade necessária. Darcy fala para uma América Latina mergulhada em ditaduras sangrentas e exorta as nações irmãs a conquistarem o conhecimento científico moderno, por intermédio de uma universidade pública que tenha por meta o esforço pela identificação latino-americana e “por um desenvolvimento econômico que preserve e enriqueça o caráter da nossa contribuição à civilização humana”.¹ Durante o exílio, e alguns anos depois, ele prosseguiu com seu envolvimento para a transformação da universidade em vários países da região.

Repleto de críticas ao modelo de universidade reflexo e de desafios ao debate sobre o papel da universidade necessária, esse texto permanece, mais de 50 anos depois, surpreendentemente atual. Naquele período, Darcy procurou redefinir as exigências da modernidade para a educação e evocou o quão importante é a formação de estudantes como novas vanguardas de luta contra o sistema e que pudessem exprimir, pelo pensamento e pela ação, solidariedade para com os jovens que não podiam ter o mesmo acesso ao ensino superior. Não escapava a ele a ideia de tornar a educação disponível para além dos círculos da elite, acompanhando o pensamento de Anísio Teixeira de colocar na mesma escola pública pobres e ricos. Foi assim que dedicou a essa ideia uma agenda pública intensa de intervenção na política educacional.

Todavia, em sua discussão sobre que papel uma universidade pode cumprir melhor, Darcy se dissocia das formas aparentes e dos interesses particularistas que se disfarçam na ideologia da universidade tradicional – aquelas que atuam como meras guardiãs do saber tradicional e que só sobrevivem em sociedades estáticas –; este é, aliás, um dos pontos fortes de seu argumento para propor outro papel para a Universidade, ou seja, o de agente de transformação, cuja importância é fundamental no processo histórico-evolutivo de uma sociedade.

Sua proposição é a de uma universidade de utopia no mundo das ideias, antes de ela existir como um fato no mundo das coisas; o modelo é “utópico no sentido de que antecipará conceitualmente as universidades do futuro, configurando-as com uma meta a alcançar-se algum dia” (Ribeiro, 1969, p. 170); uma universidade que supere a modernização reflexa – ligada ao neocolonialismo cultural –, e que, se não o fizer, continuará existindo e exercendo seu papel tradicional, inconsciente de si mesma e da sociedade à qual serve. Para ele, uma universidade que não tem

¹ Citado por Anísio Teixeira na apresentação de *A universidade necessária*. Anísio Teixeira cataloga esse livro como a resposta ao desafio dos tempos presentes e a chave para a grande transformação, que é sair da *universidade-reflexo* para a *universidade necessária*.

um plano de si mesma, carente de sua própria ideia utópica de como quer crescer, torna-se incapaz de viver o seu destino.

O ponto de partida de Darcy Ribeiro para a formulação da universidade necessária constitui-se na distinção que ele faz entre valores professados e valores reais. Em sua interpretação, valores professados guardam apenas frases retóricas de um tipo de universitário que não percebe a distância abismal que o separa da universidade real; indicam, além de um estado de insciência, “o culto a um ideário que, não tendo nada a ver com a práxis, aliena a universidade de si mesma” (Ribeiro, 1969, p. 72). Para ele, uma retórica que serve para ocultar a universidade real, que se revela impura, por seus componentes espúrios; incômoda, por seus conteúdos inconformistas; e perigosa, por causa daqueles descontentes que existem dentro dela e querem transfigurá-la.

Cinco décadas depois da publicação de *A universidade necessária*, os debates contemporâneos sobre a universidade pública brasileira estão pautados não mais na construção da universidade necessária e emancipatória, mas em como mantê-la viva no cenário de adversidades que vivemos no Brasil atual. Sob a perspectiva da Educação como expressão da nacionalidade e de modernidade, e tendo o exercício do conhecimento a serviço da transformação social, em uma sociedade democrática, como advogava Darcy, é imperioso associar as ideias da educação libertadora aos direitos humanos, levando em conta que a educação se constitui em um dos instrumentos mais eficazes à socialização de valores, como a igualdade e a solidariedade.

A ideia e a prática universitária como condição emancipatória

Para entender o caminho proposto por Darcy Ribeiro, em sua configuração de universidade associada a um processo emancipatório, é preciso esclarecer o tipo de vinculação teórica por ele estabelecida sobre o papel estratégico que a educação desempenhou na formulação de sua compreensão de país e “a sua mania de querer salvar o Brasil”.² No Brasil que Darcy almejava, era imprescindível a

² Darcy era, como poucos, um apaixonado pelo Brasil; colocou todo o seu potencial intelectual na defesa de um Brasil melhor. “Tenho um sentido agudo do Brasil como desafio posto a todos, mas principalmente a mim. [...] Vejo-me como o servidor público, o estadista que nasceu para forçar o Brasil a dar certo” (Ribeiro, 2010, p. 34).

presença de uma universidade proporcionadora do desenvolvimento autônomo, que necessitaria refletir as aspirações intelectuais da nação, “uma universidade de verdade, uma universidade em que possamos dominar todo o saber humano e dominá-lo conjuntamente como um todo” (Ribeiro, 1986, p. 5).

Como se sabe, Darcy teve forte vinculação ao movimento da Escola Nova³ por influência direta de Anísio Teixeira, para quem as questões da educação e da cultura são absolutamente indissociáveis. Naquele período, o Brasil vivia a efervescência de muitos modos de interpretação dos dilemas da modernidade brasileira. Mas foi Darcy, como “militante engajado”, inspirado nas lições de Anísio Teixeira, quem melhor deu vida ao papel estratégico que a educação poderia desempenhar em direção ao desenvolvimento da nação. Em carta endereçada a Anísio Teixeira, Darcy reconhece e agradece essa influência:

Se me perguntassem pelo encontro mais importante da minha vida, eu diria que foi o nosso encontro. O senhor não avaliará o quanto eu lhe devo e como sou consciente de que em educação nada mais fiz do que pôr meu dínamo de agitação zumbindo em torno de suas ideias. (Rocha, 2014, p. 30).

Darcy Ribeiro é certamente um dos autores que mais interpretaram as questões nucleares do pensamento progressista no Brasil no último século, e o projeto de estruturação da UnB foi pensado com a marca predominante da sua ousadia. Sob diversos aspectos, soube articular de forma planejada uma universidade que tivesse uma integração sistematizada com o país, com plena atenção aos problemas nacionais que reverberassem como tema de estudos, de assessoramento público e de ensino. Darcy sustenta sua proposta com base em uma universidade-semente, capaz de gerar o desenvolvimento de que o Brasil necessitava, pois a velha universidade estava em crise, assim como o país, vítima do atraso. O Brasil, naquele

³ A Escola Nova ganhou notoriedade no Brasil no início dos anos 1920, que testemunham uma grande agitação artística, intelectual e política iniciada com a Semana da Arte Moderna. Objetivava a escola pública universal, laica e gratuita, que promovesse a igualdade e o direito de todos à educação, da qual Anísio Teixeira viria a se tornar o principal seguidor. O movimento ganha novo impulso na década de 1930, após a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que, além de Anísio Teixeira, era assinado, entre outros, por Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Cecília Meireles e Armanda Álvaro Alberto. Suas ideias e práticas é que viriam a influenciar, logo depois, tanto Darcy Ribeiro como Florestan Fernandes.

momento, precisava de uma universidade com o objetivo de pensar o Brasil como problema. “Esta é a tarefa da Universidade de Brasília. Para isso, ela foi concebida e criada. Este é o desafio que hoje, agora e sempre ela enfrentará” (Ribeiro, 1986, p. 5). Vale lembrar que essa sua percepção, avalizada pelo seu compromisso com as questões emergentes de seu tempo, despertou o entusiasmo de boa parte dos intelectuais e de homens públicos, que compreenderam, à época, a importância da democratização do ensino e prestaram seu apoio e colaboração ao projeto da UnB.

Talvez não encontremos muitos opositores à afirmação de que o projeto para a UnB era um compromisso de intervenção política, como tudo que Darcy Ribeiro fazia na vida, movido por paixões e disposto a transformar a realidade. É como ele mesmo se define: “Sou um homem de causas. [...] Elas são muitas, demais: a salvação dos índios, a escolarização das crianças, a reforma agrária, o socialismo em liberdade, a universidade necessária” (Ribeiro, 2010, p. 45). Em toda a sua obra, ele aborda a si mesmo como personagem, associando trajetórias, projetos e políticas para contar a história do Brasil que presenciou e da qual foi protagonista – em particular o papel estratégico que a Educação desempenhou na formulação de suas visões, em sua fé desafiadora de impor uma agenda pública de intervenção na política educacional brasileira, da qual resultou a criação da UnB como a “Casa da Consciência Crítica em que o Brasil se explicaria e encontraria saída para seus descaminhos” (Ribeiro, 1986, p.15).

Antes mesmo da inauguração da nova capital, Darcy já buscava convencer as autoridades de que Brasília deveria ter uma universidade que fosse um centro de qualificação à altura da ousadia arquitetônica que exibia. Sua interlocução surtiu efeito; foi convocado a compor a equipe⁴ para colaborar no projeto de criação da UnB, anunciada pelo Ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado, em 16 de abril de 1960. Três meses depois, Darcy passou a compor a comissão constituída para estudos complementares sobre a Universidade, juntamente com Cyro dos Anjos e Oscar Niemeyer.

⁴ A equipe era integrada por Pedro Calmon, reitor da Universidade do Brasil, João Christovão Cardoso, presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, Anísio Teixeira, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Ernesto Luís de Oliveira Júnior, presidente da Comissão Supervisora do Plano dos Institutos, Darcy Ribeiro, coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais, e Almir de Castro, diretor de Programas da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

A velha universidade estava em crise. Não tinha padrões estruturais ou modelos operativos a nos oferecer. Éramos, pois, livres e estávamos desafiados a repensar. A repensar a universidade como instituição. Inumeráveis foram os encontros informais, muitíssimas as reuniões formais [...] Que calorosas reuniões tivemos, que polêmicas profundas travamos, que discussões de ideias as mais díspares, que coragem de pensar, que predisposição a não copiar, que temeridade, sobretudo de recusar-se à bobice, de ficar contente com pequenas façanhas [...] Nós nos recusávamos a aceitar a universidade de mentira que se cultivava no país, tão insciente de si como contente consigo mesma (Ribeiro, 1986, p. 4).

A UnB nasceu, assim, com a marca de projeto inovador destinado a pensar na democratização do ensino, uma universidade experimental e disposta à busca de novos caminhos na pesquisa e no ensino. Para se entender o processo e os conflitos que permearam, e que ainda permeiam, a história da UnB, reitero a fala do ex-reitor José Geraldo de Sousa Junior (2012, p. 16) de que “a compreensão do projeto originário da UnB não se faz sem o resgate da memória histórica de sua construção e de seus princípios e também de seus abalos”.

Com efeito, essa é a razão para serem recuperados os paradigmas que compuseram a história da UnB, comportando as implicações e as consequências também na história do Brasil. É sabido que apenas dois anos depois de sua criação sucedeu o golpe militar de 1964, mudando as condições políticas do país, provocando efeitos perversos sobre as universidades e constrangimentos à liberdade de expressão e de participação política. Os interventores militares que na UnB se estabeleceram e a conduziram sob novas diretrizes, demitiram o reitor Anísio Teixeira e o vice Almir de Castro e esvaziaram o corpo docente comprometido com o projeto inicial da Universidade. A interferência direta e contínua em seu funcionamento resulta em prisões e expulsões de professores e de estudantes, além de invasões ao *campus* por tropas militares. Não sem resistência, claro!

Dessa fase sombria, a ação da ditadura deixou tristes recordações. Darcy, inconformado, dizia que a UnB, esperança maior da intelectualidade brasileira, tinha sido avassalada e que tinha se convertido na casa da intolerância e do despotismo. Naquela ocasião, criou-se “uma verdadeira ideologia deturpadora e denegridora a respeito da UnB, apresentada como um foco de subversão dirigido por irresponsáveis” (Salmeron, 2007, p. 25).

Vinte e um anos depois, ocorreu novo direcionamento, com a redemocratização do país. A UnB revive seus dias de liberdade e do livre-pensamento. Abraça outros princípios orientados a uma universidade emancipatória, a partir dos ideais de

promoção da autonomia da instituição e da garantia da inclusão, a liberdade de pensamento, de produção e a transmissão do conhecimento, estabelecendo políticas quanto à responsabilidade coletiva de respeitar e defender os princípios da dignidade humana, da igualdade e equidade (Sousa Junior, 2012, p. 11).

Durante esse período, nova Constituição foi elaborada, com a colaboração decisiva da UnB. A Constituição de 1988 constitui-se em um marco no que diz respeito à educação como direito de todos e um dever do Estado. Por conseguinte, vieram as políticas de ação afirmativa que democratizaram o acesso à Universidade. Na prática, nessa fase, a UnB fez jus aos anseios de seus fundadores, alimentando e disseminando a cultura como agente transformador da sociedade e se dedicando a pensar e a debater os problemas do país.

É relevante considerar que a trajetória da UnB se insere na história brasileira contemporânea, marcada, nesses 60 anos, por dois momentos trágicos: a ditadura militar e a eleição de Bolsonaro. Em ambos, há violento ataque à política de Estado de direitos, que pode ser visto como alibi para uma política de demolição das conquistas sociais, com suas lógicas conservadoras, manipulando a realidade, de acordo com os interesses da elite político-financeira.

O governo atual, desprezando o papel que a UnB desempenha no desenvolvimento do país, vem minando o seu orçamento, na tentativa de submetê-la a um processo de destruição, com prejuízos incalculáveis à pesquisa e ao ensino. Alegaram que ali se produz “balbúrdia”, e, inaceitavelmente, como na época da ditadura, quando a instituição sofreu perseguição e invasões da polícia, infiltram um agente espião no cargo de vigilante (Barrocal, 2020). Ressalte-se que as perseguições ocorridas no *campus*, durante os anos da intervenção militar, não seriam possíveis sem a presença de informantes e colaboradores do regime. A presença de um agente espião nos dias atuais revela a prática dos mesmos métodos para censurar o livre-pensamento de que a UnB é por excelência portadora. Esses são exemplos das atrocidades e de mentiras (as conhecidas *fake news*) cometidas contra a Universidade, no intuito de desqualificá-la diante da opinião pública.

Entre as questões que emanam desta reflexão encontra-se o antiquíssimo conflito entre liberdade e autoritarismo. O impacto que essa disputa provocou na realidade brasileira certamente nos induz a pensar na pertinência de análise e de investigação que levem em conta o Estado social e democrático de direito e os distintos sujeitos históricos que lutaram pela autonomia da Universidade. Decerto, as várias fases da UnB, seis décadas depois, comportam uma pluralidade de posições a dissipar a bruma das incertezas, a fim de recuperar, nos espaços da memória, um real significado à intervenção política hoje necessária, e que tanto caracterizou as gerações passadas, em defesa da Universidade e do “espírito de ousadia e ambição generosa que nos animou naqueles dias de experiência gratificante e fecunda” (Ribeiro, 2009, p. 114).

Sob o signo da pluralidade e da diversidade: os desafios da universidade solidária

O processo de democratização do acesso à universidade, no entanto, não foi e ainda não é tarefa simples e fácil. A resistência aos ataques por parte de uma elite empresarial do ensino, que vê a educação como mercadoria, decorreu inicialmente da capacidade de pessoas como Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Anísio Teixeira e tantos outros, de colocar em evidência a universidade como bem público – e não como mercado.

Essa perspectiva de democratização do ensino está pautada na trajetória da UnB, em sua experiência de universidade transformadora e emancipadora. Tantas vezes perseguida pelos setores reacionários da sociedade brasileira, por sua proposta de ser uma “universidade de utopia”, a UnB, no entanto, resiste, provoca e ilumina debates, instituindo-se como espaço da inquietação. Grandes causas foram por ela abraçadas, como a que permitiu jovens de classes menos favorecidas, negros e negras, quilombolas, indígenas, camponesas e camponeses e pessoas com deficiência exercessem o direito de frequentar a Universidade: educação como direito humano para todos. Hoje, metade dos ingressantes é oriunda de escolas públicas, revertendo-se um cenário antigo de privilégios. Além disso, a UnB ampliou a oferta com a criação de novos cursos, inclusive noturnos, e se instalando nas cidades do Gama, Ceilândia e Planaltina.

A política de cotas teve impacto conjuntural e, por sua dinâmica transformadora, mostrou-se plena de significados e imprescindível para um fazer histórico inspirado em valores humanistas, como mecanismos de correção das desigualdades

de oportunidades sociais e tornou-se semente de tantas outras reivindicações de inclusão. Há clareza, entretanto, de que apenas políticas de cotas não dão conta de superar a complexidade desse modelo de sociedade, em que está inserida a perversa realidade das desigualdades e da nenhuma importância dada à diversidade.

Nesse sentido, o caráter cultural e histórico da proposição da universidade necessária e emancipatória dá à dimensão do projeto da UnB uma enorme força inovadora da universidade brasileira. Necessária porque, primeiro, em Brasília, “se tornaria inevitável nela instituir um núcleo cultural a que não poderia faltar uma universidade; depois, na etapa de desenvolvimento em que se lançava, atender à urgência de dotar o Brasil de uma universidade que pudesse pensá-lo como problema” (Sousa Junior, 2012, p. 9). Emancipatória porque, além de estar democratizada e comprometida com um projeto de nação, a universidade deve se instituir como um espaço de consciência crítica, pois, “hoje mais do que no passado a Educação não é apenas um direito social e um bem público, mas um direito humano: o direito de todos de enfrentar uma nova forma de desigualdade – desigualdade diante do conhecimento” (Trindade, 2012, p. 135).

Esse pensamento teve grande impacto sobre como se organizou a educação vinculada aos direitos humanos. Elemento importante dessa questão diz respeito a uma resignificação dos direitos humanos na contemporaneidade, como defende Boaventura de Sousa Santos. Para ele, a hegemonia dos direitos humanos como linguagem da dignidade humana é hoje incontestável. O campo dos direitos humanos, associado às experiências emancipatórias como base para a liberdade e a igualdade, liga-se a uma variedade de fenômenos, entre os quais a preocupação com a capacidade de os Estados protegerem e promoverem os direitos e de ampliarem diálogos para uma renovada visão sobre o seu significado, com a perspectiva de atuação mais eficaz de defensores desses direitos. Ao alcançar novas interlocuções, os direitos humanos também são construídos nas fronteiras com outros saberes, a partir de trocas transversais.

Nessa perspectiva, Boaventura Santos levanta a possibilidade de se construir uma globalização contra-hegemônica da universidade como bem público. Santos está com a razão, ao afirmar que a universidade tem papel crucial na construção do lugar do país num mundo polarizado entre globalizações contraditórias. Segundo ele, a globalização neoliberal assenta-se na destruição sistemática dos projetos nacionais, por isso “a universidade pública seja um alvo a abater, enquanto não estiver plenamente sintonizada com os seus objetivos” (Santos, 2017, p. 58). Portanto, o propósito reside em dar uma resposta ativa a essas tentativas de cooptação por

parte do mercado capitalista, amparado em uma globalização contra-hegemônica da universidade como bem público e sustentada por forças sociais disponíveis e interessadas em protagonizá-la.

Também Paulo Freire, que esteve na linha de frente entre os apoiadores da criação da UnB, crente no poder libertador pela consciência e pelo conhecimento, nos ensina que não haveria sentido em estar no mundo sem fazer história e sem por ela ser feito. De fato, a práxis de Paulo Freire abre uma visão capaz de levar ao oprimido as condições reais, para que ele, reflexivamente, possa se descobrir como sujeito de sua própria destinação histórica, tendo a escola como instrumento definidor e uma educação libertadora.

Doutor *honoris causa* (*post mortem*) pela UnB em 6 de outubro de 2011 – durante a Semana Universitária, cujo tema foi “Noventa anos de Paulo Freire: um marco para a reflexão sobre os rumos da universidade brasileira” –, Paulo Freire é daquelas pessoas a quem o Brasil deveria agradecer e enaltecer todos os dias. Infelizmente, nestes tempos sombrios que estamos vivendo, de incertezas e de precariedade de pensamento crítico, nem sequer chega a causar espanto a tentativa de silenciar suas ideias, por elas expressarem o sentimento de um mundo justo, respeitando e valorizando a diversidade e os direitos humanos contidos em sua prática transformadora.

Por isso, Paulo Freire torna-se essencial, porque nos mostra uma disposição ética, transgressora, rebelde e igualmente necessária, pois está nela a ideia de que a consciência da realidade depende dos saberes demandados e das possibilidades para a construção da reflexão crítica sobre a prática de ensinar. Logo, as estratégias da ideologia fascista que assola o Brasil não serão capazes de apagar ideias como as que esse educador semeou, principalmente no que diz respeito à ação transformadora do mundo pelo processo de ensinar e de aprender em suas intersubjetividades, pois, se as condições que regulam o laço social se transformam, a subjetividade se transforma (Freire, 2011).

Há, nessa práxis de Paulo Freire, as chaves para a compreensão histórica de nossa presença no mundo como seres transformadores; afinal, vivemos não para nos adaptar ao mundo, mas para transformá-lo. Descobrir um caminho para a realidade concreta de uma prática de educar humanizadora, em meio às condições capitalistas adversas, foi um desafio para Paulo Freire, o que requereu dele coragem e determinação para a possibilidade de embelezar o mundo com os saberes que só a educação libertadora e transformadora pode propiciar.

Ainda um longo caminho...

Os argumentos até aqui apresentados servem de fio condutor histórico e possibilitam consubstanciar uma memória do passado para tornar possível a concretização, no presente, do compromisso ético com a escola e com a liberdade do pensamento que a UnB adotou, conjugando educação e democracia com direitos humanos; sem desconhecer, entretanto, que as cruéis e sistemáticas violações dos direitos humanos na história recente do Brasil encontram uma frente de luta de combate ideológico ao discurso de ódio que emana do governo mais obscurantista, regressivo e antinacional que o país já teve e que, em aliança com o aparato militar, a economia liberal e com uma militância fanática da nova direita emergente das redes sociais, vem buscando a todo custo o fim da educação como direito e como dever do Estado. Ademais, o fascínio pelo fascismo ganha corpo e busca avançar sobre as forças democráticas, fazendo com que palavras como educação, democracia, cidadania, liberdade, emancipação, direitos humanos percam valor e significação.

Sobre esse ponto, vale destacar que, no processo de construção democrático brasileiro, sempre estiveram presentes dois projetos políticos distintos. De um lado, o projeto capitaneado por movimentos populares com vistas a um aprofundamento da democracia e a uma maior participação da sociedade civil nos processos decisórios das instâncias públicas, que teve seu marco na Constituição Cidadã (1988) e se estendeu posteriormente com a adoção de políticas públicas na exigência da inclusão social; por outro lado, a estrutura institucional do Estado brasileiro, atrelada aos interesses de uma elite poderosa, privilegiada e egocentrada, o que permitiu o avanço do neoliberalismo que se verifica no governo atual, com o esgotamento de nossa jovem democracia.

Uma resposta esperançosa aos dilemas descritos permeia a reflexão de que mudar qualquer cenário de opressão passa pela criatividade da política, expressa na ação cotidiana entre os cidadãos no espaço público, na exigência do pensar e do agir, no potencial do novo que pode ser notado nos movimentos que despontam nas populações periféricas, oferecendo-se ao desafio da ruptura com tudo que lhes oprime, na legítima desobediência civil, na resistência à tirania e que gera poder na ação conjunta aos que a praticam, em defesa de seus direitos subtraídos. Nesse processo, compreender as características dos mecanismos de dominação capitalista é essencial para que a luta social por direitos não se perca em formulações abstratas, mas que se defina por intensificar práticas democráticas que fortaleçam a democracia participativa.

É importante destacar ainda que defender direitos no espaço democrático é propiciar a educação dos cidadãos para a liberdade, num mundo em que a linguagem deve ser de solidariedade, para que todos possam desenvolver suas potencialidades. Todos, todas e todes devem ser livres e só o serão sob condições que os propiciem a adquirir consciência do próprio valor. Para que isso ocorra, é necessário que instituições democráticas, como a Universidade de Brasília, estejam estruturadas como espaço onde a transmissão de conhecimento e de experiências se concretize, para que os indivíduos não se submetam mais ao arbítrio dos que detêm o poder.

Referências

BARROCAL, André. Agente secreto do governo trabalha disfarçado de vigilante na UnB. *Carta Capital*, São Paulo, 13 fev. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/agente-secreto-do-governo-trabalha-disfarcado-de-vigilante-na-unb/>. Acesso em: 5 out. 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RIBEIRO, Darcy. *Universidade para quê?* Brasília: Editora UnB, 1986.

RIBEIRO, Darcy. *Testemunho*. Brasília: Editora UnB; Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

RIBEIRO, Darcy. *Vida, minha vida*. Brasília: Editora UnB, 2010. (Darcy no Bolso).

ROCHA, João Augusto de Lima. *Anísio Teixeira e a cultura*. Brasília: Editora UnB; Salvador: Edufba, 2014.

SALMERON, Roberto A. *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*. 2. ed. revista. Brasília: Editora UnB, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2017.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. Da universidade necessária à universidade emancipatória: balanço da gestão de um sonho. *In*: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. (org.). *Da universidade necessária à universidade emancipatória*. Brasília: Editora UnB, 2012.

TRINDADE, Helgio. Por um novo projeto universitário: da “universidade em ruínas” à “universidade emancipatória”. *In*: SOUSA JUNIOR, José Geraldo (org.). *Da universidade necessária à universidade emancipatória*. Brasília: Editora UnB, 2012.



Detalhe do prédio
da Faculdade UnB
Ceilândia (FCE)

Foto: Beto Monteiro/Secom UnB

Indo para a Universidade de Darcy: educação e liberdade para pensar a partir do Brasil

Kennia Dias Lino

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.

(Paulo Freire, 1967)

Início este ensaio com uma breve apresentação da trajetória de vida da minha família, atravessada pela educação e pela noção de êxito pessoal que a chegada à universidade significa. Meus avós maternos foram analfabetos, pessoas ligadas ao campo, mas que fizeram questão de, mesmo nos rincões do estado de Goiás, hoje Tocantins, na década de 1960, contratar professor para alfabetizar seus dez filhos, dentre os quais dois se tornaram professores aos 14 anos de idade. Minha avó paterna era professora no estado de Mato Grosso. Minha mãe, professora desde os 14 anos, somente chegou à universidade aos 45 anos. Meu pai iniciou seus estudos aos 18 anos. Cresci num lar em que a educação era e sempre foi sinônimo da única forma de melhoria de vida.

Ao chegar à universidade aos 18 anos de idade, sou o resultado de um esforço de muitas vidas anteriores e concomitantes à minha. Mesmo formada em Direito, deixei de advogar e encontro a verdadeira vocação na educação. De modo algum me comparo com a genialidade de Paulo Freire, mesmo conhecendo sua vida: advogado, optou pela área da educação.

Nessa trajetória há a história de muitas brasileiras e de muitos brasileiros que não só modificaram sua história, mas a história de sua comunidade, de sua cidade ou até mesmo de seu país. A família de Paulo Freire, por exemplo, mesmo diante de dificuldades econômicas possibilitou, por meio de um esforço familiar, a continuidade dos estudos daquele que viria a ser um dos maiores intelectuais do país.

Hoje, professora, doutoranda e cotista, proponho juntamente com Paulo Freire e Darcy Ribeiro uma reflexão sobre a universidade, sobre essa que pode ser considerada êxito na vida de muitas pessoas, mas que também se propõe a muitos outros objetivos. Paulo Freire por meio de sua atuação traz a importância de se pensar numa educação comprometida com a vocação do ser humano e com a democracia. Já Darcy Ribeiro nos indaga até hoje: universidade para quê?

Os textos citados neste ensaio foram escritos num contexto em que o Brasil ainda respirava os ares da ditadura militar imposta em 1964, na retomada democrática por ocasião da posse do reitor Cristóvão Buarque em 1985. Paulo Freire lembra, em seu ensaio *Educação como prática de liberdade*, que o Brasil era um país que “partenejava”, um país que deveria entender sua história para a construção da educação e da democracia (Freire, 1967). Darcy Ribeiro no seu discurso lembra a origem, os ideais da Universidade de Brasília (UnB), os tempos de perseguição e ruptura democrática, e exorta a comunidade acadêmica a pensar a Universidade nesse novo renascer da democracia.

Tanto um quanto o outro apresentam o compromisso com a Educação e, portanto, da Universidade com o ser humano, com o brasileiro e, sobretudo, com o Brasil. A universidade é *locus* para pensar o Brasil como problema. Em contraposição a muitos anos de tradição acadêmica voltada aos ensinamentos de uma epistemologia colonial, a Universidade de Brasília nasceu com outra proposta, a de pensar o Brasil a partir do Brasil sem, contudo, abdicar da excelência acadêmica mundial praticada nas melhores universidades do mundo.

Para isso a Universidade deve se recusar à pequenez que o mundo acadêmico também pode fomentar, que é o incensamento de solenidades, do compadrio, das discussões sem comprometimento com a realidade brasileira (Ribeiro, 1986). A Universidade deve ser o local da postura de liberdade, inclusive da liberdade para

errar, mas nunca de mentir ou omitir. Essa ideia liga-se às orientações de postura do educador segundo Paulo Freire, no qual afirma que se deve ter a liberdade de criticar, porém o direito e o dever de crítica devem atender também ao imperativo ético de nunca faltar com a verdade (Freire, 1967).

Darcy Ribeiro realiza essa crítica à UnB por ocasião da posse do novo reitor, mas faz como uma forma de exortar a comunidade a pensar essa UnB espoliada pelos militares e que em 1985 renascia com inúmeros desafios (Ribeiro, 1986). Tais reflexões sobre para que a Universidade, qual a sua função, se repetem nestes tempos.

Lembra Darcy que a universidade por excelência é aquela que tem o Brasil como problema e para pensá-la é necessário ambição, sonho, utopia e compromisso. Para isso a UnB se apresentou e ainda se apresenta como uma Universidade que se propõe a tanto, muito embora tenha sofrido com a ruptura democrática, se mostrou forte e comprometida com esse olhar brasileiro para o Brasil.

Quando se questiona “Universidade para quê?” não me lembro somente da minha trajetória, mas da de muitos alunos e alunas que na universidade objetivam não só melhoria de vida pessoal, mas comprometem-se com a realidade do seu país, pessoas de poucos recursos financeiros que entram em contato com o mundo teórico e se maravilham com a contemplação da realidade sob outras perspectivas.

Nesse sentido Paulo Freire afirma: “Daí a necessidade de uma educação corajosa, que enfrentasse a discussão com o homem comum, de seu direito àquela participação. De uma educação que levasse o homem a uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço” (Freire, 1967, p. 93).

Como exemplo dessa postura, a UnB não se furtou ao compromisso de pensar o Brasil gerando importante corrente de pensamento jurídica: O Direito Achado na Rua. Da mesma maneira, não deixou de pensar a história recente do país ao abordar o golpe perpetrado contra a presidente Dilma propondo a disciplina *O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil*, ministrada pelo Instituto de Ciência Política. A UnB foi uma das primeiras universidades brasileiras a adotar o sistema de cotas raciais na graduação e pós-graduação.

Sobre as ações afirmativas, a UnB ainda foi responsável pela orientação e implementação dessas políticas em outras universidades do país, promovendo capacitação e discussões. Dezoito anos após a implementação das cotas, percebe-se o êxito de tal política e agora é possível uma Universidade que tem a cara do Brasil pensar o Brasil.

Como cotista do programa de pós-graduação em Direito pela UnB, é animador, pela primeira vez, após mais de 20 anos, entrar numa sala com a cara do Brasil, tenho colegas negros, pardos, indígenas e da comunidade LGBTQIA+.

Não posso deixar de lembrar a alegria de meu pai sabendo da minha aprovação, vê-lo relembrar sua história ao vislumbrar a ideia de ter uma filha doutora em uma grande Universidade de tradição democrática como a UnB. As cotas são uma possibilidade que cumprem a função para além de reparação histórica, mas também permitem à Universidade viver concretamente a diversidade. E é a partir da diversidade que se propõe, mais uma vez, pensar o Brasil como o problema.

No texto *Universidade para quê?*, por ocasião da posse do novo reitor em 1985, Darcy Ribeiro impõe a obrigação de professores, professoras, alunos e alunas da Universidade o olhar para um futuro de dez a 20 anos. Hoje conclui-se que, após esse período, foi assumido o desafio da reparação histórica por meio das políticas afirmativas, que de modo algum diminuíram a excelência da Universidade. A UnB se projetou para o futuro e nesse momento é local de resistência aos recentes ataques à democracia brasileira.

Nesses tempos de manifestações de parcela conservadora da sociedade, incitada pelas ideias do atual governo, atacando as universidades e a educação, pedindo o retorno da ditadura, Darcy Ribeiro ainda nos convida a repensar o papel da Universidade, e Paulo Freire continua a dizer que a educação não é neutra, tendo o compromisso com a democracia e, por conseguinte, com a vocação do ser humano de humanizar-se.

Mais uma vez cabe a pergunta: Universidade para quê? Universidade para quem? Nessa esteira as lições de Paulo Freire são necessárias sempre, pois a vocação do ser humano é aprender a humanizar-se, o que pressupõe a liberdade, logo, ensino e aprendizagem para problematizar a realidade, permitindo a reinvenção do mundo.

Para isso há de se ter claro que diferenças existem e devem ser respeitadas, mas que é necessário, dentre essas, escolher entre as ideologias discriminatórias (hegemônicas) ou as de resistência (dos discriminados). Como afirma o mesmo pensador, a educação não é neutra e, respeitando as diferenças, deve-se escolher qual ideologia a ser seguida (Freire, 1967).

A Universidade é para entender a complexidade da vida, do mundo e das pessoas, possibilidade. Como Paulo Freire afirma sobre a educação, e aqui afirma-se sobre a Universidade, sua função é pensar o Brasil a partir do Brasil, viabilizando a descolonização do pensamento, podendo contribuir historicamente com um

mundo menos desigual, mais humano: “se prepare a para a materialização da grande utopia: Unidade na Diversidade” (Freire, 1967, p. 19).

Ao lembrar a história da minha família e a da família de tantos alunos e alunas, gente do povo, da roça, da cidade pequena, do interior do Brasil que encontro todos os dias, constato, como Darcy, que a Universidade é para os brasileiros que escolhem romper com a cultura erudita, com o monismo jurídico estatal, com as formas de opressão do povo brasileiro.

A atualidade brasileira impõe mais uma vez repensar os fundamentos da educação, a função da Universidade, e impõe a coragem de manter uma Universidade independente e livre.

A atual reitora, Márcia Abrahão Moura aponta essa crise política de negação da cidadania, da volta do país ao mapa da fome, dos inúmeros mortos em razão de ingerência estatal na condução da pandemia de covid-19, do retrocesso de direitos indígenas e, sobretudo, dos ataques constantes que as Universidade Públicas brasileiras vem sofrendo. A magnífica reitora repete as lições de Darcy Ribeiro ao também lembrar a função social da Universidade que é de garantir a formação e a transformação do indivíduo para que permita um desenvolvimento crítico de si e da sociedade (Moura; Nogueira, 2021).

Agora, pensando a história da UnB, tem-se certeza que mesmo sob constantes ataques do atual governo, a Universidade também resistirá e fará parte, mais uma vez, do renascimento dos ideais democráticos ensinados e vividos tanto por Paulo Freire quanto por Darcy Ribeiro.

Por fim, mais uma citação de Darcy quando afirma que o saber é uma força, uma arma (Ribeiro, 1986). Nesses tempos, apesar dos avanços significativos com a implementação de ações afirmativas para a população historicamente oprimida, diante dos ataques à Democracia brasileira e à Universidade, diante das mortes e da fome, da guerra contra a ignorância, o acelerador da história é o Saber e cabe a nós, universitários e universitárias, educadores e educadoras, o domínio desse.

Então Universidade para quê? Para liberdade. Universidade para quem? Para pessoas como eu que são dos vários Brasis que existem e que têm o querer de pensar o Brasil por outras perspectivas para a construção de outras possibilidades de conhecimento e de vida.

Para findar esse ensaio, um agradecimento à Darcy por meio da música do rapper que diz “A rua é nóiz” lembrando que o Brasil é “nóiz”, a Universidade é também “nóiz” na música “Obrigado, Darcy! (O Brasil Que Vai Além)” Emicida canta:

[...]

Vem ver onde o samba nasce, ladeira

Entender o segredo da capoeira

Na luta e na dança, luta a cada round

Nocautes e nocautes nossos que a TV não aplaude

Somos reis underground, matéria-prima

Macunaíma no peito da América Latina

Hi-tech de terreiro

O sonho de Darcy Ribeiro

Dorme em cada brasileiro

Em cada brasileiro

Dorme em cada brasileiro

Em cada brasileiro

Dorme em cada brasileiro

Do Oiapoque ao Chuí

É isso que eu sou

Mistura de Tupi com sangue de nagô

Herdeiros de Zumbi

Batuque de tambor

Brasil é isso aí

Em todo canto, por onde for

Por onde for

Por onde for

Por onde for

Referências

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

MOURA, Márcia; NOGUEIRA, Mônica. As universidades e seu papel para a promoção da cidadania e a defesa dos direitos fundamentais. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de *et al.* *O Direito Achado na Rua: introdução e crítica ao Direito como liberdade*. Brasília: OAB Editora; Editora Universidade de Brasília, 2021.

RIBEIRO, Darcy. *Universidade para quê?* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.



Darcy entre os
Urubu-Kaapor,
Maranhão, 1949

Fonte: fundar.org.br



A universidade pública, gratuita, de qualidade e inclusiva para todos: a luta dos povos indígenas para sua inclusão nas universidades públicas

Luciana Beatriz de Araújo Colombo

Introdução

As universidades existem há séculos e sempre foram fonte de conhecimento e de aprendizado, mas tiveram no decorrer da história diversos embates por não poderem se desenvolver de forma autônoma. Afinal sofriam influência da sociedade e consequentemente de instituições, como Igreja e outros poderes. No entanto, entre os anos de 1964 e 1985, após um golpe, o Brasil enfrentou um longo período de ditadura militar, no qual várias pessoas foram torturadas e mortas, e a repressão se fazia presente nas universidades.

No texto de Darcy Ribeiro (1986) *Universidade para quê?* ele começa cumprimentando os que foram mortos por lutar pela universidade pública como um espaço livre para o raciocínio intelectual crítico, do qual ele fez parte principalmente atuando intimamente com o estudo dos povos indígenas.

Darcy Ribeiro sempre esteve presente narrando de forma verdadeira e detalhada tudo o que estava acontecendo. Após anos de estudos etnográficos dos povos originários, Darcy Ribeiro se tornou o primeiro reitor da Universidade de Brasília e, com sua visão isonômica, fez da Universidade um lugar mais acolhedor e inclusivo. Dessa forma, a Universidade de Brasília foi uma das pioneiras no ano de 2004 na implementação de ações afirmativas, e sem dúvidas Darcy Ribeiro teve papel fundamental nisso.

Este ensaio objetiva: evidenciar as conquistas dos povos indígenas diante do etnocentrismo da sociedade, a importância que o componente inclusivo nas universidades teve para os povos originários, e o quanto as definições de Darcy Ribeiro fizeram diferença para efetivação das cotas nas universidades; assim como promover a reflexão sobre a importância da universidade pública, gratuita, de qualidade no enfrentamento das crises contemporâneas na construção de um projeto nacional democrático, popular, inclusivo e progressista; da mesma forma, analisar o contexto delicado que estamos vivendo e o impacto disso na vida dos estudantes indígenas, bem como as dificuldades dos indígenas na inclusão na sociedade. Afinal o atual cenário nos mostra que devemos estar constantemente em luta pela democracia e pelos nossos direitos já conquistados.

Os 21 anos de ditadura e seus reflexos para a sociedade e para a Universidade de Brasília até os dias de hoje

A ditadura militar teve início no dia 1º de abril de 1964 e durou até o dia 15 de março de 1985, ou seja, teve a duração de um longo período de 21 anos sob o comando de cinco governos militares. Teve início com o golpe militar que derrubou o governo de João Goulart, presidente que havia sido eleito democraticamente. Com isso diversas instituições foram cerceadas, e no dia 29 de agosto a Universidade de Brasília foi alvo de uma invasão dos militares que resultou em espancamento, prisão e tortura de alunos e trabalhadores da universidade, com a desculpa do cumprimento de mandados de prisão contra estudantes. Os militares invadiram o *campus* de forma violenta e agressiva, com bombas e gás lacrimogênio, mantendo 300 estudantes confinados na quadra de basquete. Muitos relataram que o cenário era semelhante a um campo de concentração. Como demonstra o relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília:

A invasão militar não foi um desvio ou uma ação excessiva, mas, sim, uma operação planejada e calculada. A ação se insere no contexto da escalada repressiva da ditadura ao longo do ano de 1968, que foi marcado por mobilizações estudantis pela qualidade da educação e pela democracia – e que culminaria com a edição do AI-5, em 13 de dezembro daquele ano. A gratuidade do ensino, o incremento do número de vagas nas universidades e o aumento das verbas para a educação superior eram bandeiras defendidas pelo movimento estudantil à época. (Paixão; Carvalho, 2018, p. 1)

Não obstante, com o avanço da ditadura, a Universidade de Brasília sofreu inúmeras outras arbitrariedades e violações, como o afastamento dos seus dirigentes, e retirada do reitor Anísio Teixeira, assim como a expulsão de professores e diversas intervenções repressivas pelos militares, por estar localizada no centro dos poderes. Dessa forma, como o regime autoritário não autoriza o pensamento crítico, a universidade era uma afronta ao poder dominante, então o que eles queriam era acabar com a imagem da Universidade de Brasília. Afinal, a universidade era conhecida pela sua singularidade e qualidade:

A criação da UnB refletia um projeto de vanguarda para a educação superior, que ecoava os anseios de transformação social do início dos anos 1960. Esse projeto incluía importantes inovações, como a valorização da interdisciplinaridade, a flexibilidade dos currículos, a centralidade da atividade de extensão, a organização dos institutos centrais que promoviam uma formação básica e a convivência entre estudantes de diversos cursos. Darcy Ribeiro, um dos idealizadores da UnB, defendia uma perspectiva de educação humanista, aliada à excelência acadêmica, científica e cultural. Compreendia a universidade como um polo de consciência crítica, que deveria contribuir com o desenvolvimento do país e se manter, ao mesmo tempo, próxima da sociedade e atenta às suas demandas e a seus problemas concretos (Paixão; Carvalho, 2018, p. 1).

Como observado no trecho anterior, Darcy Ribeiro era um dos idealizadores da Universidade de Brasília e sempre se preocupou com uma educação humanista com excelência em vários aspectos, ou seja, que incluía as minorias lhes dando oportunidade para ingresso, bem como respeitando suas diversidades. Em seu *Universidade*

para quê?, ele discorre sobre a necessidade do país de ter uma universidade que tenha o inteiro domínio do saber humano e que o cultive não como um ato de fruição erudita ou de vaidade acadêmica, mas com o objetivo de, montada nesse saber, pensar o Brasil como problema (Ribeiro, 1986, p. 9), de forma que possa contar com o conhecimento como meio de melhorar a sociedade e evoluir para melhorar a vida de todos. Ressalta a importância de se ter empatia e reconhecer o diferente como integrante da sociedade e dar oportunidades a todos. Ele chama de dia da vergonha o dia que invadiram a universidade e a humilharam, e chamou de coniventes quem contribuiu ou concordou com tal ato. Dessa forma, acredita que:

Uma universidade que não tem um plano de si mesma, carente de sua própria ideia utópica de como quer crescer, sem liberdade e a coragem de se discutir amplamente, sem um ideal mais alto, uma destinação que busque com clareza, só por isto está debilitada e se torna incapaz de viver o seu destino (Ribeiro, 1986, p. 5).

Portanto, logo após o fim da ditadura, as universidades puderam respirar aliviadas, em especial a Universidade de Brasília, que pôde recuperar seu prestígio e, o mais importante, sua liberdade. No seu pronunciamento ao novo reitor da Universidade de Brasília, Darcy Ribeiro fez uma importante reflexão a respeito de todas as barbáries da ditadura, e os preceitos que precisavam ser alcançados como instituição e como nação. A tarefa não era fácil, mas o mais valioso já se tinha, que era a liberdade para pensar, para discutir e ainda a possibilidade de construir através do diálogo, do conhecimento, da inclusão, do respeito e do aprendizado por meio de culturas distintas, sem segregar ou ter preconceitos, de forma que todos pudessem ter acesso à universidade gratuita e de qualidade.

Parafraseando Darcy Ribeiro (1986), em seu texto *Universidade para quê?*, a classe dominante deteriora o Brasil, mas em contrapartida há o povo que não desiste e encontra fortes aliados, como nós indígenas, que nos reinventamos e lutamos dia após dia em busca da manutenção de nossos direitos. Por isso o discurso de Darcy Ribeiro se faz tão presente e é muito necessário na atualidade, para que as conquistas legislativas e institucionais sejam feitas por meio da inclusão, atendendo também as minorias de forma justa.

Pouco tempo depois do fim da ditadura, houve a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, como resposta ao medo da população de sofrer um novo golpe e ficar à mercê de uma ditadura novamente, e ser alvo

de fortes repressões e atrocidades. Por esse motivo, existem as cláusulas pétreas, que estão no artigo 60, §4º, da Constituição da República Federativa do Brasil, ou seja, leis que não podem ser alteradas, são elas: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos poderes; e os direitos e garantias individuais. Desse modo, percebe-se que tudo o que foi tirado na ditadura agora tem força de lei, de forma que essas normas se tornaram inescusáveis e devem ser cumpridas e respeitadas permanentemente. Assim, se hoje o presidente descredibiliza o Supremo Tribunal Federal (STF), ele atenta não só contra a democracia, mas contra a Constituição da República Federativa do Brasil e, portanto, isso precisa ser responsabilizado e julgado.

Quando surgiram vestibulares indígenas e cotas: a Universidade de Brasília como inspiração para a consolidação da Lei de Cotas

Devido a diversos fatores em desfavor dos indígenas e à grande desigualdade social que sempre se manteve no Brasil, fazendo com que somente a elite tivesse acesso ao ensino superior e de qualidade, as minorias foram esquecidas, e fazia-se incontestável a necessidade de um maior acesso a classes excluídas e marginalizadas ao ensino superior. No entanto, para isso seria necessária uma mudança na estrutura para gerar mais oportunidades a esses grupos. Foi com esse pensamento que Darcy Ribeiro e outros professores contribuíram para a criação de cotas na Universidade de Brasília, fato esse que foi sem dúvida um incentivo para a Lei de Cotas que surgiu posteriormente.

Até meados da década de 1990, a educação superior indígena estava praticamente fora da agenda dos governos, tendo passado a ser reivindicada pelos próprios indígenas primeiramente como forma de preparar professores indígenas para atuarem na educação diferenciada prevista na Constituição de 1988 (Brasil, 1988, art. 210) e documentos complementares, bem como para qualificar seus próprios membros para comporem as discussões das políticas públicas que os afetavam (Rocha *et al.*, 2017, p. 138-181).

Foi assim que surgiram as licenciaturas interculturais, primeira modalidade de política de formação universitária destinada à educação superior de indígenas, primeiramente por iniciativa dos estados, somente em 2005 tornando-se um programa federal, o Prolind (Programa de Apoio à Formação Superior e às Licenciaturas Indígenas). Mas, como dito, os indígenas passaram a pleitear a formação de

profissionais em cursos regulares, o que novamente começou primeiro em alguns estados, em universidades públicas estaduais (Rocha *et al.*, 2017, p. 138-181).

O Paraná foi o primeiro a constituir uma política pública de estado exclusivamente voltada a esse público, com vistas à formação no ensino regular, em 2001. Em 2004, a Universidade Federal do Paraná, concomitantemente à Universidade de Brasília, implantou uma política de acesso própria (Resolução nº 37/04-COUN/UFPR) e inédita entre as instituições federais de ensino superior, passando a ofertar vagas suplementares para indígenas, o que vem ocorrendo desde 2005 (Rocha *et al.*, 2017, p. 138-181).

Vale destacar que, somente após o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, as classes menos favorecidas começaram a ter efetivamente mais visibilidade e assistência, com programas como o Bolsa Família, ajuda financeira mensal destinada pelo governo a famílias de baixa renda. Mas, somente em 2012, no governo de Dilma Rousseff, houve implantação da Lei de Cotas, pelo Decreto nº 12.711/2012 (Brasil, 2012), garantindo 50% das vagas de todas as Universidades Federais do Brasil para estudantes de escolas públicas. Segundo a página do Ministério da Educação (MEC), a regularização dessa lei estabeleceu que seriam 25% desse total para pessoas de famílias com a renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita* e os outros 25% aos que recebessem valor superior a esse. Em ambos os casos seria destinada uma porcentagem para indígenas, negros e pardos de acordo com os dados do último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

Contudo, com a aprovação da Lei de Cotas, não foram destinadas vagas exclusivamente aos indígenas. Essa lei, a despeito da questionável efetividade em termos de promoção da presença indígena nas universidades, já que esses competem com pretos e pardos, é um marco em termos de reconhecimento de direitos.

Portanto em vários locais do Brasil, já havia um vestibular próprio para os povos indígenas, inclusive no Paraná, como citado anteriormente. No entanto, a mudança de modo integral e uniformizada, obtida após a Lei nº 12.711/2012, com certeza foi uma conquista, mas teve sua efetividade um tanto quanto questionável. Isso se tomarmos como parâmetro outros processos seletivos específicos já existentes, como por exemplo o Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná, que tem uma prova específica, até com a possibilidade do uso das línguas maternas das etnias do sul do país. Além do mais, o exame é subdividido em uma prova objetiva, subjetiva e oral; dessa forma, o indígena é avaliado de forma mais completa, e conseqüentemente mais justa, o que não se teve na implementação de cotas.

O portal do Ministério da Educação (MEC), após três anos, fez um levantamento quanto à evolução da Lei de Cotas, dizendo já ter alcançado o objetivo antes mesmo do prazo previsto, tendo em vista que em 128 institutos federais o sistema já é efetivo, destacando que, para indígenas, pardos e negros advindos de escola pública, basta uma autodeclaração para ocupar essas vagas de acordo com a região que vivem. Ainda segundo essa matéria, foi realizada uma pesquisa para obter dados detalhados:

Em 2013, o percentual de vagas para cotistas foi de 33%, índice que aumentou para 40% em 2014. Para se ter uma ideia do avanço, a meta de atingir 50% está prevista para 2016. Do percentual de 2013, os negros ficaram com 17,25%. O número subiu para 21,51% em 2014 (Brasil, 2018).

Portanto, ainda segundo o Portal do Ministério da Educação, é inegável que essa inclusão pôde se materializar graças a resultados que vieram por meio de uma longa caminhada de movimentos sociais, proporcionando a mobilização e, com isso, gerando bons frutos. Além das cotas (Lei nº 12.711/2012), também foram criados o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), dando a possibilidade de ingresso e permanência nas universidades aos mais vulneráveis. E nesse período já discutiam a possibilidade da existência de cotas na pós-graduação, como inicialmente havia estabelecido a Universidade Federal de Goiás (UFG).

Ademais, faz-se importante pontuar que, além dessas vagas garantidas por cotas, também pôde haver outros processos seletivos específicos por meio de vagas suplementares, como há no Paraná. Como mostram os esses dados retirados do Portal do Ministério da Educação, muito estava sendo feito para a redução das desigualdades por meio de programas inclusivos, permitindo-se o acesso dos indígenas ao ensino superior. Atualmente conta-se com vagas, estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC), na pós-graduação. Mas, recentemente, o então ministro Abraham Weintraub assinou uma portaria extinguindo essas cotas, felizmente vetada pelo ministro substituto (MEC, 2020).

Afinal, é óbvio que a luta e a desigualdade não deixam de existir com o acesso dos indígenas às universidades. A começar pela metodologia das instituições, que se utilizam de um sistema elitizado e introspectivo, e que geralmente exclui os diferentes, completamente opostos à cultura indígena. Além do mais, um indígena

não abandona seu modo de ser por estar no meio dos não indígenas, e isso resulta no problema de carregar um estigma de inferior e incapaz. Esse peso não permanece somente na graduação, mas também na fase de pós-graduação, pois no mercado de trabalho são vistos de forma negativa. Como previa Darcy Ribeiro, tudo tende a permanecer da mesma forma, apenas mais modernizado, se o entendimento das pessoas quanto ao desenvolvimento da universidade não mudar. Portanto, é necessário que a área do conhecimento seja acessível a todos os povos e evolua de modo democrático e progressista, permitindo assim que o Brasil seja um país desenvolvido a ponto de que ninguém tenha que ir para o exterior em busca de oportunidades promissoras para sua profissão.

A importância da inclusão dos indígenas sob a ótica de Darcy Ribeiro

Darcy Ribeiro relata em um de seus escritos que, mesmo a Unesco acreditando haver uma democracia racial no Brasil, com a assimilação das populações indígenas, na verdade essa aceitação nunca existiu. Muito pelo contrário, o que sempre houve foi discriminação e preconceito com relação a essas populações. A ideia de superioridade dos brancos se manteve imposta, e os indígenas tinham que aceitá-la, optando pela mestiçagem (Ribeiro, 1990, p. 47). Os estudos de Darcy Ribeiro chegaram à principal conclusão:

Nenhuma tribo indígena foi assimilada em tempo algum. É falsa a tese básica da historiografia reiterada por todos, segundo a qual os índios a se aculturarem amadurecerem para a civilização convertendo-se progressivamente as aldeias em vilas e cidade, os selvagens em civilizados, os índios em brasileiros (Ribeiro, 1990 p. 47).

É nesse contexto que surge o conceito de “indígenas transfigurados” ou índios genéricos para Darcy Ribeiro, pois, por meio dessa “integração”, os indígenas são alcançados de um modo indulgente, de modo a serem levados a viver como os brancos. Dessa forma, há certa aculturação em vários aspectos, mas os indígenas não deixam de ser quem são, ou seja, sofrem transfiguração étnica. Em outras palavras, trata-se de uma mudança dos costumes e vivência de determinada etnia para integração de modo forçado da civilização (Ribeiro, 1990, p. 47-48).

Com o enfrentamento das etnias, diante dos avanços do etnocentrismo materializado de forma preconceituosa, os indígenas fizeram alianças e puderam crescer e se fortalecer. Sem contar que, com os avanços na Carta Magna de 1988, puderam garantir o direito de manter sua cultura e ter a nomenclatura de crime de racismo aos preconceitos vindos de raça, com a intensificação da penalidade aplicada a estes. Desse modo, os povos indígenas seguem na luta não só pela manutenção de sua identidade, como preservação de seus valores e direitos.

Lembrando sempre que as comunidades indígenas englobam uma vasta gama de conhecimentos culturais, geográficos, medicinais, dentre outros. Além de todo esse conhecimento, eles, como seres humanos individuais dotados de personalidade própria, podem ir em busca da formação. Os indígenas têm grande capacidade de adaptação e de agregar bons conhecimentos, tanto para compartilhar com o seu povo, quanto para ajudar outros da sociedade externa e, sem dúvida, Darcy Ribeiro enxergava isso, assim como importantes aliados dos povos indígenas.

No entanto, isso não é reconhecido pela sociedade, principalmente nos dias atuais, em que houve uma ruptura devido ao quadro político dominante, em que o pensamento majoritário em relação aos indígenas faz-se de forma tendenciosa e degradante. Sendo assim, muitos reagem sempre de modo a repelir, a manter distância, não conhecer e, por isso, ver como pior. Nem mesmo o Judiciário ocupa o papel de protetor imparcial e justo da população e por vezes acaba agindo de modo preconceituoso, violando os direitos dos indígenas.

Infelizmente, todas essas injustiças praticadas em desfavor dos indígenas fazem parte de um processo com danos irreversíveis, que se estabeleceu por meio da colonização. Como o Brasil foi moldado por outro continente e todo reestruturado no seu modo de ser e viver, não existia a opção de não ceder: ou o indígena se adaptava ou deixava de viver. Assim, os povos originários tiveram de se moldar para continuar existindo, e se fazia necessário que a sociedade estivesse apta a recebê-los; não estava, pois o etnocentrismo praticado e ensinado pelos colonizadores categorizava os indígenas como inferiores, e então só lhes sobravam serviços subalternizados.

Contudo, o tempo passou e com ele muita coisa mudou, de modo a nascer a Organização das Nações Unidas (ONU), grande marco para os direitos humanos, as organizações não governamentais e demais grupos sociais em favor dos indígenas, o que tornou o seu clamor mais forte e apto a resultar em mudanças. Assim, tratados foram instituídos e direitos foram adquiridos, trazendo com eles o direito de existir e ter dignidade. Em decorrência dessa caminhada é que se conquistou

o direito de inclusão por meio, por exemplo, de ações afirmativas, o que permitiu aos povos indígenas o ingresso ao ensino superior nas universidades públicas.

Entretanto, mesmo com todos esses avanços conquistados após muita luta, ainda estamos no começo, pois as instituições não foram feitas para nós. Sendo assim, não encontramos um ambiente receptivo ao entrar na faculdade. Com certeza poder entrar em uma faculdade pública em nosso país é um passo primordial, mas se manter é o principal. Por isso, na pesquisa feita por Rocha (2018), o curso de Direito encontra-se com maior taxa de evasão, talvez porque seja curso mais elitizado da instituição; não só isso, como também por ter a metodologia demasiadamente arbitrária e tradicional.

Entretanto, precisamos sempre nos lembrar de quem somos e para que viemos, que foi para além de sermos indígenas e querermos continuar existindo como povo, somos seres humanos e merecemos ter a liberdade garantida. E se as faculdades são feitas com algo pré-estabelecido a determinados tipos de pessoas, isso mostra que são preconceituosos e racistas e são indignas de serem a principal fonte de conhecimento. Ademais, os indígenas levam seus princípios e modo de viver por onde vão, e com isso sua etnia e sua história. Além do mais, as cotas, bolsas ou qualquer programa inclusivo do governo não são uma regalia, mas um direito aprovado na tentativa de remediar o mal feito durante anos.

Vale ressaltar que preconceito é crime, de acordo com a Constituição da República, abrangido pelo inciso XLII do artigo 5º da Constituição e, em decorrência disso, não tem fiança, nem anistia ou graça, e é imprescritível. Ademais, pela Lei nº 9.459/1997, em que foi adicionado o §3º ao artigo 140 do Código Penal, pode constituir a qualificadora de injúria, com pena de reclusão de um a três anos e multa.

Portanto, os embates e preconceitos destacados por Darcy Ribeiro se fazem presentes ainda, mesmo após algum tempo da implementação da Lei de Cotas, mas em contrapartida, isso contribuiu para um aumento considerável de indígenas com o ensino superior concluído. Um exemplo disso é o processo que está sendo julgado pelo Supremo Tribunal Federal, a respeito do marco temporal em que podemos contar com a defesa (como *amicus curiae*) primorosa e cheia de propriedade de advogados indígenas. A inclusão que Darcy Ribeiro ajudou a concretizar já produziu frutos, mesmo que indiretamente, que eu e outros indígenas tivemos a oportunidade de alcançar. Pois, apesar das dificuldades, estaremos sempre na luta em nome da defesa de nossa cultura e existência como povos e indivíduos,

ainda mais nesse momento delicado de pandemia que estamos vivendo, em que os estudantes indígenas estão tendo que se reinventar para continuar estudando.

Conclusão

Sem dúvida, um dos principais feitos da vida de Darcy Ribeiro foi alicerçar e desenvolver de forma plena a Universidade de Brasília (UnB), uma das melhores do país, cujo principal *campus* tem o seu nome, devido a sua importância no desenvolvimento do projeto inicial. Nada mais justo, levando em conta todas as repressões e perdas que sofreu, ainda mais pelo fato de vários companheiros de luta terem sido mortos. Assim como por várias vezes teve que presenciar atos violentos e humilhantes, até mesmo quando era alvo deles, teve de se exilar devido às perseguições. Não só ele, mas vários outros alunos e professores foram maltratados e silenciados, simplesmente por estudarem e ensinarem de maneira livre. Foi um tempo muito difícil, que somente teve fim após o marco das “Diretas já”; logo após, no dia 16 de março de 1985, Darcy Ribeiro foi convidado para proclamar um discurso destinado ao novo reitor da Universidade de Brasília, um texto que sem dúvida ficou para posteridade, por transparecer de forma tão real o momento que viviam. Ele ancestralizou resistindo de maneira vigorosa, tentando desfazer as amarras simbólicas e a falta de oportunidade que nos impedem de crescer. Ao lutar pela universidade pública, gratuita e de qualidade, ele também lutou pelo pensamento progressivo, democrático e principalmente pela inclusão. Em seus estudos etnográficos, pôde fazer análises através dos fatos e acompanhar todos os processos que os indígenas passaram como reflexo da colonização e do sangue indígena derramado no esbulho de terras.

De modo insistente, ele esteve presente em nome da melhora das vidas de todas as pessoas de um país que sofre em decorrência da maneira indigna que é feita a distribuição de riqueza e oportunidades. Nós indígenas, com o apoio de aliados como Darcy Ribeiro, podemos alcançar muitas coisas, como a Lei de Cotas, que, inspirada pela Universidade de Brasília, se tornou abrangente a todas as universidades do país, assim como os Vestibulares dos Povos Indígenas existentes. No entanto, infelizmente, no contexto atual, essas conquistas correm risco diante de um desgoverno que a todo tempo atenta contra as minorias e em muito tem atacado os indígenas. Contudo, mesmo com as dificuldades e ameaças, permaneceremos firmes, como Darcy Ribeiro se manteve, e não vamos desistir. Sendo assim, que

se mantenham e desenvolvam no Brasil as universidades públicas, inclusivas, diversificadas e de qualidade por excelência, a cada dia mais fortes, e que possam evoluir e permanecer resilientes diante das restrições e ataques de líderes políticos fascistas. Mais que isso, que as universidades acolham de verdade, livres de preconceitos e entraves, para que todos possam evoluir em conhecimento e como seres humanos. Afinal, as diversidades unidas só têm a agregar e enriquecer.

Referências

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Brasília, DF: Presidência da República [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 6 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Em três anos, Lei de Cotas tem metas atingidas antes do prazo. *Portal do MEC*, Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35544-lei-de-cotas>. Acesso em: 6 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Entenda as cotas para quem estudou todo o ensino médio em escolas públicas. *Portal do MEC*, Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>. Acesso em: 6 out. 2022.

CARVALHO, Talita de. Ditadura Militar no Brasil. *Politize!*, [s. l.], 31 mar. 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ditadura-militar-no-brasil/>. Acesso em: 6 out. 2022.

MEC revoga portaria que acabava com incentivo a cotas para negros, indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação. *G1*, [s. l.], 23. jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/06/23/mec-revoga-portaria-que-acabava-com-incentivo-a-cotas-para-negros-indigenas-e-pessoas-com-deficiencia-na-pos-graduacao.ghtml>. Acesso em: 6 out. 2022.

PAIXÃO, C.; CARVALHO, C. P. 50 anos da invasão da Universidade de Brasília: a luta por democracia ontem e hoje. *UnB notícias*, Brasília, p. 1, 2018.

RIBEIRO, Darcy. *Testemunho*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 1990.

RIBEIRO, Darcy. *Universidade para quê?* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

ROCHA, Francine. Práticas desenvolvidas na UFPR em relação aos universitários indígenas: entre a igualdade e a equidade. 2018. Orientadora: Denise de Camargo. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

SOUZA FILHO, C.F.M. de. O Direito envergonhado: o Direito e o índios no Brasil. *In: GRUPIONI, L.D.B. (org.). Índios do Brasil*. Brasília: MEC, 1994. p. 153-168.



Detalhe da
arquitetura interna
do ICC

Foto: Beto Monteiro/Secom UnB

Universidade para quê e para quem? Darcy Ribeiro, Lyra Filho e a UnB no processo de pluralização do ensino superior no Brasil

Marcos Júlio Vieira dos Santos

Introdução

A ideia de construção deste ensaio nasceu no âmbito das discussões durante as aulas da disciplina “O Direito Achado na Rua” ministrada por José Geraldo de Sousa Júnior. Nesse sentido, uma das propostas avaliativas do curso foi a construção de um ensaio livre, crítico e propositivo sobre a obra *Universidade para quê?* de Darcy Ribeiro (1986).

Nessa obra, o autor, enquanto membro fundador da Universidade de Brasília (UnB), discute o projeto de universidade pensado para a instituição que ajudou a construir. Nesse ponto, Darcy tece inúmeras e severas críticas à elite brasileira e seu projeto de poder *antiepistemológico*, o qual empobrece e enfraquece o ensino superior e a construção de saberes críticos caros à formação social dos brasileiros.

Nesse contexto, apesar de escritas no ano de 1986, as palavras do professor parecem mais atuais do que nunca,

especialmente depois que o ministro de Estado da Educação Milton Ribeiro (2020-2022) disse em entrevista a um programa de TV que:

Universidade, na verdade, ela deveria ser para poucos nesse sentido de ser útil à sociedade [...] Tenho muito engenheiro ou advogado dirigindo Uber porque não consegue colocação devida. Se fosse um técnico de informática, conseguiria emprego, porque tem uma demanda muito grande.¹

Essa visão *oligárquica* e *tecnicista* do ensino superior, infelizmente, não é nova no Brasil e está ligada, em sua generalidade, a um ideário elitista do conhecimento. A partir dessa consideração, será objeto deste ensaio uma análise crítica do papel da universidade no Brasil, respondendo ao questionamento de Darcy a partir de três frentes.

Em primeiro lugar, será realizada uma análise historiográfica, baseada em um recorte bibliográfico qualitativo de textos e documentos correlatos sobre o processo de consolidação das instituições de ensino superior no país. Logo após, será realizada uma análise de convergência com o texto *Universidade para quê?* a partir da epistemologia de *O Direito Achado na Rua* de Roberto Lyra como instrumento para uma universidade mais próxima do povo.

Por último, o terceiro eixo busca construir um diagnóstico evolutivo da situação das universidades brasileiras no que se refere à presença de setores populares vulneráveis e marginalizados, utilizando a Universidade de Brasília como paradigma crítico de análise, pautado no estudo de caso (Gil, 2010).

O estudo aqui proposto partirá de uma revisão bibliográfica fundada especialmente nos escritos de Darcy Ribeiro (1986); Lyra Filho (2012); Sousa Júnior (2008). Conta-se também com as pesquisas de Costa (2018) e Silva Ribeiro (2020), as quais fornecem as bases analíticas a respeito do atual panorama da Universidade de Brasília diante do recente cenário de pluralização do ensino superior no Brasil.

¹ Essas declarações foram proferidas em entrevista ao programa “Sem Censura” transmitido pela TV Brasil. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/sem-censura/2021/08/ministro-da-educacao-milton-ribeiro-e-o-convidado-do-sem-censura>. Acesso em: 6 out. 2022.

O longo e tortuoso caminho das universidades brasileiras: o retrato de uma nação

Embora a colonização brasileira tenha se iniciado no ano de 1500, a primeira universidade no país foi aberta somente em 1808. Este é um dos diversos pontos que diferem os modelos de colonização espanhol e português. Enquanto a dita “américa espanhola” já contava com universidades desde meados dos mil e quinhentos, a “américa portuguesa” levou trezentos anos para chegar a este ponto (Sampaio, 1990).

Essa situação evidencia, por um lado, o caráter essencialmente exploratório e predatório da dominação da Coroa Portuguesa. Com efeito, a história mostra a construção de uma nação colonial umbilicalmente dependente de sua metrópole, incapaz de romper laços com seus senhores lusitanos.

Esse cenário vigorou até a independência do Brasil, que de emancipatória nada teve. Mantidas as estruturas feudais e escravocratas que desenhavam o contexto econômico e social do “império brasileiro”, as universidades eram vistas apenas como um instrumento para formar os novos agentes burocráticos do novo estado nacional (Schwarcz; Spacca, 2007).

De um modo geral, essa concepção formativa tecnocrática vigorou no imaginário intelectual brasileiro ao longo dos séculos, especialmente após a deflagração do regime militar instaurado entre 1964 e 1985, momento em que uma proposta formativa instrumental e pragmática dominou os currículos universitários no país (Lima, 2005).

Esse paradigma só foi superado a partir de 1988, com a promulgação da constituição cidadã. No novo texto constitucional, a educação ganhou espaço estratégico, enquanto direito fundamental. Nesse ponto, houve uma especial atenção ao ensino superior, especialmente no que se refere à autonomia universitária (Brasil, 1988).

É exatamente nesse contexto que se insere o discurso de Darcy Ribeiro. Suas críticas foram tecidas na cerimônia de posse do então reitor da Universidade de Brasília, Cristovam Buarque, e celebravam o retorno da democracia ao país e às universidades (Ribeiro, 1986).

Dessa trajetória histórica e política de construção e consolidação das universidades brasileiras, constata-se que o processo de criação e evolução das instituições de ensino superior no país revelam bastante sobre seu estágio sócio-histórico.

Desde o princípio, observa-se um caráter profundamente elitizado e erudito da educação. Nesse sentido, embora passados mais de trinta anos do célebre discurso de Darcy Ribeiro permanece o questionamento: Universidade para quê? Ousa-se acrescentar uma nova indagação aqui: Universidade para quem?

Universidade achada na rua: um encontro de Darcy Ribeiro e Lyra Filho

Contemporâneo ao escrito de Darcy Ribeiro, nascia também no seio da Universidade de Brasília a teoria do Direito Achado na Rua, proposta por Roberto Lyra Filho e consequentemente a Nova Escola Jurídica (Nair) (Bernardino Costa *et al.* 2021).

Pensando um Direito emancipatório, Lyra Filho alcançou uma nova epistemologia teórica e prática chamada humanismo dialético. Na sua concepção, os sujeitos coletivos de Direito constroem o Direito a partir de um contexto histórico de luta social de positivação de suas liberdades (Sousa Júnior, 2021).

Nesse aspecto, é fundamental identificar aqui o caráter dialético (conflitivo) do embate entre grupos sociais, culturais e, portanto, juridicamente hegemônicos em contraponto com grupos marginalizados, vulneráveis e espoliados. Nesse cenário, o Direito pode ser compreendido como produto desse embate *legem e contra-legem* (Lyra Filho, 2012; Sousa Júnior, 2008).

Desse modo, como epistemologia de bases marxistas, Lyra Filho rejeita uma visão idealista do Direito e afirma que o universo jurídico nasce na rua (Sousa Júnior, 2008), enquanto espaço público de luta social e política. A partir desse ponto, também é possível pensar a universidade como parte desse conceito de rua.

Na condição de espaço público voltado à construção de saberes e regido pelos princípios da universalidade e diversidade, a universidade também é, não só, palco para reivindicações passíveis de positivação, como também instrumento de capacitação social e política apta a interferir diretamente nesse processo. Nesse ponto, é necessário rediscutir a universidade brasileira como *locus* ainda hoje (apesar de alguns avanços da história recente) bastante elitista e que, por isso, de certo modo, serve aos interesses dessa classe, conforme assevera Darcy Ribeiro (1986).

Desse modo, este ensaio pretende discutir o modo como a teoria e prática do Direito Achado na Rua podem contribuir para a concretização do modelo de universidade debatido por Darcy Ribeiro, refletindo também a atualidade de seus escritos. Nesse quesito, é fundamental destacar o trabalho de capacitação promovido pelas atividades de pesquisa e extensão do coletivo “O Direito Achado na Rua”, liderado pelo discípulo e sucessor de Lyra Filho, o professor José Geraldo de Sousa Júnior.

Ao longo de 30 anos de atividades, foram propostas diversas ações junto aos movimentos e coletivos sociais no intuito de identificar, e fortalecer ações de criação, reforma ou transformação de direitos positivados (Sousa Júnior, 2008), indo ao encontro dos propósitos expostos por Darcy ao rejeitar uma universidade que concebe saberes e conhecimentos de modo erudito e egoísticos sem conectar-se

à comunidade. Para além de uma concepção instrumental, Ribeiro (1986) compreende a universidade como um panteão de saberes que, integrados, devem pensar o Brasil em toda a sua complexidade.

Da mesma forma, a abordagem proposta por O Direito Achado na Rua permite a reversão do processo tão profundamente criticado por Darcy Ribeiro, que se refere à universidade como instituição que coaduna com os propósitos nefastos da elite dominante, permitindo através da atuação conjunta com grupos sociais uma mudança nesse *paradigma*.

Universidade para que e para quem: o atual panorama da Universidade de Brasília

Tendo em vista que tanto o texto de Darcy Ribeiro quanto a teoria de O Direito Achado na Rua nasceram a partir da Universidade de Brasília, propõe-se, nesta seção, discutir o atual panorama desta universidade, no que se refere à perspectiva aqui abordada. Desse modo, serão avaliados mecanismos práticos consubstanciados em um processo em curso de popularização do ensino superior, em detrimento do perfil elitizado visto em um passado recente.

Ademais, o presente estudo de caso (Gil, 2010), compreende a UnB como retrato microcômico da realidade em que a grande maioria das universidades brasileiras se inserem, especialmente as públicas. Portanto, para esta inferência, é fundamental revisar as políticas de assistência estudantil desenvolvidas no âmbito universitário, enquanto conjunto de ações e políticas internas que possibilitam não apenas o ingresso, mas sobretudo a permanência de grupos sociais vulneráveis no ensino superior (Brasil, 2010).

Cabe mencionar que tal análise se pautou em uma revisão bibliográfica de estudos e pesquisas advindas da própria Universidade de Brasília, a fim de privilegiar uma ótica fenomenológica construída por observadores participantes (Córdula, 2015). Pretende-se assim, pautar este diagnóstico a partir da sistematização de juízos críticos e embasados não apenas teoricamente, mas também revestidos de legitimidade.

Preliminarmente, é necessário citar a célebre proposta de criação de cotas para candidatos negros na Universidade de Brasília, de autoria dos professores José Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato, publicada no ano de 2002 (Carvalho; Segato, 2002).

Vale ressaltar o caráter vanguardista e inovador da proposição, lançada dez anos antes da chamada Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), a qual tornou obrigatória

a disponibilização de cotas raciais e demais critérios para universidades e institutos federais (Brasil, 2012).

Nesse percurso, é inegável a contribuição das cotas para ingresso de um maior número de candidatos negros nas instituições de ensino superior no Brasil, especialmente na Universidade de Brasília. É o que assevera a pesquisa realizada por Bárbara da Costa (2018), aluna do Departamento de Estatística desta Universidade, através de sua pesquisa de conclusão de curso, na qual constata uma mudança no perfil socioeconômico desses alunos até o ano de 2017.

Para Costa (2018, p. 40) o aumento exponencial de alunos ingressantes provenientes de grupos economicamente vulneráveis pode ser atribuído ao programa de cotas. Ademais, observa-se nesse cenário que a maior parte deles é o primeiro membro da família a cursar uma faculdade.

Aliada a esta política de universalização do acesso ao ensino superior, as ações de assistência estudantil exercem papel estratégico ao possibilitar a permanência de grupos antes minoritários, contribuindo para a concretização de uma universidade plural e democrática.

Partindo desse pressuposto, Raquel da Silva Ribeiro, egressa do Mestrado Profissional em Educação, traçou em sua dissertação um diagnóstico das ações assistenciais dentro da UnB. Partiu, portanto, dos eixos estratégicos definidos pela Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAE), tais como moradia, esporte, alimentação, saúde, cultura e apoio pedagógico (Brasil, 2010 *apud* Silva Ribeiro, 2020).

Em sua pesquisa, Silva Ribeiro (2020, p. 38-39) identifica que, apesar dos percalços, as diversas ações empreendidas pela Universidade de Brasília sob o mote da assistência estudantil garantem a permanência de um grande número de alunos provenientes de grupos sociais historicamente excluídos do cotidiano universitário.

Nesse sentido, parte-se de um processo de correção de injustiças e desigualdades crônicas em direção a um futuro mais igual e plural, que converge, através da articulação entre teoria e prática, para o modelo de universidade preconizado por Darcy Ribeiro e, do mesmo modo, caminha para a construção de uma nova ordem social emancipada, tal como prenunciava Lyra Filho.

Considerações finais

A partir de uma leitura do texto *Universidade para quê?*, de Darcy Ribeiro (1986), este ensaio se propôs a construir uma análise sobre a atualidade do texto resenhado, a partir de uma pesquisa qualitativa de referências bibliográficas afetas à temática central.

Este texto se estrutura, portanto, em três eixos. No primeiro deles, é construída uma investigação histórica sobre o processo de consolidação das universidades brasileiras, desde a era colonial até o tempo presente. Nesse trecho, fica evidente o caráter elitista do projeto educacional do ensino superior nacional desde o seu nascimento.

O segundo eixo articula discussões sobre O Direito Achado na Rua enquanto teoria e prática capazes de superar as problemáticas levantadas por Darcy Ribeiro, especialmente no que refere a um processo de “popularização” do ensino superior brasileiro, através de sua aproximação com coletivos e grupos sociais.

Desse modo, é possível aproximar a universidade e todo o conhecimento produzido nesse ambiente de forma a colaborar com as pautas sociais emergentes sob uma perspectiva emancipatória, especialmente quando analisadas sob a lógica condicionante do capitalismo.

Neste ponto, percebe-se que, embora passados 30 anos tanto do texto de Darcy quanto do de Lyra Filho, ambos soam contemporâneos em sua essência. Mais do que isso, complementam-se de modo a refletir a universidade e seu papel estratégico para repensar os problemas gerados pela sistemática de dominação das estruturas capitalistas e suas consequências nefastas.

No caso do terceiro e último eixo, busca-se analisar de que forma as universidades brasileiras têm tentado reverter este quadro, apropriando-se da situação da Universidade de Brasília como marco zero para responder este questionamento. Para tanto, são referenciadas pesquisas internas sobre o desenvolvimento de ações e práticas de acesso e permanência daqueles tradicionalmente espoliados do ensino superior.

Nesse contexto, pode se inferir que foram muitas as conquistas recentes para esse objetivo. Cita-se aqui a política de cotas, institucionalizada em todo o território nacional apenas no ano de 2012, e a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) estruturada apenas dois anos antes, em 2010.

Portanto, apesar de já bastante percorrido, o caminho para uma universidade igual e plural ainda é longo e inacabado. No decorrer desse processo, os escritos de Darcy Ribeiro, Lyra Filho e José Geraldo de Sousa Júnior permanecem como marcos críticos, motores dos seguintes questionamentos: Universidade para quê? E, universidade para quem?

Referências

- BERNARDINO COSTA, Alexandre *et al.* A trajetória teórica e prática de O Direito Achado na Rua no campo dos Direitos Humanos: humanismo dialético e crítica à descartabilidade do ser humano. *In*: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de *et al.* (org). *O Direito Achado na Rua: introdução crítica ao Direito como liberdade*. Brasília: OAB Editora; Editora Universidade de Brasília, 2021. v. 10, 728 p. ISBN: 978-65-5819-009-7.
- BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010a. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, 20 jul. 2010, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 6 out. 2022.
- BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 6 out. 2022.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 out. 2022.
- CARVALHO, José Jorge de.; SEGATO, Rita Laura. *Uma proposta de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília*. Série Antropologia (on-line). Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie314empdf.pdf>. Acesso em: 4 out. 2021.
- CÓRDULA, Eduardo Beltrão de Lucena. Fenomenologia *versus* positivismo científico: metodologias aplicadas às pesquisas em comunidades humanas. *Revista Intersaberes*, v. 10, n. 21, p. 660-675, set.-dez. 2015. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/617>. Acesso em: 1º out. 2021.
- COSTA, Bárbara Santiago Pedreira da. *Estudo sobre o perfil socioeconômico dos cursos de graduação da Universidade de Brasília entre 2015 e 2017: uma aplicação de modelos multiníveis para dados longitudinais*. 2018. 41f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Estatística) – Departamento de Estatística, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/25122/1/2018_BarbaraSantiagoPedreiraDaCosta_tcc.pdf. Acesso em: 6 out. 2022.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Abili Lázaro Castro de. A função e a importância das disciplinas propedêuticas na estrutura curricular dos cursos de Direito no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, Curitiba, v. 42, 2005. ISSN: 2236-7284.

LYRA FILHO, Roberto. *O que é Direito?* São Paulo: Brasiliense, 2012.

RIBEIRO, Darcy. *Universidade para quê?* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

SAMPAIO, Helena. *Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990*. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo. Documento de Trabalho. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. Disponível em: <https://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>. Acesso em: 6 out. 2022.

SCHWARCZ, Lília Moritz; SPACCA. *D. João Carioca: a corte portuguesa chega ao Brasil (1808-1821)*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SILVA RIBEIRO, Raquel da. *Política de assistência estudantil: limites e possibilidades para formação de uma rede de atendimento dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Universidade de Brasília*. 2020. 72f. Dissertação (Mestrado em Educação/Modalidade Profissional) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação/Modalidade Profissional, Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38968/1/2020_RaqueldaSilvaRibeiro.pdf. Acesso em: 6 out. 2022.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. *Direito como Liberdade: O Direito Achado na Rua. Experiências Populares Emancipatórias de Criação do Direito*. 2008. 338f. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008. Disponível em: www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/1401/1/TESE_2008_JoseGeraldoSJunior.pdf. Acesso em: 6 out. 2022.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. O Direito Achado na Rua: questões de teoria e práxis. In: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de *et al.* (org.). *O Direito Achado na Rua: introdução crítica ao Direito como liberdade*. Brasília: OAB Editora; Editora Universidade de Brasília, 2021. v. 10, 728 p. ISBN: 978-65-5819-009-7.



Alunos caminham
pelo ICC

Foto: Murilo Abreu



Universidade para mudar gente que muda o mundo: uma autoetnografia para ler a política educacional no Brasil

Rayane Andrade

O presente texto busca refletir de maneira autoetnográfica sobre o papel da universidade como espaço de transformação dos sentidos políticos e articulação dos sujeitos para a crítica. Coloco-me como uma mulher negra, jovem, trabalhadora, nascida no interior de Goiás, crescida no semiárido nordestino e primeira da família a acessar a escola superior em Direito no território potiguar.



Essa história não é particular. Ela reflete uma construção histórica de um país marcado pelo complexo capitalista-patriarcal-racista que negou à população negra e feminina o acesso à emancipação política. Entre esses elementos a educação tem um papel destacado, sendo um território de intensas disputas nessa luta secular e incessante entre opressores e oprimidos.

E essa batalha brasileira enfrenta um dos seus capítulos mais difíceis. Segundo dados oficiais do Ministério da



Educação (MEC),¹ repercutidos pela mídia brasileira (Idoeta, 2021), em 2021 tivemos o menor número de inscritos no Exame nacional do ensino médio (Enem) desde 2005. O teste é responsável por selecionar quem pode ser admitido nas universidades do país e apenas 3 milhões de inscrições foram confirmadas.

Esse dado é importante como indicador do processo de ataque que a educação brasileira vem enfrentando, especialmente na última quadra histórica. Desde o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, que abriu as portas para a ascensão do bolsonarismo, o ensino superior volta a ser lido como um empecilho e defendido como privilégio (Ministro [...], 2021).

Agravada pela desastrosa gestão da pandemia do coronavírus no Brasil, que só aprofundou a piora das condições de vida do povo, a condição de luta pela sobrevivência afasta das portas das Instituições de Ensino Superior (IES) os milhares de desempregados, em especial os jovens, que agora têm de lidar com o fantasma da fome e da falta de perspectiva.

Temos uma tempestade perfeita para que os discursos que tratam a educação superior como algo supérfluo ganhem impulso. A contradição desse movimento se dá com as políticas de inserção da classe trabalhadora nos bancos universitários com os governos progressistas do Partido dos Trabalhadores, que lideraram o país de 2002 até o processo de ruptura institucional em 2016.

Em especial, a população negra foi diretamente afetada pela abertura das Escolas Federais. Segundo relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea (Dias, 2020), o avanço da presença negra nesse estrato do ensino formal avançou consideravelmente, mas não chega perto dos padrões desejáveis.² Dos anos 2001 a 2017, cresceu em 76% o número de universidades no país e, com essa abertura de portas, os critérios de cotas raciais desempenharam um extraordinário fator para inclusão de camadas mais populares da sociedade brasileira (Silva, 2020).

Essas mesmas medidas, resposta ao incansável movimento negro brasileiro, estão sob mira dos escravocratas do presente, representados pelo bolsonarismo. A tentativa de diminuir o papel da universidade e de subordiná-la aos interesses

¹ O ENEM 2021 tem mais de 3 milhões de inscrições confirmadas. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/enem-2021-tem-mais-de-3-milhoes-de-inscricoes-confirmadas>. Acesso em: 20 set. 2021.

² “Na década de 1960, por exemplo, 95% daqueles que haviam concluído ensino superior eram brancos (Ribeiro; Schlegel, 2015). Para a população negra, mesmo mais recentemente, o acesso sempre foi mais restrito. Apenas dois em cada cem jovens negros de 18 a 24 anos frequentavam ensino superior em 1995, enquanto nove em cada cem brancos o faziam” (Silva, 2020, p. 7).

autoritários se realiza nas mais de 20 intervenções diretas nas reitorias, que desrespeitaram as escolhas de suas comunidades acadêmicas (Cerca de [...], 2021).

É nesse cenário que quero trazer contribuições à pergunta geradora de qual é o papel das escolas de ensino superior. Trata-se de uma investigação qualitativa, que tem como procedimento a autoetnografia, definida como “um método que pode ser usado na investigação e na escrita, já que tem como proposta descrever e analisar sistematicamente a experiência pessoal, a fim de compreender a experiência cultural (Santos, 2017, p. 220). A ferramenta para refletir e interpretar o papel da universidade através de minha experiência encontra amparo nessa ferramenta investigativa, sendo a mais adequada aos objetivos do ensaio.

A pergunta que me mobiliza é: como relacionar minha trajetória enquanto membro da comunidade acadêmica com o papel da universidade na transformação de sujeitos? Para buscar respostas ao questionamento, organizo o ensaio em três partes.

Na primeira, “Universidade para transformar gente”, elaboro os processos fundamentais de inserção no ensino superior que me fizeram reconhecer as relações entre o particular e o universal, como o espaço da Universidade Federal Rural do Semiárido estava pulsante e como mudou minha consciência.

Em sequência, “Costuras pessoais que revelam estruturas: do semiárido ao cerrado”, trago o percurso de mudança de posições: tornar-me pós-graduanda e professora, acessar a Universidade de Brasília. Quero mostrar como as resistências dentro da própria academia não estão deslocadas do que acontece fora de seus muros, preparando uma reflexão sobre os limites e as possibilidades dessa instituição.

Em terceiro lugar, “Gente para transformar o mundo”, faço uma reflexão sobre o papel desses sujeitos que estão nas IES de contribuir ativamente para o processo de transformação da sociedade brasileira; e sobre como o conhecimento engajado na defesa da classe trabalhadora, negra, feminina e periférica são ferramentas importantes para o enfrentamento da barbárie.

Redijo o ensaio como forma de traduzir as mudanças políticas que o Brasil viveu no último período, tendo como recurso narrativo minha própria história. É um convite à “escrivência”, como propõe Evaristo (2006), sobre a tarefa de construir uma educação que transforme gente, que mude o mundo, como nos ensinou Paulo Freire, que completa seu centenário quando escrevo.

Universidade para transformar gente

Educação não transforma o mundo.

Educação muda as pessoas.

Pessoas transformam o mundo.

(Paulo Freire)

Inspirada nas palavras do patrono da educação brasileira, Paulo Freire, organizei a primeira parada do presente texto. Elaborei os processos fundamentais de inserção no ensino superior que me fizeram reconhecer as relações entre o particular e o universal, como o espaço da Universidade Federal Rural do Semiárido estava pulsante e como mudou minha consciência.

Sou filha de trabalhadores. Pai negro, mãe branca, ambos nordestinos. Minha família se deslocou do semiárido para o cerrado nos anos 1990 em busca de melhorias de vida no cerrado goiano. A realidade foi acachapante, subemprego, exploração, isolamento, precariedade de acesso aos serviços públicos mínimos.

Nasci em 1993, enquanto meu pai convalescia no andar acima do berçário. A solidariedade da comunidade de Jussara em Goiás permitiu juntar dinheiro para comprar uma passagem cara de avião para que retornássemos ao Nordeste, já que uma viagem de ônibus seria fatal para ele. Ao chegarmos, o Sistema Único de Saúde (SUS) salvou-lhe a vida.

Recomeçamos morando na periferia de Limoeiro do Norte, Ceará. E em 2002 a vida da família se transformou. Meu pai foi empregado na indústria de construção das hidrelétricas, minha mãe fez concurso público e tornou-se professora da rede municipal. O salário aumentou, recebi um irmão, compramos um terreno.

A casa era erguida nos fins de semana com a ajuda da comunidade rural que seria o espaço da maior parte de minha infância. E vieram os convites para trabalhar fora. A vida era boa. Tínhamos computador em casa, uma verdadeira revolução.

Passei a estudar com bolsa em escolas particulares e, até então, não conseguia projetar nessas mudanças tão significativas o que acontecia no país e saía na tevê. Essa relação só foi estabelecida quando passei no vestibular de uma jovem universidade, criada no coração do semiárido, a 100 km do meu município.

Antes, entrar no Ensino Superior era quase mistério. Os cursos mais disputados como Direito eram ofertados na capital. Algo mudou na região. Tinha um

bacharelado jurídico ofertado à noite, que garantia acesso a quem não poderia abrir mão de trabalhar para se manter.

A escola era acolhedora. Aos 16 sabia pouco do mundo e de mim e, graças à Universidade Rural do Semi-Árido (Ufersa),³ estou aqui, redigindo estes parágrafos. A primeira aula na faculdade foi conferida por um jovem professor, de camisa simples e que falava coisas sobre marxismo, revolução e porque éramos tão pobres.

As aulas de Daniel Valença, coordenador do Grupo de Estudos em Direito Crítico, marxismo e América Latina (Gedic),⁴ vieram como um raio. Fizem-me perceber que todos os passos até chegar àquelas cadeiras em 2011 não eram fruto de meus esforços, mas eram resultado de uma disputa coletiva sobre para quem era a universidade; levantavam as razões de tantos não estarem ali, cerrando fileiras comigo nos bancos universitários.

Vi a Escola crescer. Não havia calçadas em 2011 e, quando a deixei, a instituição construía restaurantes universitários em seus quatro *campi* espalhados pelo Rio Grande do Norte. E essas mudanças na estrutura respondiam às mudanças que os encontros de jovens e velhos naquela Instituição de Ensino Superior produziram.

O Movimento Estudantil é parte estruturante disto. Tive a honra de ser presidente do Diretório Central dos Estudantes dessa *alma mater*. Lutamos por mais comida, mais bolsas, mais cultura, mais diversidade. Era uma época de mais e nossos sonhos eram realidade.

As marcas desses processos se estenderam à própria cidade, quando em 2013 houve uma fratura. Os estudantes negros e negras que entravam na Ufersa, encontravam aqueles brancos e ricos. Houve uma polarização nítida entre direita e esquerda. O país também mudou. No nosso microuniverso se refletiam os aspectos da conjuntura nacional.

As batalhas eleitorais se tornaram tópico de aulas e de mobilizações. A Ufersa fervia de gente nova – que eram os primeiros na universidade, como eu – e de debates políticos. Esse testemunho consegue resumir o que estava em jogo desde as eleições do primeiro operário presidente, até a reeleição da primeira mulher chefe da nação.

³ Disponível em: <https://ufersa.edu.br/>. Acesso em: 7 out. 2022.

⁴ Página do Grupo no Facebook. Disponível em: https://m.facebook.com/gedicmal/?locale2=pt_BR. Acesso em: 7 out. 2022.

Nessas décadas foram vários os encontros que permitiram essa narrativa. Uma política de investimento na construção civil, ampliação dos recursos municipais, valorização do salário-mínimo, enfrentamento à fome e crescimento das oportunidades na educação. O país via os Institutos Federais emergirem no coração dos recôncavos da periferia de um Brasil que não era colocado no orçamento.

Mas esse retrato bonito era atravessado por profundas contradições e erros de condução dos governos petistas e do conjunto da esquerda. Conforme Pomar (2016, p. 173):

O fato das políticas sociais do governo Lula serem predominantemente de tipo compensatório, não havendo um salto de qualidade fundamental nas demais áreas (por exemplo, um acréscimo significativo no orçamento da Cultura e dos Esportes; um combate ao monopólio na área da Comunicação; uma redução do espaço ocupado pelo setor privado, nas áreas de Saúde e Educação; um amplo processo de reforma agrária e urbana), indica que neste terreno estratégico o governo Lula se manteve, na média, nos mesmos patamares de governos anteriores.

Como Pomar adverte, essas transformações foram desacompanhadas de uma política orientada para a preparação política da classe trabalhadora na defesa das reformas e de seus próprios interesses. Essa tendência se manteve nas gestões sucessivas do partido e suas coalizões.

Tive a sorte de ter um guia que me apresentou Paulo Freire e a assessoria jurídica popular junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, mas isso não era a intencionalidade política do conjunto da comunidade ufersiana. O problema da relação entre as propostas dos governos populares e o enraizamento da consciência de classe não foi tratado de maneira prioritária. O resultado da dissociação entre o trabalho cotidiano de conscientização é que

O PT segue mantendo laços orgânicos com a classe trabalhadora, embora tenham se alterado substancialmente a natureza destes laços, seja devido a mudanças na composição da classe trabalhadora, seja devido a mudanças na composição interna do Partido, ou ainda devido a alterações nas proposições e atitudes do Partido (Pomar, 2016, p. 229-230).

Pomar explica como a mudança na linha estratégica do partido que liderava o Governo Federal, indutor de todas as políticas que alteraram a minha vida e a de milhões, foram fundamentais para esses erros e contradições. Contudo, os laços com sua base foram mantidos, tanto que essa vinculação acabou por fim no golpe institucional de 2016, que retirou Dilma Rousseff do Planalto.

Com a ruptura democrática, as empreiteiras Odebrecht e Camargo Corrêa (Rodrigues; Pinto; Rocha, 2021), atingidas pela operação Lava Jato, deixaram um legado de destruição de empregos estáveis, como foi o caso de meu pai. Com Temer, as políticas de ataques à aposentadoria foram estimuladas e atingiram os ganhos da pensão de minha mãe (Reforma [...], 2018). Meu irmão tornou-se eletricitista de uma terceirizada que presta serviços a uma antiga estatal, vendida ao capital privado.

O desfecho da década petista foi arrebatador sobre mim e a maioria da classe trabalhadora. O passo seguinte foi a reorganização da extrema direita e a vitória eleitoral de Jair Messias Bolsonaro, presidente que sintetiza as construções racistas, patriarcais e capitalistas das elites do país e que coordenou um genocídio da população com a crise sanitária da pandemia do coronavírus.

E essa Escola aberta, democrática e crítica deu lugar a uma intervenção na escolha da reitoria, que remonta às origens históricas da IES. A Escola Superior de Agronomia de Mossoró (Esam), instituição que antecedeu a Ufersa, tem uma experiência de intervenção documentada em vídeo e é um testemunho do passado que se faz presente. (Democracia, 2019).

O reitor vencedor da consulta à comunidade acadêmica, Rodrigo Codes, foi preterido, sendo nomeada a candidata alinhada à pauta conservadora de Bolsonaro. E os ataques ao movimento estudantil prontamente se estabeleceram (Ana Flávia [...], 2022). Aquela escola pujante de 2011, quando entrei, não é a mesma dez anos depois.

Assim, refletir a partir do meu lugar sobre como essas mudanças podem ser percebidas em um recorte de vida demonstram como a centralidade da produção do conhecimento acadêmico é estratégico na disputa ideológica. E o velho conceito de Marx sobre a persistência da luta de classes se impõe.

A reflexão sobre a centralidade da universidade nesse processo acompanhou a minha própria trajetória quando me tornei professora e pós-graduanda na Universidade de Brasília, tema que enfrento na sequência, fazendo um debate mais detido sobre as ideias de educação em disputa.

Costuras pessoais que revelam estruturas: Ufersa, UEG e UnB

As histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas. Entre o acontecimento e a narração do fato, há um espaço em profundidade, é ali que explode a invenção.

(Conceição Evaristo, 2017, p. 13)

Aqui no percurso há mudança de posições: tornar-se pós-graduanda e professora, acessar a Universidade de Brasília. Quero mostrar como as resistências dentro da própria academia não estão deslocadas do que acontece fora de seus muros, preparando uma reflexão sobre os limites e as possibilidades dessa instituição.

Enquanto egressa do curso de Direito, fui selecionada para cursar o mestrado na área na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, um período atravessado por muito trabalho e muitos enfrentamentos, percebi que os debates de diversidade eram novidade naquele espaço.

Eram poucas as mulheres na turma e, negras, éramos duas. Percebi que o afunilamento acadêmico tem ainda muitas resistências que precisam ser rompidas. O papel da política afirmativa de argumento racial foi fundamental para que essa porta fosse aberta.

Os trabalhos na pauta de diversidade se ampliaram, e há grupos naquele programa de pós-graduação que têm como temática a questão feminista, negra e diversidades. Assim, enquanto o país retornava ao pensamento de direita, os reflexos se faziam nos debates cotidianos.

E durante o curso, fui aprovada e chamada a assumir a posição de docente efetiva na Universidade Estadual de Goiás. Aos 25 anos, vim com uma mochila e o desejo de implementar o que aprendi aos 16 nas salas de Daniel Valença, no Gedic e no Movimento Estudantil. E os estranhamentos foram profundos.

O território que me pariu parecia não me caber. Entendi que a Escola que eu idealizei na memória – memória que trai quem a tem, pois põe névoa sobre o passado – não se projetava na instituição em que me coloquei: era aprender a ser docente num espaço conservador, sendo um corpo político divergente.

O escape veio com a seleção do doutorado de uma IES que só conhecia dos jornais, a UnB. Essas três letras carregavam um mistério e um assombro. A escola de Darcy Ribeiro, do Direito Achado na Rua. Ao ser admitida como uma de suas discentes, inaugurou-se outra fase. Entrar em um doutorado em uma escola de tanto prestígio alertava os gatilhos de não pertencimento.

Mas a Escola que foi vanguarda na luta pela implementação da política de cotas raciais se apresentava como um espaço de resistência. A lógica de organização geral do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos era orientada pela defesa política da função social do ambiente e se desenvolveu dos cursos de especialização até a abertura do doutoramento.

A UnB, assim como as instituições que me antecederam, estava sob intenso ataque, na linha de fogo da pauta conservadora do governo, que colocava a escola e a educação como vilãs (Marques, 2019). As razões para isso são trazidas por Darcy Ribeiro (1986, p. 13): “a razão casual verdadeira não reside em nenhuma prática pedagógica. Reside isto sim, na atitude das classes dominantes brasileiras para com o nosso povo”. Ou seja, ao perceber que essa mesma classe trabalhadora passava a acessar os espaços restritos do conhecimento formal guardados nas Universidades, a ofensiva veio.

As máximas de Darcy Ribeiro se mantêm: a lógica de se ter uma escolarização aprisionante é fundamental para a manutenção das relações de poder estabelecidas a partir do complexo capitalista-patriarcal-racista. Conforme Freire (1996, p. 61):

A educação como prática da dominação, que vem sendo objeto desta crítica, mantendo a ingenuidade dos educandos, o que pretende, em seu marco ideológico (nem sempre percebido por muitos dos que a realizam), é indoutriná-los no sentido de sua acomodação ao mundo da opressão. Ao denunciá-la, não esperamos que as elites dominadoras renunciem à sua prática. Seria demasiado ingênuo esperá-lo. Nosso objetivo é chamar a atenção dos verdadeiros humanistas para o fato de que eles não podem, na busca da libertação, servir-se da concepção “bancária”, sob pena de se contradizerem em sua busca.

O alerta do autor mostra a necessidade de compreender a educação como uma trincheira na disputa entre os lucros das elites e a barbárie que vivem os trabalhadores. Ao tentar produzir uma educação para a emancipação, não podemos achar que os privilegiados a aceitarão pacificamente, ao mesmo tempo que temos que conduzir essa prática pedagógica com nítida intencionalidade de romper com os padrões que provocam a “indoutrinação”.

A cruzada contra o próprio Freire é marca da concepção de educação em vigência por parte do Governo Federal. Houve a necessidade de que a justiça

proibisse a gestão de atingir sua honra (Souza, 2021). Assim, a disputa de rumos das Universidades é mote importante para a análise aqui pretendida.

As Escolas devem voltar-se à construção de conhecimento engajado e acomodarem-se às estruturas? Para mim, a escolha é fácil, por colocar-me intelectualmente vinculada a compreensões teóricas do mundo que busquem transformá-lo. Mas, essa adesão ainda não é dominante em nossos institutos educacionais, pelas mesmas razões complexas que já comentamos.

Há na própria UnB entendimentos distintos sobre a questão. Programas inter e transdisciplinares são novidade na construção do saber acadêmico de forma geral. Tais abordagens críticas tendem a ser vistas como subversivas e a provocar reações. Não penso nesses programas de pós-graduação voltados à defesa dos direitos humanos como dissociados do conjunto da própria estrutura universitária, pois eles carregam as mesmas questões a serem aperfeiçoadas e dialogadas, como aqui faço.

Todavia, é a resistência desse conhecimento engajado com a transformação das desigualdades no Brasil que edifica uma comunidade acadêmica participativa. Tanto que, em meio ao mar de intervenções nas escolhas de reitorias, a UnB, tantas vezes antagonizada pelo governo de Jair Messias Bolsonaro, teve sua escolha mantida.

É interessante perceber como as “escrevivências”, como propõe Evaristo, se colocam neste caso. Uma Escola que tem um projeto de pensar a si e aos dilemas brasileiros, com todas suas limitações, se manteve fora do escopo intervencionista que organiza a atuação do Brasil desde o golpe de 2016.

Experimentei intervenções como essas na casa em que estive professora, com a indicação de um procurador do Estado para gerir os negócios acadêmicos, que levou a um aprofundamento do processo de desrealização: não pagamento de salários conforme as titulações, carência de incentivos e apoio ao trabalho docente, disputas ideológicas que implicam necessário recuo.

No tempo que me mantive, a casa me ensinou muito, mas resolvi mudar os rumos profissionais, especialmente diante do desafio de lecionar em meio a uma pandemia, com todas as questões que a intervenção havia produzido, deixando marcas profundas. Todo o processo pandêmico influenciou nossa produção de sentidos da vida. Nesse estágio, decidi fazer uma nova transição e retornar a ocupar o espaço de trabalho de assessoramento político-parlamentar.

Assim, eu, como uma estudante transformada por uma educação crítica, que havia se tornado professora, encontrei um Brasil diferente, mais conservador e duro, e uma Escola difícil de mudar sem dor. Os encontros com a UnB me fizeram

dar outro sentido à pesquisa acadêmica; o fazer político é um dos motores que giram as engrenagens para que a Universidade caminhe.

Em poucos anos de atuação a partir do comando central do país, as elites nos fizeram recuar décadas na educação. A vontade de fechar as portas do ensino superior para gente como eu começou a ser verbalizada não de maneira disfarçada, agora é dita com letras garrafais e mobiliza setores consideráveis da população.

Entrei na academia em um país que via os filhos dos trabalhadores estudarem fora custeados pelo Estado e saí dela com um Brasil que odeia a universidade. Mas, como diz a canção interpretada por Ney Matogrosso (1999),

Na verdade, o Brasil o que será?
O Brasil é o homem que tem sede
Ou quem vive da seca do sertão?
Ou será que o Brasil dos dois é o mesmo
O que vai é o que vem na contramão?
O Brasil é um caboclo sem dinheiro
Procurando o doutor nalgum lugar
Ou será o professor Darcy Ribeiro
Que fugiu do hospital pra se tratar.

Esse país de contrastes, como diz o poeta, é sentido nessas transformações que escrevivi. O Brasil que odeia a educação e as universidades é o mesmo que aplaude os doutores das elites. As IES quando começaram a se pintar de povo, como diz o jargão do movimento social, sentiram suas maneiras de produzir ciência ameaçadas. É nessa constante contradição que há a implicação de cada um com o todo.

Assim, a Universidade, assim como todos os espaços e instituições, são trincheiras na disputa constante entre os opressores e oprimidos. Um conhecimento crítico e que tenha compromisso com a melhoria de vida daqueles sujeitos vulnerabilizados é construído no mesmo espaço em que os teóricos para a manutenção do *status quo* são treinados.

A UnB, a UEG e a UFRN são produtos históricos de seu tempo. As resistências com as temáticas hegemonicamente tratadas como inferiores – epistemologias feministas, negras e indígenas – são limitações desses espaços, pois foram formulados para outro fim que não a transformação de gente que mude o mundo, como fala Freire. Mas, se esses espaços que legitimam a fala estão agora debatendo essas

questões, já temos o dado de que, nessa queda de braço, agora há interlocutores capazes de competir.

Há muito caminho a ser percorrido, mas ele está sendo feito. E se, como diz Gramsci (1999), “o velho está morrendo e o novo não pode nascer”, é nesse momento de incerteza que escrevo. Se os monstros estão à solta, é certo que os caçadores destes também surgem. Sobre a necessidade de ter gente que muda o mundo me dedico, elaboro a seguir uma reflexão sobre o papel desses sujeitos que estão na IES de contribuir ativamente no processo de transformação da sociedade brasileira; e sobre como o conhecimento engajado na defesa da classe trabalhadora, negra, feminina e periférica são ferramentas importantes para o enfrentamento da barbárie.

Gente para transformar o mundo

*Gente é pra brilhar
Não pra morrer de fome
Gente deste planeta do céu de anil
Gente, não entendo
Gente, nada nos viu*
(Caetano Veloso)

A canção de Caetano Veloso se impõe como um hino deste tempo. No Brasil há muita fome. Em 2021 pessoas reviram carcaças de ossos, pelanca e sebo buscando sobreviver mais um dia. Carolina Maria de Jesus dizia que o país precisava ser governado por alguém que já tivesse passado fome. Como profeta, ela ajuda a entender que foi necessário termos um presidente que passou a dor da insegurança alimentar para retirar a nação desse mapa. E ela, novamente, nos ajuda a pensar por que essa conquista nunca pôde ser permanente enquanto durar o complexo capitalista-patriarcal-racista.

Enquanto a comida for mercadoria, haverá o gosto amargo da fome. O banzo da insuficiência de alimento para manter-se. O acesso aos víveres, como direito fundamental, é mediado pela necessidade de capital para obtê-lo e, como a acumulação atinge níveis fabulosos, nossa barbárie cresce.

Falo de fome, pois um dos momentos que me fez despertar na universidade para a necessidade de uma pedagogia engajada foi a necessidade de comer aos fins de semana no Restaurante Universitário (RU). Enquanto presidenta da entidade estudantil da Ufersa, a pauta era comer aos sábados, afinal, aquela escola reunia gente de todo canto para morar nos municípios dos seus *campi* e, como qualquer pessoa, precisavam comer.

Luta posta, a administração da Ufersa nos fez uma proposta: provem que há demanda por quatro sábados seguidos e abrimos o RU no fim de semana. Eles não acreditavam que os estudantes precisassem comer subsidiados pela Escola. Bom, no primeiro sábado o medo do fracasso corroía e, enquanto consumia a refeição, olhava para o lado; as filas se avolumaram e o tilintar de pratos, copos e talheres fez meu estômago ficar cheio de emoção e, de comida, claro.

Aquela pequena mudança havia sido apenas uma expectativa meses antes e, naquele momento, se realizava. Coisa pouca diante dos desafios de 2021, mas aquele momento ficou gravado como prova de que o movimento estudantil é um centro de treinamento para as lutas que enfrentamos enquanto trabalhadores.

Fazer a transição do particular ao universal como ferramenta de entendimento do mundo é importante. E o movimento estudantil faz esse processo educativo muito bem, ainda que não seja uma componente curricular aceita na maioria dessas escolas como prática pedagógica válida. Sobre essas dinâmicas, Mao Tse-Tung (2009, p. 55) comenta:

A unidade do particular e do universal, a presença, em cada fenômeno, tanto daquilo que a contradição tem de universal quanto daquilo que ela tem de particular, o universal existindo no particular, nos obriga, ao estudarmos um fenômeno determinado, a descobrir o particular e o universal assim como sua ligação mútua, a descobrir o particular e o universal no próprio interior do fenômeno, assim como sua ligação mútua, a descobrir a ligação que mantém com os muitos outros fenômenos exteriores a ele (Tse-Tung, 2009, p. 55)

O autor nos coloca como as implicações sistêmicas se percebem nos episódios cotidianos, e como esses eventos se implicam no todo. Entender que a comida não deveria ser mercadoria começou para mim como o debate sobre abrir o Restaurante aos sábados. Assim o é com as trabalhadoras mais vulnerabilizadas que eu, como Carolina Maria de Jesus, que era íntima da barbárie capitalista-patriarcal-racista.

Como ela traz, a fome também é professora. Há uma pedagogia que é de dor, mas que pode ser transformada em autonomia, como ensina Freire.

É interessante que as críticas à escola que “doutrina” feitas pela extrema direita brasileira são incompatíveis com a realidade. A doutrinação existente é da “indomesticação” que Darcy Ribeiro denunciava, fenômeno que dá caldo para que a “escola sem partido” se coloque no debate público como alternativa.

Minha opinião a respeito é explícita: a Escola tem que tomar partido. Tem-se que entender que, na luta desleal entre os poderosos e os vulnerabilizados, as trincheiras no processo de emancipação política devem ser nitidamente orientadas para acumular para a classe trabalhadora.

Por que o movimento estudantil não é percebido como uma estratégia pedagógica a ser levada em consideração na avaliação? Por que temos acesso ao ensino superior através de vestibular? Por que não pensamos em uma outra Escola, cujo compromisso não seja com o desenvolvimento de tecnologias para a exploração e acúmulo de riqueza, mas para a sociabilidade e conservação do planeta?

Essas e muitas outras questões podem ser formuladas, e todas elas passam por ter gente mudada pela Universidade repensando seu papel. O apego a uma ideia de possível neutralidade em um Estado capitalista-patricarcal-racista tem de ser deixado. Como disse Breno Altman, em fabulosa entrevista com a liderança sindical negra Paulo Galo, não se trata de um “diálogo de classes, debate de classes”, trata-se de uma “luta de classes”, que no Brasil gerou a morte de mais de meio milhão de famílias, cujos responsáveis diretos falam pela República.

O compromisso da radicalidade, lembrado por Marx, evoca a necessidade de nossos tempos. A fome é radical, a negação ao acesso a Universidade é radical; por que são as trabalhadoras obrigadas a defender uma estrutura que é conformada para a sua opressão? Certo é que as utopias são fundamentais para moverem essas transformações de gente que muda o mundo.

A Universidade tem esse espaço privilegiado, que com os ajustes feitos de maneira popular, movimentou o pensamento que toca pessoas que pensam uma outra forma de ver as coisas. É certo que a Revolução não espreita à porta, mas se não sonharmos ela realmente nunca virá.

São palavras fortes que orientam essa escrivência até aqui, entendendo que a Universidade é um espaço de contradições, pois está inserida em uma estrutura contraditória; e que é necessário girá-la para a defesa das mulheres, da população negra, periférica e indígena, sem reticências.

Considerações finais

O presente texto buscou fazer uma autoetnografia, metodologia de estudo que busca refletir sobre elementos estruturais a partir da narrativa da autora, o papel da Universidade enquanto espaço de mobilização social para a transformação do mundo. No primeiro momento, abordei o processo das contingências privadas que só foram articuladas ao que acontecia na estrutura política do país com a orientação de um ensino crítico e engajado.

Depois, debati as questões dos atravessamentos entre a Ufersa, UEG e UnB, espaços em que transitei e que a cada modo se relacionam com a conjuntura de avanço das forças políticas de extrema direita e os processos de transformações da própria trajetória, dialogando com as mudanças das próprias IES do período. Por fim, arremato o processo autoetnográfico com a percepção que os processos pedagógicos não oficiais têm uma potência tremenda de fazer das contradições do dia a dia motores para o entendimento das lutas de classes de maneira ampliada.

Reflico sobre a necessidade de entendermos a Universidade como uma trincheira diante da barbárie e de como é importante que voltemos nosso olhar para os grupos vulnerabilizados que disputam esse espaço com os intelectuais que formam o pensamento responsável por sua miséria. O texto busca ser uma “escrevivência”, um testemunho rápido desses tempos tão incertos. A necessidade de reencantamento com nossa humanidade é urgente.

Referências

ANA Flávia do DCE UFERSA é denunciada na PF pela reitora Ludimila. *Mossoró Hoje*, Mossoró, 30 ago. 2020. Disponível em: <https://mossorohoje.com.br/noticias/33161-ana-flavia-do-dce-da-ufersa-e-denunciada-na-pf-pela-reitora-ludimila>. Acesso em: 7 out. 2022.

CERCA DE 20 instituições federais de ensino estão sob intervenção no país. *Andes*, Brasília, 21 jan. 2021. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/cerca-de-20-instituicoes-federais-de-ensino-estao-sob-intervencao-no-pais1>. Acesso em: 7 out. 2022.

DEMOCRACIA, um sonho distante. A história de luta da ESAM contra o golpe de 1991. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (64min). Publicado pelo canal Sintest Ufersa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LjrhJEI7DVY>. Acesso em: 7 out. 2022.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 57-76.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IDOETA, Paula Adamo. Enem: o que explica o menor número de inscritos na prova em mais de uma década. *BBC Brasil*, São Paulo, 2 ago. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58021267>. Acesso em: 7 out. 2022.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

MARQUES, Marília. UnB tem R\$ 38 milhões bloqueados; MEC fala em corte de verba por ‘balbúrdia’. *G1 DF*, Brasília, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/04/30/unb-tem-r-38-milhoes-bloqueados-mec-fala-em-corte-de-verba-por-balburdia-entenda.ghtml>. Acesso em: 7 out. 2022.

MATOGROSSO, Ney. A cara do Brasil. *Letras Mus Brasil*, Belo Horizonte, [2003]. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/ney-matogrosso/254695/>. Acesso em: 3 out. 2021.

MINISTRO da Educação defende que universidade ‘deveria ser para poucos’. *UOL*, São Paulo, 10 ago. 2021. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-deveriaser-para-poucos.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 7 out. 2022.

POMAR, Valter. *A metamorfose*. Brasília: Página 13, 2016.

RODRIGUES, Douglas; PINTO, Paulo Silva; ROCHA, Ludmylla. Estado deixa de arrecadar R\$41,3 bilhões de empresas envolvidas na Lava Jato. *Poder 360*, [S. l.], 6 jul. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/lava-jato/estadodeixa-de-arrecadar-r-413-bilhoes-de-empresas-envolvidas-na-lava-jato/>. Acesso em: 7 out. 2022.

REFORMA da Previdência do Governo Temer. *Gazeta do Povo*, [S. l.], [2018]. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/politica/reforma-previdencia-governo-temer/>. Acesso em: 7 out. 2021.

RIBEIRO, Darcy. *O livro dos CIEPs*. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. *Plural – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 24.1, 2017, p. 214-241.

SILVA, Tatiana Dias. *Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente*. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2569.pdf. Acesso em: 6 out. 2022.

SOUZA, Talita de. Justiça proíbe Governo Federal de “atentar contra a dignidade de Paulo Freire”. *Correio Braziliense*, Brasília, 17 set. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/09/4950159-justica-proibe-governo-federal-de-atentar-contra-dignidade-de-paulo-freire.html>. Acesso em: 7 out. 2022.

TSE-TUNG, Mao. *Sobre a prática & Sobre a contradição*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.



Darcy
Ribeiro



Foto de Darcy
Ribeiro exposta no
campus que leva
seu nome
Foto: Isa Lima

Darcy Ribeiro e a crítica que não envelhece

Thaís Coelho Mariano

Darcy Ribeiro e a educação para a transformação do mundo

Certamente é um ato de coragem a mera tentativa de escrever sobre um humanista que tanto foi em uma única vida: antropólogo, sociólogo, educador, escritor, romancista, historiador, político, etnólogo indigenista e tantas peles, como ele mesmo dizia, mas com uma característica que sempre foi sua base – a paixão pelo gênero humano.

Ainda menino praticou seu primeiro ato heroico, e também subversivo, ao arremessar um pacote de azul de metileno no reservatório da cidade para vê-lo azular. Mas por sorte não se corrigiu e, dali em diante, foram tantos outros atos revolucionários que denotam sua luta incessante, movida por uma motivação essencialmente ética, de entender as mazelas do mundo e tentar melhorá-lo (Ribeiro, 2016).

Sem se habituar aos padrões preestabelecidos, em especial os acadêmicos, ansiava pela construção de uma universidade que fosse capaz de se comunicar com o mundo. Sua participação no planejamento da Universidade de Brasília (UnB) estava

umbilicalmente ligada à própria construção da cidade, que deveria ser pensada de forma a permitir a difusão da cultura e do conhecimento científico.

Para Darcy, a Universidade tem um papel central no domínio da cultura geral, sobretudo em razão de sua capacidade de influenciar e trazer modificações em diversas esferas, seja em nível regional, nacional ou internacional, sendo considerada um dos pilares da formação da civilização da humanidade. Nesse sentido, Darcy partilha da distinção presente entre o conhecimento esotérico (irracional) e o conhecimento moderno, salientando que aquele deve ser substituído por um conhecimento universal que, na modernidade, cabe à ciência oferecer (Ribeiro, 2006).

A sua contribuição é ímpar e, acompanhado de Anísio Teixeira, trouxe um projeto inovador, com grande destaque para a interdisciplinariedade e a proposta de adoção de uma educação prática, reflexiva, generalizada e integrada. Tratava-se de um modelo singular, que tinha como pressuposto a cisão com o modelo europeu feito pela e para a elite de organização universitária.

Com bem enfatiza Adelia Miglievich-Ribeiro:

Nesta linha, Darcy propõe uma reforma estrutural nas universidades latino-americanas, ciente do caráter utópico de seu modelo, por conseguinte, contrário a quaisquer experiências de universidades existentes, entretanto, passível de realização, visto que se constitui como parâmetro de transformação da realidade: “O modelo de universidade buscado será também utópico no sentido de antecipar, conceitualmente, as universidades do futuro, configurando-se como meta a ser alcançada um dia, em qualquer sociedade” (Ribeiro, 1975b, p. 173-174). A UnB nasce, portanto, sob o signo da utopia, isto é, como aspiração e direcionamento de realizações concretas, em oposição ao modelo do bacharelismo até então vigente nas tradicionais universidades brasileiras, formadas a partir da junção de institutos isolados sem a atenção a um plano coordenador que visualize o futuro que se ambiciona para a nação brasileira (Ribeiro, 2012, p. 36).

Assim, verifica-se que, a partir de um fervor utópico, idealizou uma universidade para o futuro, que fosse eficiente no sentido de tornar as pessoas capazes de atuar sobre o mundo, e construída a partir da realidade social existente, que considerasse a realidade multifacetada brasileira, suas desigualdades (sociais, econômicas, políticas e culturais) que remontam a um passado colonial e autoritário das sociedades latino-americanas em geral. Busca-se o afastamento da tão

famigerada cópia de padrões institucionais europeus tão admirados até então por parte da intelectualidade brasileira.

Nesse contexto, publicou, em 1960, o texto “Universidade de Brasília” na revista *Educação e Ciências* do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), com o objetivo de fazer um diagnóstico do ensino superior brasileiro e, ainda, propor uma ruptura com as tradições existentes:

Um modelo estrutural novo somente se impõe como uma necessidade impostergável porque as universidades latino-americanas não são capazes de crescer e de se aperfeiçoar nas condições atuais, a partir da estrutura vigente, com os recursos disponíveis. E, principalmente, porque esta estrutura serve mais à perpetuação do *status quo* que à sua transformação. Impõe-se, além disso, porque os remendos que se estão fazendo nesta estrutura, concretizados através de programas induzidos do exterior, ameaçam robustecer ainda mais o seu caráter retrógrado, aliviando algumas tensões e atendendo a algumas carências, precisamente para manter suas características essenciais de universidades elitistas e apendiculares (Ribeiro, 1975, p. 173)

À Universidade caberia, de igual modo, assessorar os novos órgãos do poder público da nova capital, na medida em que o núcleo do poder havia sido transferido para o interior do país, ainda sem assessoramento intelectual e, ainda, possibilitar aos estudantes inúmeras possibilidades de trajetórias formativas. Diversamente do que acontecia nas universidades comuns, onde os estudantes ingressavam diretamente nas carreiras e permaneciam vinculados a uma escola ou faculdade, propunha-se que na UnB os estudantes cursariam uma formação básica em uma grande área de conhecimento para, só depois, com o amadurecimento necessário, poderem optar pelas diversas possibilidades formativas que a Universidade ofereceria (Camargo, Lazarte, 2012).

E mais, Darcy pensava a Universidade como centro de expressão, contemplação e sensibilização da expressão artística. Seu projeto era pautado pela construção de um centro de florescimento cultural, um espaço destinado à arte e à cultura em sua dimensão plural, com um panorama amplo de saberes. Era preciso criar o ambiente para a emergência de grandes talentos, um espaço libertário, com atores comprometidos com as propostas renovadoras que deveriam ser cultivadas (Bomeny, 2016).

Entrementes obstáculos surgiram, sendo o primeiro deles a Igreja, que ambientava a criação de uma universidade católica. Darcy, então, aliou-se ao Frei

Mateus Rocha, da ordem dominicana que, por sua vez, consultou o próprio Papa João XXIII que aprovou o pacto mediante a condição de criação de um instituto de Teologia Católica, o primeiro em uma universidade estatal desde a Revolução Francesa. Além disso, Juscelino Kubitschek se mostrou relutante na aprovação do projeto, o que só aconteceu no governo do presidente João Goulart e nomeação de Darcy como seu reitor (Mattos, 2007).

Não obstante a proeminência política alcançada após o trabalho realizado na UnB, com a indicação para os cargos de Ministro da Educação e, depois, Chefe da Casa Civil, que não são objeto da presente análise, logo em seguida veio o golpe de 1964, que culminou com o seu exílio, onde permaneceu por 12 anos.

Fato é que a derrota política leva Jango, Darcy Ribeiro, Brizola e tantos ao destino doravante incerto do exílio. No caso de Darcy, foram, ao todo, 12 anos, entre o Uruguai, Venezuela, Chile, Peru e México, com algumas vindas ao Brasil. Na primeira delas, acreditando ingenuamente em notícias sobre a liberalização do regime político, chegou ao aeroporto do Rio de Janeiro, tendo antes, por seu advogado, avisado aos militares em 30 de setembro de 1968. Foi preso, porém, no dia 13 de dezembro do mesmo ano em seu apartamento, por ocasião do Ato Institucional n. 5. Assim mantido, sem julgamento, por nove meses até ser obrigado a retornar ao exílio, sendo então recebido em Caracas (Ribeiro, 2010 *apud* Miglievich-Ribeiro, 2018).

Paralelamente, foram anos difíceis enfrentados pela Universidade de Brasília, considerada polo de subversão e antro de comunistas: perseguição e prisão de professores e estudantes, demissões, invasão por tropas do Exército, interdição de bibliotecas e censura.

Sobre os tempos sombrios enfrentados:

O Golpe de 1964 trouxe anos difíceis para a UnB. Mais perto, no epicentro do poder, a instituição foi das mais atingidas pela ação da repressão. Perseguição a professores e a estudantes acabou sendo rotina, alterando a vida universitária de forma aguda. A primeira invasão aconteceu em 9 de abril de 1964. O reitor e o vice-reitor, Anísio Teixeira e Almir de Castro, respectivamente, foram surpreendidos por tropas do Exército e por policiais de Minas Gerais. Há informações de que os militares invadiram salas de aula,

revistaram estudantes, buscavam armas e materiais de propaganda subversiva; procuravam 12 professores que deveriam ser detidos e interrogados; interditaram a biblioteca e as salas de trabalho dos professores. Depois dessa invasão, tanto Anísio Teixeira como Almir de Castro foram demitidos. O governo militar nomeou para reitor *pro tempore*, o professor de medicina veterinária da USP, Zeferino Vaz, cujo mandato foi de 13 de abril de 1964 a 25 de agosto de 1965. (Bomeny, 2016, p. 1020)

No entanto, a UnB mostra a sua força histórica e, com uma incansável resistência e comprometimento com o conhecimento, consegue se recuperar:

Mas, a despeito dos atos decorridos em função do Golpe de 1964, a Universidade de Brasília manteve ainda a aura de universidade-experimento para onde olhares e interesses se voltavam como campo possível à inovação. Roberto Salmeron faz menção ao número expressivo de professores que o procuravam interessados em integrarem o corpo docente da universidade. Mesmo com a nomeação pelos militares de Zeferino Vaz, prevalecia a convicção de que aquele era um espaço destacado pela maneira como fora concebido, pelas ousadias ali ensaiadas e pelos desafios que anunciava para enfrentar a burocratização e o excessivo formalismo. Mas os sinais de repressão foram ficando mais e mais acentuados com uma caça ao que fosse identificado como vestígio de comunismo – o que poderia ser encontrado em diversos espaços por distintos indícios. Um dos primeiros atos do reitor foi demitir nove professores: José Albertino Rosário Rodrigues, Perseu Abramo (setor de Sociologia); Edgard de Albuquerque Graeff, Eustáquio Toledo Machado Filho e José Zanini Caldas (curso de Arquitetura e Artes); Francisco Heron de Alencar (Departamento de Letras); Jairo Simões (Direito); Lincoln Ribeiro e Ruy Mauro de Araújo Marini (Política).

De abril de 1964 a outubro de 1965, a universidade foi sendo progressivamente encurralada por medidas crescentes de repressão. O fato de estar situada no epicentro do poder facultou muitas das ações intervencionistas no *campus*. Ainda que conferido pelos professores um “voto de confiança” aos dois reitores interventores nomeados, Zeferino Vaz e seu sucessor Laerte Ramos de Carvalho, pela manifestação inicial

de preservar o projeto original da universidade, os desdobramentos de ambas as gestões foram recrudescidos pela onda repressiva que assolava a vida política do país. As consequências sobre a comunidade universitária foram duras, com perseguições, demissões, com devolução de professores a cargos administrativos que exerceram anteriormente, forma de impedir sua função de magistério, caça a indícios de subversão (Cunha, 2007). (Bomeny, 2016, p. 1021)

Apesar da descaracterização do projeto inicial, a democracia na universidade inicia um processo de restauração gradual a partir de 1985, com o primeiro governo civil pós ditadura militar, e com Darcy agora eleito ao Senado, há um forte empenho, orientado também por dezenas de educadores, na tentativa de modernizar a educação brasileira. Embora o próprio Darcy admita não concordar com todo o projeto de lei, reconhece que se trata da vontade da maioria e possível dentro da conjuntura política da sociedade brasileira, e é então aprovada e promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº. 9.394/1996, batizada de Lei Darcy Ribeiro, um ano antes de seu falecimento, em 17 de fevereiro de 1997 (Souza, 2012).

A atualidade da crítica diante do projeto institucional de desmonte da educação brasileira

A Constituição Brasileira, embora fruto de uma democratização tardia, produziu profundas modificações e conferiu força normativa aos direitos e garantias fundamentais, dentre eles a educação, erigida como o primeiro e mais importante dos direitos sociais. Passou a ser compreendida como valor de cidadania e de dignidade da pessoa humana, imprescindíveis para a realização dos ideais da República de construir uma sociedade livre, justa e solidária.

Embora haja poucos dispositivos constitucionais abordando o ensino superior, é evidente que está vinculado ao próprio desenvolvimento humanístico, científico, tecnológico e artístico do país, devendo igualmente ser acessível a todos e todas.

Nesse contexto, embora identificadas tradicionalmente como um território destinado às pessoas brancas, mesmo em um país em que a população negra e parda é a grande maioria, as universidades sempre foram um espaço de poder, já que o diploma representa um passaporte para a ascensão social. Essa característica

sempre demonstrou a urgência da democratização do acesso a esse poder e rompimento com o legado de exclusões e reinserção de grupos marginalizados nos espaços sociais (Piovesan, 2005).

Ainda que não imunes a algumas críticas, é evidente que iniciativas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o Programa Ciência Sem Fronteiras, além do aumento da oferta de cursos superiores a distância e implementação de políticas de ações afirmativas, frutos das ações do Governo Federal entre os anos de 2001 e 2018, representaram uma ampliação e democratização do acesso à educação.

Tais programas permitiram um avanço sem precedentes na medida em que grupos historicamente excluídos da educação superior no país e economicamente vulneráveis puderam, enfim, se candidatar a uma vaga com chances reais de ingresso, o que era restrito a um perfil completamente elitista.

No entanto, o cenário muda de figura de forma clara com a posse de Jair Bolsonaro que, em seu projeto neoliberal marcado por uma escalada autoritária, negacionista e destinada à mercantilização do ensino, encontra um espaço para a execução de seu nefasto projeto de desmonte da ciência e educação.

Em um ano de uma crise sem precedentes, com fechamento de escolas, desafios para procedimentalizar as aulas remotas, somados a problemas não apenas de falta de tecnologia necessária como também falta de recursos básicos, como água e alimentação, presenciou-se um Governo Federal que investiu na educação básica a menor dotação orçamentária desde 2011 (Lisboa, 2021).

A sangria é vista, ainda, na ciência, que enfrenta um corte orçamentário sério e que representa um retrocesso aos patamares de 2009. Em 2020 o investimento foi de R\$17,2 bilhões enquanto há doze anos foi de R\$19 bilhões, valores corrigidos pela inflação do período. Além de consequências estruturais como a recente pane da plataforma Lattes, há impacto direto nos programas de bolsas: além de não terem seus valores reajustados desde o ano de 2013, só será possível o financiamento de 13% dos projetos de pesquisa aprovados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Além da fuga de pesquisadores e cientistas para outros países, onde terão maior reconhecimento, apoio e infraestrutura, é inegável o prejuízo ao país, especialmente num cenário onde a ciência e sua importância nunca estiveram em tanta evidência (Escobar, 2021; Shalders, 2021; Westin, 2020).

Cortes de orçamentos com risco de fechamento de universidades, bloqueio de bolsas, produção científica afetada, ofensas a estudantes, perseguição a professores, textos enganosos e divulgação de *fake news*, sucateamento da educação, segregação de alunos com deficiência e abandono à própria sorte de milhares de estudantes que precisam de programas de assistência estudantil, resultado da luta de movimentos sociais, para minimizar a situação de vulnerabilidade econômica já tão agravada pela atual pandemia.

São tantos retrocessos e em um período tão exíguo que Darcy Ribeiro possivelmente se revira no túmulo com o (des)projeto de governo.

Não se trata, como se torna fácil perceber, de uma crise pontual ou consequência imprevisível e inevitável do cenário pandêmico, mas de um projeto claro de desmanche da educação e desmoralização do ensino público.

Na atualidade o Brasil vive um período de suicídio democrático, para utilizar a feliz expressão de Saviani (2019). As instituições democráticas estão a serviço de aniquilar a própria democracia que as subsidia. Esse fenômeno ocorreu após a retirada do governo legítimo, impedindo-o de disputar as próximas eleições por meio de manobras jurídicas; dessa forma, instalou-se um presidente ao arrepio da vontade popular. A partir dessa situação política, a aniquilação da educação e de qualquer possibilidade de pensamento crítico (objetivo último das universidades) volta a ser objetivo de Estado.

A onda anticientificista, anti-intelectualista, o desprezo e ataque ao conhecimento e apologia ao senso comum e à ignorância humana possuem um propósito manifesto, qual seja, a mercantilização dos direitos sociais.

Direitos são espoliados, investimentos cortados, a credibilidade e a legitimidade de instituições são questionadas por uma bolha intelectual desonesta e antidemocrática, servindo a privatização como a última tábua de salvação. Bingo!

Nunca foi segredo que, para o ministro da Economia Paulo Guedes, é importante privatizar as estatais brasileiras, bem como vender imóveis públicos para reduzir despesas, especialmente com o funcionalismo público e, conseqüentemente, na sua versão, erradicar a pobreza e promover o tão esperado crescimento econômico.

De igual modo, também não é desconhecido que sua irmã, Elizabeth Guedes, ocupa a presidência da Associação Nacional de Universidades Privadas (Anup), entidade que representa os grandes e mais lucrativos monopólios educacionais do país.

Por mecanismos complexos, esses grandes grupos econômicos promovem a aquisição ou fusão em massa de unidades de ensino menores e afetadas não só pela crise econômica, mas pela redução de financiamentos estudantis e falta de gestão; realizam demissões em massa de professores, com recontração posterior

em condições vis de salários e trabalho, tudo de modo a garantir os resultados econômicos esperados pelos grandes empresários.

A manobra é facilitada pela inexistência de legislação específica, no ordenamento brasileiro, que regule ou impeça a venda estabelecimentos nacionais ao capital estrangeiro, em que pese a existência de um projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional desde 2006, cujo teor criaria um limite de 30% do capital total e votante da instituição de ensino destinado a estrangeiros (Carvalho, 2013).

Embora o projeto de privatização da educação não seja recente, o parentesco é desastroso para a educação e nos faz refletir sobre o que Darcy Ribeiro pensaria sobre os rumos tomados pela educação no século que não teve oportunidade de experimentar.

Inclusive, impende fazer um breve regresso para lembrar que a Constituição de 1891, primeira no sistema republicano de governo, não mais trouxe a previsão expressa que havia na Constituição Imperial de 1824 sobre a gratuidade de ensino aos seus cidadãos. O objetivo era um só, impedir que os recém ex-escravizados e também seus descendentes pudessem ser alfabetizados e, com isso, alcançassem o direito à cidadania formal, por meio do direito ao voto. Este direito deveria continuar reservado apenas às camadas privilegiadas e brancas (Pereira, 2019).

O período histórico mencionado não se distancia em muito do atual contexto de aniquilamento da educação pública por parte do atual governo que, permeado de um fundamentalismo religioso desumano e ideológico autoritário, não mede esforços para garantir a formação de cidadãos sem senso crítico e, consequentemente, mais receptivos à fragmentação da democracia.

Conclusões

Identifica-se, assim, que muitos problemas educacionais atuais têm origens históricas, sendo bastante atual a crítica feita por Darcy Ribeiro (e também outros intelectuais como Anísio Teixeira e Paulo Freire, evidentemente) no sentido de reconhecer a universidade em sua perspectiva política e transformadora da realidade.

Seus pensamentos representam uma ideia incansável de resistência, já que apenas o conhecimento é capaz de realizar a felicidade humana e se opor às ameaças reais advindas de um contexto político tensionado por uma extrema-direita neoliberal.

A universidade, a fim de cumprir seu papel social, deve se colocar no mundo de forma estratégica. Na sociedade atual, convivemos com uma precarização sem

precedentes da população, colocada à mercê das grandes forças produtivas calcadas no capital exploratório internacional que atua sem limites e sem fronteiras. Assim, é fundamental que a universidade do presente e do futuro se coloque não como neutra, mas como engajada na produção de conhecimento estrategicamente voltado para a defesa dos interesses da população contra a exploração da terra, dos saberes e da humanidade (Sousa, 2015).

Por fim, a universidade necessária no século XXI deve mostrar-se capaz de se opor a projetos privatistas conservadores, com a manutenção de um senso crítico e em diálogo permanente com o sujeito coletivo de direitos, destinatário último da ainda utópica emancipação social. Com os dizeres de Darcy, “esta é função da utopia: ordenar, concatenar as ações, para fazer frente ao espontaneísmo fatalista e, sobretudo, para impedir que oportunistas façam prevalecer propósitos mesquinho” (Ribeiro, 1986).

Darcy, grande Darcy, nunca teve medo de ousar. Que também não tenhamos!

Referências

BOMENY, Helena. Universidade de Brasília: filha da utopia de reparação. *Sociedade e Estado*, UnB impresso. Brasília, v. 31, série 1, p. 1003-1028, 2016.

CAMARGO, Murilo Silva de; LAZARTE, Leonardo. O Plano Orientador da Universidade de Brasília de 1962 e suas repercussões na universidade brasileira atual. In: VILLAR, José Luiz; CASTIONI, Remi (org.). *Diálogos entre Anísio e Darcy: o projeto da UnB e a educação brasileira*. Brasília: Verbena, 2012. p. 167-217.

CARVALHO, C. H. de A. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, n. 54, jul./set. 2013.

ESCOBAR, Herton. CNPq vai pagar só 13% das bolsas aprovadas em edital e frustra jovens cientistas. *Jornal da USP*, São Paulo, 20 abr. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/cnpq-vai-pagar-so-13-das-bolsas-aprovadas-em-edital-e-frustra-jovens-cientistas/>. Acesso em: 11 out. 2022.

LISBOA, Ana Paula. 2020 foi o ano com menor gasto do MEC com educação básica desde 2010. *Correio Braziliense*, Brasília, 21 fev. 2021. Educação básica. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2021/02/4907686-2020-foi-o-ano-com-menor-gasto-do-mec-com-educacao-basica-desde-2010.html> Acesso em: 11 out. 2022.

MATTOS, André Luís Lopes Borges. *Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)*. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/395040?guid=1666029022121&returnUrl=%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1666029022121%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d395040%23395040&i=1>. Acesso em: 25 set. 2021.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Darcy Ribeiro e utopia no exílio latino-americano: estrutura de sentimentos como hipótese metodológica. *Revista Tomo*, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n. 32, p. 15-40, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/8835>. Acesso em: 10 out. 2022.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia; MATIAS, Glauber Rabelo. A universidade necessária em Darcy Ribeiro: notas sobre um pensamento utópico. *Rev. Ciências Sociais*, Unisinos, São Leopoldo, v. 42, n. 3, set/dez. 2006. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/6034. Acesso em: 25 set. 2021.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Reflexões sobre a utopia necessária e a universidade brasileira a partir de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. In: VILLAR, José Luiz; CASTIONI, Remi (org.). *Diálogos entre Anísio e Darcy: o projeto da UnB e a educação brasileira*. Brasília: Verbena, 2012. p. 27-59.

PEREIRA, Paulo Fernando Soares. A cor dos subintegrados e a omissão do constitucionalismo: entre reconhecimento e inclusão das comunidades quilombolas. *Revista Publicum*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 192-220, 2019.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 124, jan./abr. 2005.

RIBEIRO, Darcy. *O Brasil como problema*. São Paulo: Global, 2016.

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

RIBEIRO, Darcy. *Universidade para quê?* Brasília: Editora UnB, 1986. (Série UnB)

RIBEIRO, Darcy. *Golpe e exílio*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília: Editora UnB, 2010. (Darcy no bolso, v. 9)

SAVIANI, Demerval. Em defesa da escola pública. In: LIMA, Antonio Bosco de; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Carlos. (org.) *Em defesa das políticas públicas*. Uberlândia: Navegando, 2020. p. 25-49.

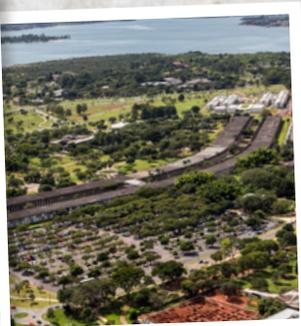
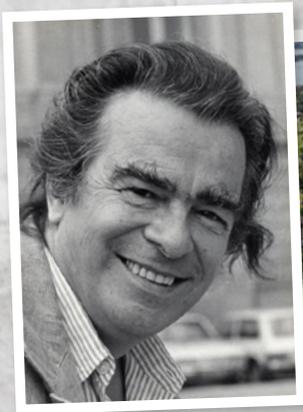
SHALDERS, André. Brasil tem menor investimento em ciência dos últimos 12 anos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 ago. 2021. Ciência. Disponível em: <https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,investimento-federal-em-ciencia-e-tecnologia-recua-e-setor-tem-menos-verba-que-em-2009-diz-estudo,70003819777>. Acesso em: 11 out. 2022.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. Movimentos sociais nos 50 anos da UnB: construindo uma universidade emancipatória. In: RÊSES, Erlando da Silva (org.). *Universidade e movimentos sociais*. Belo Horizonte, MG: Fino traço, 2015.

SOUZA, Silvio Claudio. *O pensamento-ação de Darcy Ribeiro e a universidade brasileira: repensando a universidade necessária*. 2012. 239f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.btdt.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5683. Acesso em: 11 out. 2022.

WESTIN, Ricardo. Corte de verbas da ciência prejudica reação à pandemia e desenvolvimento do país. *Agência Senado*, Brasília, 25 set. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/09/corte-de-verbas-da-ciencia-prejudica-reacao-a-pandemia-e-desenvolvimento-do-pais>. Acesso em: 11 out. 2022.

Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.



Darcy Ribeiro e a UnB

a universidade necessária no século XXI



Este livro é uma homenagem à Universidade de Brasília, que em 2022 completa 60 anos, e a Darcy Ribeiro, um de seus mais importantes idealizadores e fundadores, que faria cem anos. Quinze ensaios escritos por estudantes da UnB sobre Darcy Ribeiro e a universidade necessária compõem este volume, que é resultado de edital conjunto da UnB e do Conselho Editorial do Senado (Cedit).

Os textos desta coletânea projetam as vozes de estudantes, em um exercício que investiga os efeitos do pensamento e da ação de Darcy Ribeiro na jornada da Universidade de Brasília, as transformações pelas quais ela passou e aquelas que promoveu. Que vozes poderiam ser mais lúcidas que essas para colocar em perspectiva a história da Universidade? São vozes plurais que reiteram, de forma uníssona, o compromisso da UnB com a construção de soluções para os desafios do país e do mundo – fossem os passados, sejam os presentes. A despeito das diversas tentativas de cerceamento da ação emancipadora desta Universidade, afirmam os estudantes: a UnB alcança os seus 60 anos atuante como sempre, necessária como nunca.



UnB | DEX

